

Thais Cristina Goulart Lima

**MORADORES E TURISTAS: SIGNIFICADO E IMPACTO DO TURISMO EM
PARATY/RJ**

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Curso de Pós-Graduação – Mestrado em
Serviço Social.**

São Paulo
2007

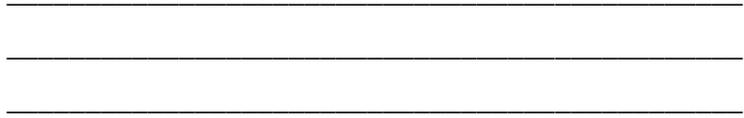
Thais Cristina Goulart Lima

**MORADORES E TURISTAS: SIGNIFICADO E IMPACTO DO TURISMO EM
PARATY/RJ**

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Curso de Pós-Graduação – Mestrado em
Serviço Social.**

**Dissertação apresentada à banca Examinadora
da Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo como exigência parcial para obtenção do
título de MESTRE em Serviço Social, área de
concentração Serviço Social: Políticas Sociais e
Movimentos Sociais sob a orientação da
Professora Doutora Marta Silva Campos.**

São Paulo
2007



Ao André e aos meus pais
que com sua dedicação
aos estudos e à vida
me ensinaram o valor
da perseverança.

Agradeço a Deus, pela vida e coragem que, amorosamente, me concedeu,
permitindo-me concluir este trabalho.

Ao André, esposo e amigo, que me acolheu e acompanhou
nas horas alegres e difíceis.

Aos meus pais, pelo constante amor, encorajamento
e esperança em mim depositados.

À minha orientadora por sua dedicação e generosidade.

Aos professores que, ao longo do mestrado, contribuíram grandemente
para que eu chegasse até aqui.

Aos amigos e familiares que me estimularam
e incansavelmente escutaram a respeito deste trabalho.

Àqueles que residem em Paraty e, tão amigavelmente, abriram
suas casas e corações para me contar de suas experiências e histórias
(já os tenho como amigos).

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
que, por intermédio de bolsa de estudos, viabilizou a realização desta pesquisa.

Resumo

Este estudo visa a analisar o impacto social do turismo, considerando sua influência sobre o desenvolvimento local e a inclusão/exclusão social em Paraty. Por suas contribuições para a economia local, com a geração de empregos e renda para a população residente, juntamente com a valorização da cultura das localidades, o turismo tem sido apresentado na literatura e nos documentos oficiais como importante fator de desenvolvimento. As precárias situações em que vivem muitas populações residentes em destinações turísticas, entretanto, instigam investigações a respeito do efetivo grau em que isto se realiza. Foram analisadas as conceituações acerca destes três elementos-chave: turismo, desenvolvimento local e inclusão/exclusão social. Compreendido enquanto fenômeno social, em contraposição ao seu caráter meramente econômico, o turismo é tomado como prática e atividade que envolve trocas culturais e simbólicas, impactos ambientais e influências nos comportamentos e relações sociais. Quanto ao desenvolvimento local, este é entendido como um processo que envolve a cidadania, obtida por meio de negociações e embates de interesses e prioridades dos diversos grupos sociais, e centra-se nos seres humanos enquanto cidadãos. A inclusão social é vista como consequência de múltiplos fatores, decorrentes de processos sociais, sem caráter absoluto. Para a coleta de dados, foram utilizados dois questionários – um destinado aos residentes de Paraty e outro, aos turistas – e entrevistas qualitativas. O estudo identifica diferenças e semelhanças entre as percepções dos moradores e turistas. Para os residentes, a importância do turismo está fortemente ligada à valorização que ele promove da cidade, da cultura local e das relações sociais e interações culturais que dele decorrem, ao transformar uma pequena cidade histórica em um famoso destino turístico internacionalmente conhecido. A população reconhece, também, a contribuição do turismo para a geração de empregos e renda na cidade. Já para os turistas a visão mais recorrente refere-se à ativação da economia local, além do aumento da visibilidade da cultura e produção artística paratienses. O estudo revelou o turismo enquanto fator fundamental para avanços em termos de desenvolvimento local e inclusão social em Paraty. Apontou a importância da vinculação entre a atividade turística e políticas públicas, que aliam o turismo a ações voltadas ao desenvolvimento local, com especial atenção às áreas de educação, saúde e infra-estrutura que beneficiarão não apenas a população residente mas também os turistas que visitam a cidade.

Palavras-chave: turismo, desenvolvimento local, processo de inclusão/exclusão social, percepções de moradores e turistas.

Abstract

This study aims to analyze the social impact of the tourism, considering its influences on local development and social inclusion/exclusion. For its contributions to the local economy, with the employment and income generation to the resident population and the culture valorization of the localities, tourism has been presented by academic studies and official documents as an important development factor. The difficult situations in which live many resident populations on tourist destinations, however, instigate investigations related to the actual level that it occurs. It was analyzed the conceptions of these three key-elements: tourism, local development and social inclusion/exclusion. Understood as a social phenomenon, in contraposition to its merely economic character, tourism is taken as a practice and activity that involves cultural and symbolical exchanges, impacts on the nature and influences on social behaviors and relations. Regarding the local development, it's taken as a process that involves citizenship, obtained by negotiations of interests and priorities of the different social groups, and it centers on the human beings as citizens. The social inclusion is seen as a consequence of multiple factors that come from social processes, with no absolute character. To the data collection, it was used two questionnaires – one to the residents of Paraty and another to the tourists – and qualitative interviews. The study identifies differences and similarities among the perceptions of residents and tourists. To the residents, the importance of the tourism is strongly related to the valorization that it promotes of the city, of the local culture and of the social relations and cultural interactions that come from it, when it transforms a small historic city into a famous tourist destination, internationally known. The population also recognizes the contribution of the tourism to the employment and income generation on the city. Among the tourists, the more frequent vision refers to the local economy activation and the elevation of the local culture and artistic production visibility. The study reveals tourism as a fundamental factor to the progress, in terms of local development and social inclusion, in Paraty. It denotes the importance of the union between the tourist activity and public policies, conjugating tourism and actions towards the local development, with special attention to the education, health and infrastructure areas, which will benefit not only the resident population but also the tourists that visit the city.

Key-words: tourism, local development, social inclusion/exclusion processes and perceptions of the residents and tourists.

Tabelas

Tabela 1 - Classificação das principais cidades receptoras de eventos internacionais..	38
Tabela 2 - Crescimento anual da população em relação aos Censos Demográficos..... anteriores	41
Tabela 3 - Localização dos domicílios particulares.....	42
Tabela 4 - Crescimento anual da população de Paraty, Angra dos Reis e Ubatuba.....	42
Tabela 5 - Distribuição da População segundo faixas etárias e sexo.....	44
Tabela 6 - Responsáveis pelo domicílio segundo faixas etárias e sexo.....	44
Tabela 7 - População residente e indicativo de residência na sede municipal.....	45
Tabela 8 - Unidades de Conservação de Paraty.....	48
Tabela 9 - Local de nascimento dos respondentes.....	61
Tabela 10 - Local de residência anterior dos respondentes.....	61
Tabela 11 - Bairro de residência dos respondentes naturais de Paraty.....	62
Tabela 12 - Bairro de residência dos respondentes não naturais de Paraty.....	62
Tabela 13 - Tempo de residência em Paraty.....	62
Tabela 14 - Bairro de residência anterior.....	62
Tabela 15 - Bairro em que trabalha.....	63
Tabela 16 - Distribuição dos respondentes segundo faixas etárias.....	63
Tabela 17 - Estado civil dos respondentes.....	63
Tabela 18 - Número de pessoas residentes no domicílio.....	64
Tabela 19 - Condição de trabalho.....	64
Tabela 20 - Remuneração do trabalho principal dos respondentes.....	65
Tabela 21 - Remuneração obtida mediante outras fontes de renda.....	65
Tabela 22 - Campos de atuação profissional dos residentes.....	65
Tabela 23 - Vínculo empregatício dos residentes.....	66
Tabela 24 - Frequência dos respondentes a equipamentos educacionais.....	66
Tabela 25 - Última série de estudo concluída.....	67
Tabela 26 - Espaços de representação social.....	68
Tabela 27 - Documentos do cidadão.....	68
Tabela 28 - Razões por Paraty ser uma cidade turística, segundo respondentes.....	69
Tabela 29 - Marcos do crescimento do turismo em Paraty.....	72

Tabela 30 - Principais mudanças ocorridas com o crescimento do turismo.....	73
Tabela 31 - Mudanças ocorridas na vida pessoal com o crescimento do turismo.....	74
Tabela 32 - Principais problemas causados pelo turismo.....	77
Tabela 33 - Meios utilizados na busca pela solução dos problemas da cidade.....	80
Tabela 34 - Responsáveis por cuidar da cidade.....	80
Tabela 35 - Atrativos mais valorizados pela população residente.....	81
Tabela 36 - Distribuição etária dos turistas respondentes.....	82
Tabela 37 - Estados de residência dos turistas respondentes.....	83
Tabela 38 - Distribuição dos visitantes por meios de hospedagem.....	86
Tabela 39 - Principais atrativos turísticos segundo turistas respondentes.....	88
Tabela 40 - Classificação dos atrativos turísticos.....	88
Tabela 41 - Benefícios do turismo segundo turistas respondentes.....	89
Tabela 42 - Prejuízos causados pelo turismo.....	90

Quadros

Quadro 1 - Princípios do desenvolvimento humano sustentável.....	13
Quadro 2 – Matriz de análise.....	27
Quadro 3 – Técnicas de coleta de dados.....	32
Quadro 4 – Agrupamento dos atrativos turísticos de Paraty.....	86

Figuras

Figura 1 – Baía da Ilha Grande.....	35
Figura 2 – Região da Costa Verde.....	36
Figura 3 – Mapa dos campos de petróleo na Região Sudeste.....	37
Figura 4 – Paraty e os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.....	40
Figura 5 – Mapa das Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro.....	49

Gráficos

Gráfico 1: Frequência a Paraty.....	84
Gráfico 2: Duração da viagem.....	85
Gráfico 3: Meios de hospedagem utilizados.....	85
Gráfico 4: Principais atrativos turísticos segundo turistas respondentes.....	87

Sumário

Introdução.....	01
1 – A equação turismo, desenvolvimento local e inclusão/exclusão social.....	04
Fundamentos teóricos.....	04
Procedimentos da pesquisa.....	24
Escolha do local.....	24
Desenho da pesquisa.....	25
2 – Cenários geográficos, demográficos e socioeconômicos e a vocação turística de Paraty.....	35
Aspectos demográficos.....	40
Condições de vida.....	45
Áreas protegidas de Paraty.....	48
Sobre o turismo em unidades de conservação.....	51
Populações tradicionais em Paraty.....	54
Estrutura do turismo em Paraty.....	56
3 – Perspectivas sobre a realidade social e o turismo presentes na população local e nos turistas.....	60
Vínculos com o território.....	61
Perfil demográfico.....	63
Trabalho e renda.....	64
Educação.....	66
Participação social.....	67
A visão sobre o turismo.....	69
O crescimento do turismo na cidade.....	72
Mudanças percebidas.....	73
Lugares significativos.....	75
Deficiências locais.....	76
Responsabilidades e cuidados com relação à cidade.....	79
As belezas de Paraty.....	81
Percepções dos turistas de Paraty.....	81

Entrevistas e observação participante.....	93
A re-organização do espaço sócio-geográfico.....	94
Problemas da cidade.....	100
Associativismo civil.....	102
Influências do turismo.....	105
Síntese dos olhares.....	109
Considerações Finais.....	113
Referências Bibliográficas.....	118
Apêndices.....	121
Anexo.....	129

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi elaborado com a finalidade de aprofundar o debate sobre o impacto social do turismo e suas relações com o desenvolvimento local e a inclusão/exclusão social

Na década de 90, a discussão sobre o desenvolvimento local, integrado e sustentável ganhou maior visibilidade e desde então, diversas pesquisas e estudos têm sido realizados no sentido de esclarecer as diferentes implicações do desenvolvimento, bem como as formas pelas quais as diferentes regiões e cidades podem avançar na direção de sua concretização.

A concepção de desenvolvimento que aqui adotamos envolve a idéia de progresso e evolução das condições de vida, incluindo o acesso não apenas a bens materiais, mas também a serviços que permitam um patamar de bem-estar social e qualidade de vida eticamente aceitáveis.

Compreendemos também que os significados do desenvolvimento não se esgotam nesta concepção, mas vão além pois implicam ganhos em termos de cidadania, para grupos menos favorecidos social e economicamente, na direção da equidade social e do avanço da democracia.

Considerando os resultados dos processos de produção e apropriação material capitalistas, e suas expressões na forma da acumulação de riquezas por um lado e, de outro, no aumento dos processos de exclusão social, nosso estudo aborda a questão do turismo e sua capacidade de se configurar como mecanismo de promoção de desenvolvimento local e inclusão social.

A inclusão social, como fenômeno e concepção antagônicos à exclusão social, constitui-se campo de debate de difícil mensuração. Neste trabalho, a compreendemos como uma realidade interdependente da exclusão social, sendo que ambas não existem como realidades absolutas.

Em razão de sua complexidade, optamos, nesta pesquisa, pela sua mensuração a partir de formas objetivas que nos permitem compreender sua relação com o desenvolvimento local e sua concretude na vida social da população de Paraty/RJ.

No cenário atual de avanços e retrocessos em busca da concretização do desenvolvimento local e da inclusão social, temos o turismo enquanto importante fator potencial de promoção social e de crescimento econômico.

Como tal, o turismo, enquanto prática social e atividade econômica, pode promover a geração de empregos e o aumento da renda pessoal e familiar que, conseqüentemente, se revertem em maior acesso à educação, à saúde e à cultura. Além disso, as trocas culturais e

simbólicas viabilizadas pelo turismo são também importantes enquanto propiciadoras de novas perspectivas com relação aos problemas e a suas possíveis soluções, no âmbito local.

Neste estudo, mensuramos o desenvolvimento local e a inclusão social a partir da análise dos aspectos da vida social que sofrem influência direta e indireta de ações voltadas ao desenvolvimento, ou seja, aspectos como o trabalho, a renda, a educação, a habitação, a posse de documentos do cidadão, a participação social e o turismo, fortemente presente em Paraty.

Realizamos a pesquisa em fontes primárias, com coleta de dados em campo, e em fontes secundárias, com dados coletados junto a institutos e centros de pesquisas governamentais das três esferas (federal, estadual e municipal) e não-governamentais.

Foram realizadas entrevistas qualitativas, com formato semi-estruturado, e também utilizamos questionários com moradores e com turistas. A partir da análise dos dados e com base no referencial teórico adotado, apresentamos esta dissertação.

Em um primeiro momento, delimitamos os fundamentos teóricos que nos orientam e definem os objetivos da pesquisa, juntamente com a metodologia utilizada. Iniciamos o levantamento sobre possíveis cidades para realização do estudo e procedemos a uma pesquisa exploratória das várias alternativas de escolha, chegando a Paraty que confirmou a relevância do turismo para o seu desenvolvimento da cidade. Como outro componente do trabalho, realizamos um diálogo com a produção acadêmica a respeito de três conceitos-chave: “turismo”, “desenvolvimento local” e “inclusão/exclusão social”, a fim de dialogar com as perspectivas vigentes e aprofundar nosso conhecimento crítico sobre estas temáticas essenciais para o estudo.

Este período da pesquisa encontra-se descrito no capítulo primeiro, em que também apontamos os procedimentos metodológicos utilizados e explicitamos nossa ênfase na importância da adoção de uma abordagem qualitativa. Ainda nesta parte, apresentamos a matriz de indicadores que construímos para conduzir a investigação para os aspectos mais significativos em relação aos objetivos a serem alcançados.

No decorrer da pesquisa, passamos a investigar mais propriamente a cidade de Paraty. Este esforço nos levou à contextualização em um espaço geográfico, temporal e econômico-social maior de Paraty e, dentro dela, da própria dimensão e impacto do turismo.

Este esforço resultou no segundo capítulo. Neste momento, trabalhamos com informações relativas ao crescimento histórico da população e com a presença de áreas de preservação ambiental, atentando para os efeitos dessa proteção sobre o desenvolvimento local. Além disso,

abordamos a questão das populações tradicionais da cidade e elaboramos um breve panorama das populações caiçaras, com destaque para sua importância histórica e para as dificuldades que se impõem para sua sobrevivência na atualidade. Pudemos, assim, analisar como esse contexto condiciona a vocação turística de Paraty e a própria estrutura de turismo no município, com sua grande importância econômico-financeira e social.

Por fim, tratamos de uma das tarefas centrais do estudo: a pesquisa de campo, trabalhando com os dados obtidos com questionários e entrevistas. Nesta fase, analisamos as influências do turismo sobre a vida social, sobre a re-organização dos espaços sócio-geográficos, sobre as percepções da população acerca do desenvolvimento da cidade e do turismo e, principalmente, sobre as percepções dos turistas e dos moradores de Paraty sobre a forma específica que o turismo toma no município.

Outro aspecto de destaque em nossa análise foi a participação social da população residente e seu envolvimento com espaços públicos de representação social. Esta análise também envolveu as percepções dos moradores acerca dos problemas da cidade, as formas pelas quais se tenta resolvê-los e as principais mudanças ocorridas em Paraty, a partir do crescimento do turismo.

O resultado dessa última fase da pesquisa ocupa o terceiro e último capítulo em que são tratadas as dificuldades e potencialidades de Paraty, na visão de turistas e moradores, mostrando as semelhanças e distâncias entre estes. São discutidos os valores e significados para moradores e turistas quanto à atração pela cidade, com uma perspectiva comparativa entre os dois grupos.

Por fim, elaboramos uma síntese dos conteúdos que apreendemos e descobrimos, ao longo da pesquisa, e retomamos as questões iniciais, buscando respondê-las de forma a ampliar o horizonte de conhecimentos sobre o turismo em Paraty. Este conteúdo encontra-se nas Considerações Finais, momento em que também explicitamos as questões que ainda permanecem sem respostas e que podem dar origem a novos trabalhos e estudos na área.

1. A EQUAÇÃO TURISMO, DESENVOLVIMENTO LOCAL E INCLUSÃO/EXCLUSÃO SOCIAL

Fundamentos Teóricos

Nosso estudo tem o objetivo de discutir o impacto social do **turismo** partindo das relações entre o **desenvolvimento local** e a promoção da **inclusão/exclusão social**. Para tanto, tomamos como objeto aquilo que vem ocorrendo, nesse sentido, no município fluminense de Paraty, de pequeno porte, mas com intensa atividade turística.

De acordo com vários autores, o turismo representa, nas sociedades contemporâneas, um dos meios pelos quais o desenvolvimento local e a inclusão/exclusão social podem ser potencializados. Ele se caracteriza como vocação econômica e mediação entre o desenvolvimento e a inclusão/exclusão social, uma vez que se configura como principal atividade produtiva de inúmeras regiões no mundo.

Para compreender a questão, é relevante a contribuição dos trabalhos disponíveis sobre os significados e as conceituações do turismo na atualidade. Como ponto de partida, é necessário pontuar que o turismo refere-se a uma área de pesquisa e campo profissional que apresenta múltiplas definições, expressões da complexidade deste fenômeno social e das relações humanas que lhe dão forma.

Uma das definições mais antigas (de 1910) nos remete aos aspectos econômicos da atividade turística e compreende o turismo como *“a soma das operações, especialmente as de natureza econômica, diretamente relacionadas com a entrada, a permanência e o deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região”* (Herman von Schullard *apud* IGNARRA, 2000, p. 23).

Depois de quase um século, encontramos visões mais holísticas do processo que têm no turismo:

“um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural” (TORRE *apud* IGNARRA, 2000, p. 24).

Esta definição insere no conjunto de elementos que compõe o turismo as motivações dos turistas, dimensão de grande relevância para a realização das viagens. A definição, entretanto, mostra-se insuficiente para apreender todo o fenômeno, uma vez que exclui o atual campo do turismo de negócios e eventos ao afirmar que os turistas, não exercem “*nenhuma atividade lucrativa nem remunerada*”.

Um tratamento que nos parece de valor analítico foi elaborado por FORTUNA falando a respeito do turismo no contexto da cultura global desterritorializada que valoriza, nas palavras de BAPTISTA, a “*novidade permanente, fazendo uso das autenticidades promovidas localmente*”¹ (BAPTISTA, 2003, p. 4). Concebe-se o turismo como um fator de operacionalização da condição translocal² dos seres humanos, que viabiliza a incorporação das novidades por meio do uso das especificidades locais e do acesso aos bens socialmente valorizados.

Neste sentido, o turismo alinha-se ao paradigma capitalista e transforma espaços geográficos e sociais – juntamente com as construções humanas, elementos da natureza, manifestações religiosas, artísticas e indivíduos que lhe constituem – em produtos de consumo turístico, contribuindo para o processo de reificação no qual as relações sociais e outras dimensões da vida tornam-se “coisificadas”, em outras palavras, transformadas em mercadorias que concorrerão no “mercado turístico” nacional e internacional.

É necessário considerar, entretanto, o movimento dialético, também destacado na tradição marxista: apesar de significar o reforço da ordem capitalista e das relações sociais de dominação, competição e exclusão social que lhe são intrínsecas, o turismo representa a possibilidade de ruptura e subversão desta ordem.

Esta possibilidade se concretiza mediante as trocas de capital – financeiro, social, simbólico e cultural – que são viabilizadas pelo turismo e dão origem a percepções e alianças antes inexistentes, propiciando o surgimento de movimentos e mobilizações sociais, assim como viabilizando o acesso a novas tecnologias e conhecimentos que favorecem iniciativas de resistência.

Sob esta perspectiva, o turismo traz em si e nas suas relações com as outras dimensões da

¹ Com relação ao conceito sobre o “local”, é oportuna a consideração: “*o nosso local pode ser o universo e o universo pode ser o local, na certeza, porém de que nem um nem o outro vivem sem o seu (falso) oposto*” (FORTUNA *apud* BAPTISTA, 2003, p. 3).

² A condição translocal é apontada como pressuposto dos seres humanos “*no sentido em que somos todos engendrados a partir dos mais híbridos campos de possibilidades, locais, globais, temporal, espacial ou afectivamente constituídos, e só cultural e volitivamente buscamos ancoradouros para as nossas identidades*” (FORTUNA *apud* BAPTISTA, 2003, p. 2-3).

vida em sociedade, possibilidades e limitações para operar como elemento de desenvolvimento e de transformação social.

O turismo, portanto, pode representar a manutenção da predominância do capital em detrimento de relações mais equânimes e igualitárias – que deixam de ocorrer em função da apropriação desigual do capital e da frágil garantia dos direitos – ou pode representar a ruptura desta ordem hegemônica, permitindo a grupos antes subalternizados e oprimidos, maior acesso a renda, engajamento social efetivo, participação na vida pública de sua localidade e, nesse sentido, a efetivação dos direitos do cidadão.

Quando uma localidade recebe visitantes/turistas, os gastos que estes realizam com o consumo de serviços turísticos de hospedagem, alimentação, transporte e outros, ligados à atividade turística na localidade, transformam-se em oportunidades de emprego e de produção econômica, além de representarem um significativo potencial de trocas simbólicas e culturais.

Os postos de trabalho assim criados, na ausência de pessoas do local com a necessária qualificação para ocupá-los, podem resultar na oferta de empregos informais e mesmo formais, com baixa remuneração salarial para os trabalhadores locais. Torna-se uma exigência e uma prática comum a contratação de pessoas com perfis profissionais mais adequados vindos de outras cidades, estados, ou mesmo, países.

Por esta razão, para que se instalem processos de desenvolvimento local em cidades nas quais o turismo se configura como a principal atividade econômica, é necessário que iniciativas públicas na área de educação, voltadas à capacitação e qualificação profissionalizantes sejam realizadas, juntamente com um projeto político-pedagógico que compreenda a educação a partir de uma perspectiva de promoção da cidadania (LIMA, 2007).

As iniciativas em educação, tendo-se como foco a promoção da inclusão social, precisam ser inseridas como parte do processo de desenvolvimento e pensadas a partir de seu potencial para proporcionar ganhos em termos de fortalecimento pessoal e coletivo, isto é, de auto-estima e auto-confiança que permitam ao indivíduo construir uma visão crítica e transformadora da sociedade em que vive.

Ações deste tipo podem ser iniciadas pelo Poder Público, mediante órgãos governamentais locais, em parceria com a sociedade civil organizada, na forma de associações comerciais, sociais, religiosas ou de outras categorias, sem fins lucrativos.

A razão porque entendemos que estas iniciativas em educação devem ser públicas, isto é,

de livre acesso a toda a população consiste no fato de que, de outra forma, isto é, se estas iniciativas tiverem um custo elevado que dificulte o acesso, a manutenção dos privilégios às classes dominantes se perpetuará, comprometendo a promoção da inclusão social dos grupos desfavorecidos, como mencionamos anteriormente.

Iniciativas que capacitem e qualifiquem a população local para seu envolvimento e participação nos processos de atividade turística representam ganhos em termos de educação e de repertório cultural da população, além de poderem levar ao incremento na renda e a resultados econômicos favoráveis para a localidade.

Quando isto se dá, o turismo pode exercer um papel integrador das potencialidades locais e promotor da inclusão e da participação social, combatendo as desigualdades presentes no âmbito local e promovendo um verdadeiro desenvolvimento da localidade.

Quanto a este aspecto, é necessário notar que a política nacional brasileira reguladora da atividade turística no país³ destaca que o processo participativo de planejamento e gestão do turismo tem como um de seus principais fundamentos o envolvimento das comunidades locais nas decisões sobre o uso e ocupação do patrimônio natural e cultural, material e imaterial⁴, das localidades.

Conforme propõe o Plano Nacional do Turismo⁵, *“jornaleiros, taxistas, camareiras, cozinheiras, artesãos, músicos, banqueiros, pescadores e outros profissionais, passam a ser agentes do processo de desenvolvimento. O envolvimento abrange toda a comunidade receptiva”* (BRASIL, 2003, p.4).

Além de seu caráter político-democrático, a produção científica (BENI, 2000; IGNARRA, 2000; LAGE, 2001) e as diretrizes do governo federal também destacam o turismo enquanto importante elemento de promoção social e econômica de regiões pouco desenvolvidas: *“a geração de novos empregos no Brasil transitará via a promoção de investimentos no setor turístico. (...) Entendendo a importância do turismo como atividade estratégica de auto-sustentabilidade, com efeitos sociais evidentes, (...)”* (BRASIL, 2003, p.5).

³Política Nacional de Turismo (Decreto nº. 448 de 1992).

⁴Por patrimônio cultural material entende-se o conjunto de construções humanas (edificações, monumentos, arquitetura) e de produções culturais materiais como o artesanato e obras/instrumentos artísticos. As manifestações culturais imateriais referem-se aos usos e costumes tradicionais das populações, incluindo as festas populares, as artes cênicas, danças e outros (BARRETO, 2001).

⁵Plano Nacional de Turismo 2003-2007.

Isto evidencia que, em 2003, o Plano Nacional do Turismo incorporou preocupações relativas à questão das desigualdades sociais e regionais e à distribuição da renda como princípios norteadores das ações em turismo.

Dentre os vetores de governo estavam: (1) a redução das desigualdades regionais e sociais, (2) a geração e distribuição de renda, (3) a geração de emprego e ocupação e (4) o equilíbrio do balanço de pagamentos.

A ênfase do discurso governamental e, em parte da produção científica sobre turismo, está na idéia de que a atividade promove econômica e socialmente as regiões envolvidas, viabilizando a *“criação de empregos para populações residentes, a transferência de renda entre regiões, a atração de investimentos em infra-estrutura, a preservação do meio-ambiente, a valorização das identidades locais e das especificidades culturais”*, dentre outros benefícios às populações locais (SILVEIRA, 2002, p.40).

Diante das precárias condições de vida das populações moradoras em grande parte dos destinos e pólos turísticos brasileiros, entretanto, colocam-se dúvidas sobre o efetivo grau de desenvolvimento auferido pelas comunidades locais e seu real envolvimento no processo de planejamento e gestão do turismo.

Há alguns anos, YÁZIGI (1998) apontou que, no Brasil, o estímulo ao desenvolvimento da atividade turística era compreendido e implementado enquanto forma de atrair investimentos em hotelaria, concedendo-se reduzida importância às dimensões política, social, cultural e ambiental que, na verdade, também integram este processo.

Para enfrentar teoricamente este dilema, é imprescindível responder a algumas indagações inevitáveis:

(1) em que medida o turismo promove o desenvolvimento local?

(2) como a atividade turística pode contribuir para a redução das desigualdades e para a inclusão social?

Estas reflexões deram forma e vida a esta pesquisa que, de maneira semelhante ao que foi realizado por outros trabalhos, trata da questão do desenvolvimento local, da inclusão/exclusão social e do turismo. Por esta razão, apresentamos, na seqüência, as diferentes abordagens e os fecundos estudos que tratam desta temática, além de destacarmos as contribuições dos demais

para nossa pesquisa.

A análise das relações e efeitos do turismo sobre o desenvolvimento insere-se no contexto mais amplo das reflexões teóricas e implicações práticas do assunto, discutidas tanto em âmbito nacional quanto internacional.

Dentre os trabalhos internacionais, destaca-se o Fórum Mundial de Turismo para a Paz e Desenvolvimento Sustentável (em inglês, *World Tourism Forum for Peace and Sustainable Development*), um movimento que articula inúmeros países em todo o mundo, visando à produção de novos conhecimentos e práticas ligadas ao desenvolvimento e ao turismo.

O movimento realiza encontros anuais no Brasil e tem como foco o turismo em sua relação com (1) condições para a paz, (2) desenvolvimento social, (3) diversidade cultural, (4) preservação da biodiversidade e (5) desenvolvimento econômico, os cinco eixos temáticos em que se estruturam as ações e discussões do Fórum.

A atuação do Fórum se iniciou em 2004 e tem crescido em visibilidade e mobilização ao longo dos últimos anos. Sua primeira edição ocorreu em Salvador/BA, contando com a participação de 38 países, representados em 50 trabalhos apresentados. A segunda edição teve um público ainda maior (mais de 3.000 pessoas), com 44 países representados em 92 trabalhos.

A mobilização de pesquisadores, autoridades políticas, profissionais da área de turismo e de outros campos profissionais das ciências humanas e das ciências biológicas, investidores, ativistas, entre outros, é estimulada mediante redes mundiais de diálogo. Estas redes permitem a troca de experiências, a disseminação de conhecimentos e promovem o engajamento de cidadãos de diversos países em torno de novos comportamentos individuais e práticas coletivas, visando à preservação do meio ambiente, o respeito à diversidade cultural e o desenvolvimento econômico e social sustentável.

No âmbito acadêmico, dentre os trabalhos nacionais que tratam das implicações sociais da atividade turística ressalta-se a dissertação “As cidades do meu tempo: a experiência do turismo em Bananal/SP” (GAGLIARDI, 2005), centrado na cidade de Bananal, dotada de importantes atrativos turísticos históricos, culturais e naturais.

Diante do objetivo de compreender as interfaces do turismo no local, GAGLIARDI (2005) volta seu olhar à população residente e à história da cidade, atentando para o desenvolvimento econômico e social ligado ao turismo da cidade, a partir de uma abordagem antropológica no campo da sociologia.

Quanto a este aspecto, acreditamos ser preciosa a abordagem escolhida pela autora uma vez que no campo do turismo, são mais freqüentemente encontrados estudos que se apóiam, quase que exclusivamente, em conhecimentos da área de economia (tratando da movimentação de capital financeiro e seus impactos, estimulados pelo turismo) e de administração (voltadas à gestão serviços turísticos, sua oferta e demanda no mercado, etc.), de forma contrária ao foco assumido no campo das ciências sociais.

Ao analisar as relações de poder entre as classes burguesa (elite cafeeira do Vale do Paraíba) e escrava, fortemente presentes na época da construção da cidade, e ao considerar a atribuição de valores e sentidos aos elementos hoje denominados “atrativos turísticos” (residências, salões, hábitos e outros) a autora destaca o objetivo do turismo de:

“tentar obter de volta o capital simbólico que esses casarões, fazendas e nomes representam e tentar vender todo este conjunto como fetiche, (além de apontar que) essa prática implica, novamente, em impedir que desse patrimônio se apropriem seus também legítimos proprietários, ou seja, a população que ajudou na construção da cidade por meio de seus antepassados” (GAGLIARDI, 2005, p. 14).

Neste trabalho, a autora demonstra ter explicitado o que consideramos ser um dos elementos intrínsecos ao turismo e que, nas sociedades capitalistas, torna-se mais evidente: seu potencial excludente e reforçador das desigualdades (sociais, econômicas, culturais e outras) que, dialeticamente, convive com a (igualmente intrínseca) capacidade integradora do turismo, uma vez que, ao possibilitar o encontro e as trocas entre os seres humanos e destes com a natureza, o turismo favorece a (re)descoberta do homem quanto à sua história, à história de seus antepassados e favorece, também, a valorização da diversidade cultural da humanidade e a preservação da vida, possibilitando a integração homem/meio-ambiente/cultura.

Além destes, os trabalhos “Turismo e população dos destinos turísticos: um estudo de caso do desenvolvimento e planejamento turístico na vila de Trindade – Paraty/RJ” (OLIVEIRA, 2004) e “Desenvolvimento Local: o caso de Cumuruxatiba/BA” (CORÁ, 2006) abordam a questão do desenvolvimento ligado ao turismo.

No caso de OLIVEIRA (2004), o foco da pesquisa está no envolvimento da população residente em Trindade, distrito do município de Paraty, no processo de expansão do turismo na região. A mobilização social, mediada pela Associação de Moradores Nativos Originários da

Trindade, é apresentada como o meio pelo qual se organizou a resistência da população à desocupação daquela área, imposta por uma grande construtora multinacional que chegou a Trindade por volta de 1970, com a meta de construir condomínios residenciais para populações de alta renda na vila.

O conflito envolveu ameaças aos moradores por um longo tempo. Só depois de a população local contatar representantes da mídia e organizações não governamentais paulistas e fluminenses, como a Fundação SOS Mata Atlântica, entre outras, o caso foi levado ao Poder Judiciário.

Ao final, foi decidida judicialmente a concessão de pequenas glebas à construtora multinacional e, a maior parte, aos moradores, apesar de alguns terem vendido suas terras durante este processo⁶. Posteriormente, a multinacional construiu o luxuoso Condomínio Laranjeiras, um dos mais caros do país, em região vizinha às praias de Trindade.

Casos como este demonstram que o desenvolvimento implica a existência de conflitos por meio dos quais se pode efetivar a cidadania e a inclusão dos indivíduos e de suas demandas nos processos decisórios realizados no âmbito local. Em outras palavras, são processos pelos quais se efetiva a inclusão social que, neste caso, envolveu decisões relativas ao uso e ocupação das terras em uma vila com potencial turístico.

Fica igualmente visível que a mobilização social, apesar de imprescindível, precisa ser também acompanhada de ações governamentais (seja no campo executivo, legislativo ou judiciário), a fim de que se possa planejar e realizar o turismo de forma, minimamente, organizada e regulada.

Quanto a este aspecto, destaca-se a importância da formulação de políticas públicas, na maioria das vezes, a partir de reivindicações da sociedade civil organizada localmente – mediante associações de bairros, associações comerciais, movimentos sociais ou outras formas de associativismo – que está envolvida e é afetada nos processos de desenvolvimento turístico, por meio de negociações.

Estas negociações entre o poder público local e as instâncias de representação social,

⁶ Além das informações que constam do trabalho de OLIVEIRA (2004), maiores detalhes sobre este processo de resistência foram fornecidos pelo presidente da Associação de Moradores Nativos Originários da Trindade, Jonas Alves da Silva, em entrevista realizada em Trindade durante a pesquisa exploratória, no dia 11 de agosto de 2006.

como os Conselhos de Direitos, ou mesmo Conselhos Municipais de Turismo, são fundamentais para garantir a conciliação de interesses conflitantes (do empresariado, dos trabalhadores, dos órgãos responsáveis pela proteção ao meio ambiente e da população residente em geral) e a participação dos diferentes agentes sociais no planejamento e gestão do turismo.

O trabalho de CORÁ, a respeito da cidade de Cumuruxatiba na Bahia, também trata das relações entre desenvolvimento local e turismo, porém problematiza pouco a questão da participação e associações locais. Sua virtude está, todavia, no fato de centrar-se na questão do desenvolvimento local incluindo a contribuição do turismo para sua efetivação.

Neste estudo de caso, há uma análise do desenvolvimento estimulado pelo turismo, fortemente sazonal, e da percepção da população residente sobre as mudanças ocorridas a partir do incremento do turismo na localidade, bem como as melhorias e dificuldades geradas pela expansão da atividade turística.

Uma das importantes contribuições deste trabalho é a revisão bibliográfica sobre o termo “desenvolvimento” e os diferentes significados que lhe foram atribuídos ao longo dos anos, chegando-se à síntese, elaborada pela autora, de que o termo trata de “ações que incorporam não somente o crescimento econômico, mas também a inclusão social”, abrangendo as dimensões “espaço local, poder local, capital social, fortalecimento da participação cidadã, sustentabilidade e inclusão social” (CORÁ, 2006, p. 10).

Estes conceitos são os eixos em que se estrutura também o pensamento de MILANI (2004). Apesar da contribuição do autor quanto à inserção do espaço “local” na dimensão moderna do que se convencionou chamar “desenvolvimento”, em nosso entender, esta concepção é insuficiente para explicar os significados e as implicações do desenvolvimento local. Isto ocorre uma vez que ele trata muito sumariamente do elemento-chave e dificultador dos processos de desenvolvimento, a saber, os conflitos advindos da concentração de bens e riqueza (social, econômica, cultural e de outras ordens) que são constitutivos das contradições sempre presentes na sociedade capitalista.

Além disso, as possíveis formas de minimizar, por intermédio do turismo e da inclusão social, a submissão dos diferentes interesses e demandas locais à produção e à acumulação de capital financeiro tampouco são contempladas.

É necessário considerar que estamos vivendo, em nosso tempo, imensas contradições

próprias à sociedade contemporânea aliada a processos perversos presentes na globalização econômica e política em que o perigo de degradação do meio ambiente, a desigualdade social e a pobreza ganharam centralidade. Por isto mesmo sintetizam a questão social contemporânea e disparam movimentos e pressões na busca pelo **desenvolvimento**. Do ponto de vista da cidadania, observam-se pequenos ganhos, relativos ao processo de inibição da depredação do meio ambiente e a medidas da política social, assegurando mínimos de proteção social que minimizem os efeitos da exclusão e das iniquidades sociais.

O debate sobre o desenvolvimento ganhou relevância nas últimas décadas, especialmente nos anos 90, quando se passou a divulgar o “Índice de Desenvolvimento Humano” (IDH), utilizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), que o difundiu mundialmente.

A difusão deste termo, por parte da ONU, pode ser compreendida como uma tentativa de recuperar o aspecto qualitativo do desenvolvimento, em contraposição ao caráter fortemente quantitativo, econômico e financeiro dentro do qual ele vinha sendo concebido até então (OLIVEIRA, 2001).

A conceituação “desenvolvimento humano” estaria, portanto, ligada a um “conjunto de requisitos de bem-estar e qualidade de vida” (OLIVEIRA, 2001, p.11) que tem na melhoria das condições de vida dos seres humanos o objetivo maior dos processos ou planos voltados ao desenvolvimento.

Em consonância com esta perspectiva qualitativa, o Programa Nacional das Nações Unidas (PNUD) indica a centralidade do ser humano nos projetos que pretendem alcançar o desenvolvimento, ao eleger três princípios norteadores do Desenvolvimento Humano Sustentável: o desenvolvimento das pessoas, para as pessoas e pelas pessoas, como mostra o quadro abaixo:

Quadro 1: Princípios do Desenvolvimento Humano Sustentável

Desenvolvimento <u>das</u> pessoas , por meio da ampliação das capacidades, oportunidades, potencialidades criativas e direitos de escolha individuais.
Desenvolvimento <u>para</u> as pessoas , levando a que a riqueza produzida por uma nação seja apropriada equitativamente por cada um de seus membros.
Desenvolvimento <u>pelas</u> pessoas , através da participação ativa dos indivíduos e das comunidades na definição do processo de desenvolvimento do qual são, ao mesmo tempo, sujeitos e beneficiários.

Fonte: PNUD, 2006

Como aponta OLIVERA (2001), esta conceituação é, entretanto, insuficiente para compreendermos as implicações políticas e as disputas ideológicas hegemônicas presentes nas discussões e experiências de processos ligados ao desenvolvimento.

Além do IDH, é importante lembrar, também, que dois outros movimentos apresentaram-se ainda na década de 1990, de maneira a instigar maior reflexão e opção política pelo desenvolvimento local. O primeiro diz respeito às reformas do Estado que passaram a privilegiar a descentralização e a municipalização como condições para o fortalecimento da governança federativa e da democracia. A Constituição brasileira promulgada em 1988 reconheceu o município como unidade federativa e estimulou a descentralização das atribuições do Estado. O município foi eleito como espaço territorial mais adequado para se garantir a flexibilização das políticas e programas públicos no âmbito da proteção social (CARVALHO, 2004).

Apoiado nessa legislação, o desenvolvimento local ganhou consenso como meta desejável, diretriz constitucional e base estratégica na reforma do Estado. Nesse contexto de globalização, aposta-se no local. Nos países da periferia capitalista, os Estados-Nação ficam cada vez mais dependentes da inserção em blocos econômicos de um lado e, de outro, da maior otimização das oportunidades de suas micro-regiões e municípios para gerar desenvolvimento econômico e social, a partir de suas vantagens endógenas (CARVALHO, 2004).

Um segundo movimento apresentou-se mais fortemente vocalizado pela sociedade civil, organizada na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992, no Rio de Janeiro, conhecido como “Rio 92”. Pode-se dizer que essa conferência foi um marco na introdução do Desenvolvimento Local Sustentável na agenda pública do país, com o pressuposto da participação multisetorial de diversos agentes – governamentais, sociais e empresariais – no planejamento e na execução de ações integradas. É assim que, no final dos anos 90, o DLIS – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – emerge no discurso social como meta e metodologia de ação para desenvolver o local.

Chama-se desenvolvimento local integrado porque articula e integra as dimensões política, econômica, social e cultural convocando e conjugando as políticas sociais a buscarem prioridades comuns e consensuadas entre a sociedade e o governo. Acrescenta-se o termo “sustentável” porque parte das vocações e potencialidades econômicas e de capital social presentes no local e por não ser predador dos recursos locais. Almeja a sustentabilidade econômica e ambiental, com base na maior distribuição de bens, serviços e riquezas para todos

ou, em outras palavras, no alcance de uma qualidade de vida para todos, considerada social e eticamente satisfatória (CARVALHO, 2000).

A ênfase é posta no desenvolvimento sustentável enquanto capaz de gerar empregos e renda, revitalizar a esfera pública e promover maior equidade. É assim que o desenvolvimento local se apresenta como uma das diretrizes difundidas mundialmente para enfrentar a pobreza e as desigualdades presentes, especialmente nos países que compõem a periferia do capitalismo.

Recuperando a origem e o uso histórico do termo, percebemos que os significados atribuídos ao termo “desenvolvimento” são diversificados e apresentam variadas adjetivações. Segundo FISCHER (2002), o termo “desenvolvimento” foi transferido metaforicamente da área da biologia e, até o século XVIII, fazia referência ao “*movimento de um ser vivo do estágio inicial até ao estágio ou forma apropriada*” (FISCHER, 2002, p.3).

A autora registra que, tendo sofrido variações ao longo dos anos, a partir da década de 90, o conceito passou a ser concebido como:

um conjunto coordenado de processos participativos, permitindo progredir de modo contínuo na análise, no debate e no reforço de capacidades de planejamento e mobilização de recursos econômicos, sociais e ambientais da sociedade a curto e longo prazo, cujo alcance é devido a estratégias articuladas, quando possível, e, em caso contrário, dependendo de arbitragem e conciliação (CAIDEN & CARAVANTES⁷ *apud* FISCHER, 2002, p.5).

Pode-se perceber que, nesta abordagem, o sentido do termo vincula-se a processos, em contraposição a atos ou realizações circunstanciais. Processos que preconizam a participação, com destaque ao caráter democrático e coletivo, e que estão ligados ao aprimoramento de capacidades da sociedade (esta podendo ser compreendida como “comunidade”, quando em menor escala), viabilizados pela mobilização de recursos de diversas ordens.

A parte que mais nos chama a atenção faz referência aos mecanismos pelos quais o desenvolvimento é alcançado: “*estratégias articuladas, quando possível, e, em caso contrário, dependendo de **arbitragem e conciliação***” (grifo nosso).

São muitos os significados atribuídos à palavra “arbitragem”. Conforme se pode encontrar

⁷CAIDEN, G. e CARAVANTES, G. Reconsideração do Conceito do Desenvolvimento. **Revista de Administração**. OCDE Strategies du Development Durable, Paris, 2001.

na palavra dicionarizada, o sentido se refere a um *“julgamento feito por árbitro ou árbitros; decisão ou determinação que um juiz profere segundo os ditames da sua razão e consciência sobre pontos especiais omissos na lei”* (BUENO, 1996, p. 67).

Analisando especificamente a questão no âmbito dos projetos de desenvolvimento, FISCHER (2002) se refere à arbitragem como constituída por processos que envolvem, em última instância, a razão e consciência de um ou mais juízes, a respeito das ações a serem empreendidas.

Abriu o caminho para a arbitragem significa contemplar a possibilidade do litígio, isto é, de uma questão ou demanda inconciliável entre duas ou mais partes, o que exige a intervenção de uma terceira pessoa – um juiz – que venha a determinar as ações legítimas de execução.

A conciliação, enquanto outra forma de resolução dos conflitos existentes nos projetos de desenvolvimento, apresenta-se como uma solução para situações mais simples, nas quais é possível encontrar a *“harmonização de litigantes ou pessoas brigadas; pazes; congraçamento; reatamento”* (BUENO, 1996, p. 153).

Neste caso, a resolução do conflito aparece como produto de negociações entre as partes, como mecanismo de estabelecimento de acordos. As negociações se constituem importantes formas de regulação das práticas sociais consideradas legítimas nos processos de desenvolvimento das localidades.

NOGUÉS⁸ (*apud* FERRI, 2004, p.71) nos lembra que a negociação não se restringe à interlocução direta entre os diferentes agentes sociais, mas se constitui um *“processo dialético de confrontação onde duas ou mais partes, utilizando diferentes recursos, geram estratégias de defesa de seus pontos de vista e seus interesses”*.

Outra definição a respeito do desenvolvimento e que se aproxima da abordagem de FISCHER (2002) é a de MILANI (2004), para quem:

⁸ 1999 Del cante al discurso: el juego de la re-presentación compartida en la Semana Santa, en M. Oliver Narbona (coord.). **Identidad, Mercado y Poder**. I Jornadas de Antropología de las Fiestas. Expo-Fiesta, Elche, pp 141-153.

“O desenvolvimento local pode ser considerado como o conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais – vistas sob ótica intersetorial e trans-escalar – que participam de um projeto de transformação consciente da realidade local” (MILANI, 2004, p.1)

Esta definição, ao incluir o termo “consciente”, avança um pouco mais na explicitação do aspecto intencional ou volitivo que integra as ações empreendidas na sociedade, especialmente, aquelas entendidas como parte de um processo de desenvolvimento e de transformação.

Apesar de contemplar a questão da consciência nos projetos de transformação da realidade local – isto é, de desenvolvimento local –, esta conceituação não aprofunda a questão, cedendo à razão, à racionalidade e aos motivos/motivações, de várias ordens, implicadas nestes projetos, pouca importância.

Este aspecto nos parece, entretanto, central para que os projetos de desenvolvimento local sejam efetivamente voltados às pessoas por eles afetadas, isto é, destinados à população que reside no local de sua implementação.

A importância de se focalizar na população local está diretamente ligada aos riscos existentes nestes projetos; especialmente o risco de que os mesmos se transformem em mecanismos de instrumentalização do poder, beneficiando grupos minoritários da sociedade que constituem os setores de classe média e alta, em detrimento dos setores mais vulneráveis socialmente.

A possibilidade de beneficiar estes grupos residentes em cidades, estados ou, até mesmo, países distintos daqueles onde se implementam os projetos de desenvolvimento, pode comprometer os efeitos e resultados locais destes projetos e os ganhos reais para a população que habita aquele território.

Situações como estas podem ser facilmente encontradas no Brasil e em outros países nos quais existem destinações turísticas que incluem meios de hospedagem (hotéis, resorts e outros) de categoria “superior” ou “de luxo” (conforme tipologia utilizada na área de turismo) ligados a redes nacionais e internacionais que compõe as chamadas “cadeias hoteleiras”.

Estes empreendimentos, em sua maioria, utilizam serviços e equipamentos importados ou obtidos em regiões “desenvolvidas”, em geral do sudeste do Brasil, e, por vezes, até mesmo pessoal advindo de outras localidades. Além disso, têm como destino da maior parte de suas receitas, as empresas que centralizam a administração destas redes hoteleiras, localizadas, em sua grande maioria, em cidades do continente europeu e norte-americano. Trata-se de uma das facetas

do que pode ser distinguido como “financeirização globalizada” ou efeitos da “globalização econômica”.

Um estudo bastante interessante que trata desta questão é o de SILVA (2004) no qual é demonstrado como o conceito de cluster e de cadeia produtiva se faz presente na hotelaria da cidade de Salvador (BA). Isto se dá em função da existência de “fugas ou vazamentos” da economia da região que decorrem de pagamentos efetuados a fornecedores localizados fora da região, devido à necessidade de suprimento de elementos e produtos à estrutura produtiva local. O processo, por fim, ocasiona “*uma redução na magnitude da retenção local ou regional dos resultados econômicos propiciados pela atividade do turismo*” (SILVA, 2004, p.1)

Conforme já comentamos no início, é importante notar que o fenômeno é acompanhado por uma oferta de empregos à população local que se restringe, em geral, a postos de trabalho ocupados por carregadores de malas, camareiras, garçons/garçonetes, agentes de limpeza e de serviços gerais. Neste caso, a atividade turística funciona como um verdadeiro “enclave” na localidade, sugando lucros e deixando poucos resultados econômicos como retorno.

Diante de cenários como este, se faz necessária a reflexão sobre o desenvolvimento enquanto forma de priorizar os segmentos menos favorecidos da população no que se refere ao acesso à renda, às políticas públicas, às condições materiais de vida (habitação, bens/serviços de consumo e outros) e ao exercício da cidadania. Tal análise é determinante para a compreensão dos significados do desenvolvimento.

É preciso ter clareza a respeito da desigualdade com que os bens materiais e a renda são apropriados e das condições desiguais em que vivem as sociedades, com grupos muito diferenciados com relação à apropriação dos bens da sociedade, a fim de que se contemple uma das mais importantes dimensões deste fenômeno: os conflitos de classes sociais.

A reflexão sobre o desenvolvimento precisa incluir a dimensão desses conflitos para que se possa compreender as diferentes motivações e intenções dos indivíduos e grupos incluídos em projetos que almejam o desenvolvimento local.

Ao considerar a existência de intencionalidades que influenciam as ações sociais, é possível perceber o caráter ideológico que o termo “desenvolvimento” pode assumir quando são desconsiderados os sentidos e propósitos das ações a ele ligadas, atribuindo-se uma suposta neutralidade ao termo.

Cabe aqui lembrar a perspectiva de Marx Weber sobre a ação social:

“La “acción social”, por tanto, es una acción en donde el sentido mentado por su sujeto o sujetos está referido a la conducta de otros, orientándose por ésta en su desarrollo. 1. Por “sentido” entendemos el sentido mentado e subjetivo de los sujetos de la acción (...)” (WEBER, 1944, p.5).

O “sentido” da ação social é destacado por Weber como uma das categorias elementares às ações empreendidas na sociedade e, em termos gerais, representa a consciência das implicações inerentes a estas ações.

Trata-se de considerar que os sujeitos “mentalizam” ou conferem diferentes sentidos às ações sociais e que estas, por sua vez, existem em referência a uma conduta ou comportamento de outros sujeitos. Pode-se apreender que toda ação social implica uma reação por parte de outro sujeito ou grupo de pessoas.

Desta forma, cabe indagar sobre quais condutas se esperam dos diferentes grupos sociais que compõem a sociedade, inseridos em projetos de desenvolvimento local.

Uma outra decorrência da abordagem de WEBER (1944) se refere à importância da apropriação do sentido da ação social para seus sujeitos e no tipo de resultados obtidos com ela. No caso do desenvolvimento – seja ele econômico, social, sustentável ou do turismo –, essa incorporação subjetiva que os indivíduos fazem acerca dos sentidos das ações sociais é fundamental para se garantir o caráter democrático deste processo e se avançar no combate aos problemas que dificultam sua concretização.

Em seu estudo “Aproximações ao Enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?”, OLIVEIRA (2001) traça considerações bastante aprofundadas sobre os conflitos existentes em projetos de desenvolvimento, analisando o percurso histórico brasileiro no que se refere ao desenvolvimento.

O autor aborda a questão analisando o contexto brasileiro e confere destaque à inserção periférica do país no sistema capitalista mundial e às implicações relativas à cidadania e à concentração – de riqueza, de conhecimento, entre outras. No que se refere à ordem econômica, torna-se fundamental considerar a dimensão da desigualdade entre o trabalho e o capital (SANTOS *apud* CORÁ, 2006) – que se reflete no tipo de acesso à renda e ao usufruto de bens e serviços – para que possam ser concebidas iniciativas ligadas ao desenvolvimento local.

Nesta perspectiva analítica, o desenvolvimento é compreendido como estratégia de enfrentamento dos cidadãos, grupos sociais e países dominados contra as formas de dominação

existentes: econômica, social, cultural e outras.

O desenvolvimento é assim tomado como instrumento de contratendência e de desconcentração e deixa de corresponder, prioritariamente, a crescimento econômico e à geração de “*meios materiais de bem-estar e qualidade de vida*”. Incorpora-se a dimensão da aquisição – por meio do conflito de interesses, ideologias, intencionalidades e estratégias – da cidadania, entendida como a efetivação dos direitos sociais, civis, políticos e, mais recentemente, dos direitos difusos e coletivos (OLIVEIRA, 2001, p.12).

Esta perspectiva sobre o desenvolvimento permite trabalhar com as dimensões de **inclusão e exclusão social** vivenciadas pelas populações; em nosso caso, especialmente aquelas atingidas pela atividade turística.

O desenvolvimento apenas se configura como tal na medida em que os grupos sociais inicialmente distantes do exercício da cidadania, passem a vivenciar ganhos em sua atuação como cidadãos.

As possibilidades de mensuração destes ganhos em termos de exercício da cidadania são, entretanto, complexas e difusas, tanto nas análises teóricas, quanto nas definições estabelecidas no âmbito da prática profissional dos Assistentes Sociais.

Um dos referenciais que se propõe a conceituar esta questão é o Mapa da Inclusão/Exclusão Social (SPOSATI, 1996). Partindo do Índice de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Mapa considera a inclusão social uma utopia em contraposição à exclusão social.

Isto significa afirmar que ela é uma “*construção qualitativa que (...) supõe sete campos*” (SPOSATI, 2000, p.4): a autonomia, a qualidade de vida, o desenvolvimento humano, a equidade, a cidadania, a democracia e a felicidade, no sentido assim detalhado:

- Autonomia: “*capacidade do cidadão de suprir suas necessidades vitais, especiais, culturais, políticas e sociais*” (SPOSATI, 2000, p.5) por meio do mercado e do Estado além da possibilidade de exercer sua liberdade e de representar pública e partidariamente os seus interesses.
- Qualidade de Vida: acesso às condições que permitem a preservação do homem e do meio ambiente, considerando a qualidade e a democratização deste acesso. Refere-se, portanto, à possibilidade de melhor redistribuição e usufruto da riqueza social e tecnológica e a

garantia de desenvolvimento ecológico e participativo de respeito ao homem e à natureza.

- Desenvolvimento humano: utilizando o conceito do PNUD, o desenvolvimento humano é compreendido no Mapa como a “*possibilidade de todos os cidadãos de uma sociedade, melhor desenvolverem seu potencial com menor grau possível de privação e de sofrimento; a possibilidade da sociedade poder usufruir coletivamente do mais alto grau de capacidade humana*” (SPOSATI, 2000, p.5).
- Equidade: reconhecimento e efetivação dos direitos da população, por meio do respeito às diferenças (de gênero, políticas, étnicas, religiosas, culturais, de minorias, etc).
- Cidadania: a possibilidade de que “*a identidade de morador de um lugar se construa pela dignidade, solidariedade e não só pela propriedade*”, por meio de condições que propiciem não apenas o usufruto de um padrão básico de vida, mas a “*presença, interferência e decisão*” na vida pública (SPOSATI, 2000, p.5).
- Democracia: o exercício da cidadania por meio do qual o cidadão torna-se sujeito na vida coletiva.
- Felicidade: para além da posse ou do acesso a condições objetivas na vida, é compreendida pelo aspecto subjetivo dos desejos e sentimentos em busca da plenitude das capacidades humanas. É a situação que permite a expansão destas capacidades em potencial.

Estes parâmetros de inclusão social estabelecidos pela autora abrangem aspectos relativos ao exercício da cidadania e também expressam valores construídos coletivamente nas sociedades modernas, como a felicidade e a qualidade de vida.

Por se tratar de uma questão que envolve diferentes dimensões da realidade social (coletiva), além de questões subjetivas dos indivíduos envolvidos, entretanto, optamos, neste estudo, por formas mais simples de mensuração, visando nossas possibilidades de obtenção de dados para operacionalizar o trabalho de coleta e objetivar os resultados quanto aos processos de inclusão/exclusão social.

Na verdade, procurar construir empiricamente as situações de inclusão e exclusão social da população exige, antes, atender a alertas técnicos importantes sobre a compreensão de um processo inter-relacional e interdependente como o da inclusão/exclusão social.

Há, também, a exigência de adjetivação que advêm do próprio raciocínio lógico: é

necessário referenciar o processo da inclusão/exclusão social ao espaço, tempo e grupos de pessoas envolvidos. Quando se diz que algo ou alguém está incluído, a pergunta que se segue é: incluído em quê? Onde? De que forma? Daí a necessidade de precisar para que se possa compreender de que se trata realmente.

Outro alerta é que não existe inclusão/exclusão social absoluta (CASTEL, 1997). As pessoas que estão excluídas de determinados grupo e proteções sociais, estão incluídas em outros espaços e ambientes de proteção, ainda que informais. O mesmo autor aponta também que a exclusão social está ligada às regulações do trabalho e às proteções que a ele foram gradualmente vinculadas. Os processos de desfiliação vivenciados por grande parte da população que se vê privada de oportunidades de trabalho e, portanto, desprovida de proteção salarial, de saúde e de previdência social, são elementos constitutivos da questão social em curso nas diversas sociedades contemporâneas e são, também, os responsáveis pelos chamados processos de exclusão social.

A inclusão social, em nosso caso, é tomada enquanto parte integrante e intrínseca dos processos de desenvolvimento, uma vez que, como nos aponta OLIVEIRA (2001), o desenvolvimento significa as aquisições em termos de cidadania, por meio dos conflitos. Este exercício da cidadania, isto é, o exercício dos direitos e dos deveres, se dá à medida que o cidadão está incluído nos grupos e redes sociais que compõem a sociedade.

O desenvolvimento local, se tomado como processo de promoção da cidadania, mediado por interesses distintos e conquistado por intermédio da aquisição conflituosa, também significa ganhos em termos de inclusão social para os indivíduos que habitam a localidade. Estes ganhos estão vinculados ao desenvolvimento, uma vez que se adote uma concepção na linha proposta por OLIVEIRA (2001), relacionando-o ao avanço da cidadania e ao atendimento das demandas sociais dos grupos desfavorecidos e possibilitando seu acesso aos bens produzidos e à renda gerada pela sociedade da qual fazem parte.

A concretização deste acesso e a conseqüente promoção da equidade representam a efetivação do desenvolvimento local e tendem a materializar a inclusão social, com a diminuição dos setores excluídos deste acesso.

Esta conceituação nos faz compreender o desenvolvimento e a inclusão/exclusão social como dimensões diretamente interligadas da vida social e como parte de uma trama de relações que compõem e complexificam as sociedades contemporâneas.

Quanto a este aspecto, é necessário ponderar as análises de CASTEL (1997) sobre “as armadilhas da exclusão” que denotam o perigo de se atribuir o termo “exclusão social” a situações diversas, inviabilizando o estudo aprofundado sobre estas situações de desprovemento e apartação social. Além disso, o principal risco está em se deixar de “*interrogar sobre as dinâmicas sociais globais que são responsáveis pelos desequilíbrios atuais*, passando-se a descrever *estados de despossuir*” (CASTEL, 1997, p. 23) e criando impasses sobre os processos que os geram.

As recomendações do autor consistem em que (a) não denominemos exclusão social *qualquer disfunção social* mas que possamos *distinguir cuidadosamente os processos de exclusão do conjunto dos componentes que constituem, hoje, a questão social na sua globalidade* (p.45) e que (b) nos lembremos de que a “*luta contra a exclusão*” é levada também, e sobretudo, pelo modo preventivo, quer dizer, *esforçando-se em intervir sobretudo em fatores de desregulação da sociedade salarial, no coração mesmo dos processos da produção e da distribuição das riquezas sociais* (p.46).

Estes apontamentos ecoam harmoniosamente com as considerações de OLIVEIRA (2001) pois destacam a relevância do contexto econômico, político e social de cada sociedade para as análises sobre o desenvolvimento e sobre a inclusão/exclusão social. Ambos os autores destacam as conseqüências dos processos de produção, distribuição e apropriação das riquezas sociais, nos quais a desregulação e flexibilização das condições de trabalho operam como fatores determinantes para o aumento do contingente de pessoas que não têm oportunidades de trabalho e estão distanciadas dos benefícios e proteções a ele vinculadas.

É justamente a partir dessa articulação existente entre a inclusão/exclusão social e o desenvolvimento local que este estudo pretende investigar os impactos sociais do turismo em Paraty. Acreditamos que reflexões desta natureza e aquelas mencionadas nos trabalhos dos demais autores citados ganham relevância para a construção do conhecimento e para o estímulo a novas ações no campo das Ciências Humanas, do Turismo e das Ciências Sociais, de forma mais específica, e de suas interfaces com outras áreas do saber, especialmente para a elaboração de políticas públicas em municípios brasileiros ainda pouco desenvolvidos social e economicamente.

Procedimentos da Pesquisa

Escolha do local

Iniciamos a pesquisa exploratória sobre as possíveis cidades onde realizaríamos o trabalho de campo com municípios localizados em regiões relativamente próximas à cidade de São Paulo a fim de que houvesse certa aproximação ao contexto territorial e social da região sudeste do Brasil, onde moramos e pretendemos continuar atuando nos próximos anos.

Além das dificuldades de deslocamento para regiões mais distantes, visando a coleta de informações, esta delimitação geográfica teve a intenção de que as pesquisas de campo fossem facilitadas e menos onerosas. Isto nos levou a considerar, inicialmente, municípios localizados nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

A cidade de Itanhandú/MG foi uma das consideradas. Buscando informações recentes sobre o turismo local, verificamos a pequena importância a ele conferida pelos gestores municipais, atualmente, e o baixo grau de envolvimento da comunidade local quanto a esta questão. O próprio Secretário Municipal da área viu-se recentemente obrigado a abandonar o cargo devido à baixíssima remuneração oferecida. Desta forma, fomos impulsionados a buscar outras cidades.

Algumas cidades do litoral paulista, como Ubatuba e São Sebastião, foram igualmente consideradas. Sobre estas cidades, a vasta quantidade de estudos⁹ relativos ao impacto produzido pelas migrações e pelo turismo nas comunidades caiçaras destes destinos é bastante significativa.

Apesar destes estudos também abordarem a cidade de Paraty/RJ – conhecida por sua relevância turística no país¹⁰ e pelas várias modalidades de turismo ali realizados: de aventura, histórico, ambiental e religioso – procuramos verificar a conveniência de sua escolha.

A pesquisa exploratória chamou nossa atenção para a relevância e riqueza da atividade turística nessa cidade, mostrando também o período relativamente recente em que a atividade

⁹ É relevante a contribuição do Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras (NUAPUB) da Universidade de São Paulo (USP) sobre este assunto. Para publicações, vide DIEGUES (1994, 1998).

¹⁰ De acordo com o relatório “Caracterização e Dimensionamento do Mercado Doméstico de Turismo no Brasil” (EMBRATUR/FIPE, 1998), o estado do Rio de Janeiro é o segundo maior receptor de turistas domésticos do Brasil, recebendo 8,2% do total de turistas nacionais. Neste estado, a cidade de Paraty aparece como uma das principais cidades turísticas, segundo o relatório “Considerações sobre as potencialidades do setor de turismo, no estado do Rio de Janeiro, ancoradas sob a perspectiva de sua capital” (Informe Setorial, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, n.º. 07, Agosto/1999).

vem ali se desenvolvendo: a partir de 1970, isto é, há, aproximadamente, 35 anos. Na década de 70, ocorreu a abertura da rodovia BR 101, que estimulou um grande fluxo migratório de pessoas que passaram a residir na cidade e influenciou também o deslocamento de populações rurais e costeiras em direção à área urbana.

Além disto, é importante para o estudo sobre os ganhos e déficits em termos de desenvolvimento, impulsionados pela atividade turística no município, a existência, até hoje, de comunidades remanescentes que vivenciaram a formação da cidade: caiçaras, indígenas, nas aldeias de Araponga e Paraty-Mirim, e quilombola, originária de antigo quilombo, atualmente chamado de Comunidade do Campinho da Independência.

Durante a pesquisa exploratória, foram realizadas entrevistas com lideranças da cidade e com a população de baixa renda que inicialmente habitava a zona rural, exercendo atividades agrícolas tradicionais, e a zona costeira do município, onde a atividade pesqueira constituía a principal fonte de renda e de subsistência.

Desenho da pesquisa

A pesquisa exploratória nos permitiu formular a hipótese de que o crescimento da atividade turística na cidade – tendo como marco a década de 70, com a abertura da Rodovia BR 101 – favoreceu a melhoria na renda e na oferta de postos de trabalho (ainda que, informais e sazonais), o que significou ganhos em inclusão social; entretanto, se observarmos a situação atual, grande parte da população que atualmente reside em Paraty vive em condições precárias de vida, considerando-se sua situação habitacional e de infra-estrutura, de educação e de saúde, elementos que se configuram como fatores de exclusão social.

O estudo se propõe a analisar o turismo, a partir do desenvolvimento local e da inclusão/exclusão social, entendendo que estas realidades se manifestam conjuntamente na realidade social e se somam à dinâmica complexa de outras dimensões sociais.

Como objetivos específicos, temos:

- Analisar o turismo enquanto mediador do desenvolvimento local e da inclusão/exclusão social, isto é, como meio a partir do qual é possível promover o desenvolvimento e a inclusão/exclusão
- Avaliar os possíveis mecanismos a partir dos quais o turismo pode minimizar seus efeitos

em termos de exclusão social e contribuir para uma maior inclusão social da população local durante o processo de desenvolvimento

Para orientar esse trabalho, construímos uma matriz¹¹ de estudo com áreas compreendidas como dimensões da inclusão social, do desenvolvimento e do turismo, operacionalizando a pesquisa e permitindo construir, a partir das variáveis estudadas em cada dimensão, indicadores, isto é, parâmetros para nossa análise. A matriz encontra-se no quadro 2 abaixo:

¹¹ Na construção dessa matriz, aproveitamos elementos da Ficha de Perfil Social do Programa de Inclusão Social (PIS) do estado do Mato Grosso do Sul, cuja avaliação esteve sob responsabilidade do Instituto de Estudos Especiais (IEE) da PUC SP em 2006.

Objetivo: Analisar o impacto social do turismo em Paraty considerando, para tanto, o desenvolvimento local e a inclusão/exclusão social.

Hipótese:
O turismo favoreceu a melhoria na renda e na oferta de postos de trabalho, o que significou ganhos em inclusão social; apesar disto, grande parte da população que atualmente reside em Paraty vive em condições precárias de vida, considerando sua situação habitacional e de infra-estrutura, de educação e de saúde, elementos que se configuram como fatores de exclusão social

		DIMENSÃO	VARIÁVEIS	OBJETIVO ESPECÍFICO
Desenvolvimento Local	Inclusão Social	Demografia	-sexo (FS e FP) ¹² -faixa etária (FS e FP) -lugar de nascimento (FP) -tempo de residência em Paraty (FP) -cidade, unidade da Federação ou país de residência anterior (FP) -grupo familiar (FP) -estado civil (FP)	Conhecer o perfil demográfico da população e identificar processos migratórios ocorridos durante o crescimento do turismo
		Trabalho	-situação ocupacional ¹³ (FP) -condição de ocupação no trabalho principal (formal / informal) (FP)	Analisar a inserção dos respondentes nas atividades produtivas locais
		Renda	-rendimento bruto mensal no trabalho principal (FP) -existência de outras fontes de renda (FP) -rendimento bruto mensal nos demais trabalhos (FP)	Considerar a apropriação da renda na análise
		Educação	-grau de instrução (FP) -utilização da rede particular ou pública de ensino (FP)	Conhecer o grau de instrução e o tipo de serviço de educação utilizado
		Habitação	-localização dos domicílios particulares permanentes ¹⁴ (zona rural ou urbana) (FS) -infra-estrutura: existência do serviço público de esgotamento sanitário, coleta do lixo, abastecimento de água e iluminação (FS e FP) -surgimento bairros novos (FP)	Analisar as mudanças ocorridas nas condições de habitação
		Documentos do Cidadão	-posse de documentos pessoais: RG, CPF, Título de Eleitor, Certidão de Nascimento/Casamento, Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e Carteira da FUNAI (para pessoas indígenas) (FP)	Investigar uma condição relativa ao exercício da cidadania
		Participação Social	-participação em espaços públicos de representação social (FP)	Investigar a articulação social

¹² Na matriz, FP corresponde a Fontes Primárias (pesquisa de campo) e FS, a Fontes Secundárias (Censo Demográfico e outros dados publicados/fornecidos por órgãos governamentais).

¹³ Adotamos aqui a referência do IBGE que considera “*como ocupação a função, cargo, profissão ou ofício desempenhado numa atividade econômica*” (METODOLOGIA 2000, p.249).

¹⁴ São aqueles que “*foram construídos para servir exclusivamente à habitação*” (METODOLOGIA 2000, p.234).

Turismo	<u>Orçamento Público:</u> -Relevância da contribuição tributária dos meios de hospedagem ao orçamento público municipal (FS)	Estudar as mudanças causadas direta e indiretamente pelo turismo, a oferta de equipamentos turísticos da cidade e os significados do turismo para a população residente e para o turista de Paraty
	<u>Estrutura de Empregos:</u> -quantidade de meios de hospedagem existentes (FS) -quantidade de hóspedes (FS) -quantidade de agências de passeio e turismo (FS) -quantidade de estabelecimentos na área de alimentos e bebidas (FS) -distribuição da ocupação da população nas atividades produtivas (FS)	
	<u>População</u> -sua percepção sobre o turismo, o turista e sobre a relação do poder público com o turismo (FP) -mudanças ocorridas na cidade e na vida pessoal da população decorridas do desenvolvimento de Paraty e do turismo (FP) -acesso e percepção de apropriação/pertencimento sobre o espaço natural, urbano e dos atrativos turísticos ¹⁵ (FP) -percepção quanto à valorização de seu espaço natural, urbano, suas tradições e história (FP) -sentimento de responsabilidade pela preservação do patrimônio (FP) -sentimento de participação nas decisões sobre o patrimônio - fortalecimento da ação pessoal e em rede percebido pela população (FP) -elementos da cidade mais valorizados pela população (festas, natureza, construções históricas, produção artística ou outros) (FP)	

¹⁵ São compreendidos como elementos que atraem o turista, também chamados de “recursos turísticos”. Os atrativos podem ser agrupados em naturais e culturais (BARRETO, 1999).

Como se pode observar, a pesquisa procurou contemplar um conjunto de aspectos que configuram e caracterizam de forma quantitativa e qualitativa a população local, atentando não apenas para suas características demográficas mas também para os aspectos relativos ao trabalho, à renda, à educação e às condições de moradia (dimensão “habitação”).

É necessário apontar que devido às restrições de recursos e tempo, não foi possível realizar uma pesquisa do tipo probabilística que possibilitasse a representação, de forma quantitativa, do conjunto da população residente em Paraty. A pesquisa de campo objetivou, todavia, fornecer elementos qualitativos que expressassem os principais pensamentos e percepções de um conjunto de pessoas sobre o turismo realizado na cidade e seus impactos em termos de desenvolvimento e inclusão/exclusão social.

Possibilitou, também, uma melhor imersão na realidade local, respondendo a meu interesse de aproximação de pessoas fundamentais para a concretização de um trabalho realizado por uma pesquisadora que chega à cidade.

Ainda como dimensões da vida social que envolvem o desenvolvimento e a inclusão/exclusão social e foram contempladas na matriz, estão a questão do exercício da cidadania (dimensões “documentos do cidadão” e “participação social”), alguns aspectos ligados ao orçamento público e, finalmente, aspectos culturais, valores e percepções da população local quanto às suas próprias demandas e com relação ao turismo local (estes últimos aspectos encontram-se inseridos na dimensão “turismo”).

Os dados demográficos são frequentemente utilizados em pesquisas por permitirem a construção de um perfil da população local, por serem facilmente coletados – devido ao fato da população já estar habituada às pesquisas realizadas pelo Censo Demográfico – e por serem quantificáveis.

Questões relativas ao trabalho e à renda, individual e familiar, juntamente com aquelas relativas à dimensão da educação e da habitação, também utilizadas pelo Censo, foram integradas à pesquisa, que se compôs de dados obtidos em fontes secundárias e primárias.

As dimensões “documentos do cidadão”, “participação social” e “turismo”, menos frequentemente utilizadas do que as demais em estudos sobre desenvolvimento local, se constituem como elementos importantes para os objetivos propostos neste trabalho.

Apesar de ser uma questão incapaz de, por si só, auferir informações sobre o exercício da cidadania, a posse de documentos chamados do cidadão (RG, CPF, Título de eleitor, dentre

outros) foi escolhida como um indicador por se constituir uma forma elementar e necessária, ainda que insuficiente, da expressão e representação do cidadão / da cidadã no âmbito público, especialmente na esfera governamental.

Outra dimensão considerada foi a participação social. Entendemos que a participação e mobilização social é um dos fortes propulsores das transformações sociais vivenciadas no Brasil e também em outros países. As variáveis que consideramos para incluir essa dimensão na análise são insuficientes para apreendermos, em profundidade, esse processo de engajamento social da população local. Todavia, por entendermos que o envolvimento dos cidadãos em grupos de representação social se caracteriza como um avanço no combate as desigualdade sociais e na superação dos problemas sociais, bem como das situações de exclusão social vivenciadas no âmbito local, decidimos incluir essa questão na pesquisa que realizamos.

Diante da importância de se pertencer a redes sociais que fortalecem os vínculos e ofertam proteções sociais em situações de dificuldades/vulnerabilidades, o engajamento em grupos sociais, sejam eles religiosos, de manifestação popular e outros, configura-se como importante elemento de inclusão social. A existência desses grupos sociais além de serem importantes para permitir a inclusão social e o exercício da cidadania, compõe, em âmbito mais amplo, o patamar de desenvolvimento local alcançado.

Além disso, entendemos que o envolvimento da população em espaços públicos de representação social é uma medida importante da articulação e mobilização social por ela alcançada, em torno de problemas e interesses comuns.

Por esta razão, foram considerados como espaços públicos de representação social tipos diversos de organizações formais e informais, a saber: grupos religiosos, associações, movimentos sociais, partidos políticos e sindicatos profissionais.

Com relação ao turismo, última dimensão analisada na matriz, estudamos dois campos que estão diretamente ligados à atividade turística e um que é por ela afetado indiretamente. São eles: o orçamento público e a estrutura de empregos. Estas variáveis permitiram investigar os efeitos do turismo sobre as atividades produtivas da cidade, atentando para a oferta de trabalho, a distribuição da ocupação da população e seus efeitos para as finanças públicas municipais.

Quanto ao campo indiretamente afetado pelo turismo, é importante lembrar que a atividade turística exerce significativa influência sobre a organização do espaço geográfico e

social, trazendo à população residente perspectivas distintas daquelas que ela possuía antes da chegada dos turistas, como aponta o trabalho de GAGLIARDI (2005), anteriormente mencionado.

Estas perspectivas, por vezes, alteram não apenas o universo cultural da população, mas também o dos visitantes, repercutindo nos valores, desafios, problemas, possibilidades e oportunidades existentes. Elas expressam os significados, nem sempre visíveis concretamente, das relações sociais estabelecidas e dos ganhos e perdas, individuais e coletivas, decorridos do desenvolvimento da cidade e do turismo.

Compreendemos que estes aspectos são importantes para o estudo das relações multifacetadas entre o desenvolvimento, a inclusão/exclusão social e o turismo e, principalmente, para tornar nítida a maneira como este processo foi vivenciado pela população, além de contribuir para reflexões sobre o projeto de futuro que se pretende. Por esta razão, incluímos a percepção da população e do turista sobre o turismo como um aspecto indiretamente ligado à atividade turística. Estas variáveis encontram-se na matriz, no campo relativo à “população”.

A coleta de dados em fontes secundárias envolveu alguns resultados das pesquisas do Censo Demográfico e dados coletados junto a órgãos governamentais da esfera estadual e municipal, como a Secretaria-Geral de Planejamento do Estado do Rio de Janeiro, a Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (CIDE), a Fundação Instituto Estadual de Florestas (IEF), a Prefeitura Municipal de Paraty, dentre outros.

A coleta de dados primários foi realizada por meio de observação participante, por dois questionários diferentes, aplicados a 43 moradores e 27 turistas, e por entrevistas qualitativas com 07 pessoas que apresentavam uma diversidade de percepções, de tipos de envolvimento e de interesses pelo turismo em Paraty. Os números de pessoas abordadas com os questionários foram escolhidos em função de nossa possibilidade de aplicar os questionários, tendo em vista a representatividade dos grupos pesquisados. Alguns dos critérios para a seleção dos entrevistados foi seu envolvimento com a cidade, com a prática do turismo e seus conhecimentos sobre a história de Paraty. Dentre eles, algumas pessoas se envolveram de forma a defender as áreas territoriais de moradores nativos.

Quadro 3: Técnicas de Coleta de Dados

Técnica	Pessoas envolvidas
Observação Participante	<ul style="list-style-type: none"> • Encontro da Rede DLIS de Paraty • Reunião do Conselho Municipal das Associações de Moradores de Paraty (COMAMP)
02 Questionários	<ul style="list-style-type: none"> • Turistas • População residente
Entrevistas	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevistado 1: Historiador e antigo Secretário Municipal de Turismo. Paratiense que reside na cidade há mais de 45 anos (Sr. Diunir Mello). • Entrevistado 2: Empresária local e antiga secretária municipal de educação. Moradora de Paraty há 26 anos e integrante do Instituto Histórico e Artístico de Paraty (IHAP). Autora do trabalho “Um Olhar sobre a Educação Indígena de Paraty”, apresentado na Universidade Sorbonne na França, em 2005 (Sra. Nélia Terra). • Entrevistado 3: Arte-educador, artista plástico e dramaturgo. Residente em Paraty há 31 anos e autor de diversos trabalhos (textuais, jornalísticos e teatrais) relacionados à cidade. Presidente do Partido dos Trabalhadores de Paraty (Sr. Themilton Tavares). • Entrevistado 4: Psicóloga e artista plástica. Paratiense cuja família reside há mais de 60 anos na cidade. Além de seu envolvimento com um grupo de leitura e de artesanato local, sua família esteve bastante envolvida com projetos sociais e com as festas religiosas da cidade (Sra. Berenice Rameck). • Entrevistado 5: Proprietária de uma banca de vendas informal da cidade. Produtora de doces típicos que viveu na zona rural de Paraty durante muitos anos (Sra. Joana da Conceição). • Entrevistado 6: Antigo pescador que atualmente trabalha na construção civil. Nascido em Ponta Negra, região costeira do município, mudou-se para a zona urbana há mais de 45 anos (Sr.

	<p>Hernandes).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entrevistado 7: Paratiense nativo da praia de São Gonçalo e pertencente a uma das três famílias que conseguiram permanecer na região, mediante processo judicial, após a chegada da construtora multinacional White Martins. Filho de um trabalhador da Rodovia BR 101 é, atualmente, proprietário de uma pousada e camping, além de trabalhar na Secretaria do Meio-Ambiente (Sr. Vagno Cruz). • Entrevistado 8: Funcionário dos Correios que nasceu e reside em Paraty há mais de 55 anos. Sua família costumava residir no Centro Histórico da cidade (Sr. Jorge).
--	---

As entrevistas foram realizadas antes dos questionários e tiveram caráter semi-estruturado. Elas versaram sobre as dimensões apresentadas na matriz, ou seja, sobre o desenvolvimento local e a inclusão/exclusão social, envolvendo questões relativas ao trabalho, à renda e à educação, às condições de moradia (habitação), ao engajamento social da população e ao turismo. As entrevistas tiveram também a intenção de identificar os principais problemas do município e fornecer elementos que permitissem a elaboração do questionário a ser respondido pela população local.

Com relação às entrevistas semi-estruturadas, nos valemos de BAUER & GASKELL (2002) para esclarecer nossa concepção acerca deste instrumento de pesquisa qualitativa:

“Essas formas de entrevistas qualitativas podem ser distinguidas, de um lado, da entrevista de levantamento fortemente estruturada, em que é feita uma série de questões predeterminadas; e de outro lado, distingue-se da conversação continuada menos estruturada da observação participante ou etnografia, onde a ênfase é mais em absorver o conhecimento local e a cultura por um período de tempo mais longo do que em fazer perguntas dentro de um período relativamente limitado” (BAUER & GASKELL, 2002, p. 65).

A entrevista qualitativa serve “*essencialmente para estabelecer ou descobrir que existem pontos de vista sobre os fatos, além daqueles da pessoa que inicia a entrevista*”, como escreveu Robert Farr (*apud* BAUER & GASKELL, 2002, p.66).

Isto nos parece fundamental para esclarecer que há diferenças entre as visões de mundo, isto é, entre os paradigmas do pesquisador que estuda e dos sujeitos-objeto que vivenciam o fenômeno investigado. Entendemos, portanto, que o pesquisador precisa estar predisposto a perceber e incorporar estes olhares e visões a fim de apreender o fenômeno a que se propõe estudar.

“O primeiro ponto de partida é o pressuposto de que o mundo social não é um dado natural, sem problemas: ele é ativamente construído por pessoas em suas vidas cotidianas, mas não sob condições que elas mesmas estabeleceram. Assume-se que essas construções constituem a realidade essencial das pessoas, seu mundo vivencial. O emprego da entrevista qualitativa para mapear e compreender o mundo da vida dos respondentes é o ponto de entrada para o cientista social que introduz, então, esquemas interpretativos para compreender as narrativas dos atores em termos mais conceptuais e abstratos, muitas vezes, em relação a outras observações. A entrevista qualitativa, pois, fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos” (BAUER & GASKELL, 2002, p. 65).

Como se percebe, é necessária uma disposição para olhar o mundo a partir dos olhos dos entrevistados, isto é, estar atento às informações fornecidas e reconstruir o fenômeno estudado a partir das concepções por eles transmitidas. É preciso estar atento às determinações econômicas, sociais e culturais existentes na localidade a fim de se compreender, paradoxalmente, as possibilidades e dinâmicas de transformação da realidade por parte dos sujeitos locais, isto é, daqueles que vivenciam e interferem nos processos em curso.

Como mencionamos, as entrevistas permitiram identificar diversas questões que, posteriormente, dirigimos ao conjunto da população que respondeu aos questionários, ou seja, as entrevistas foram importantes fontes de subsídios para a construção do instrumental.

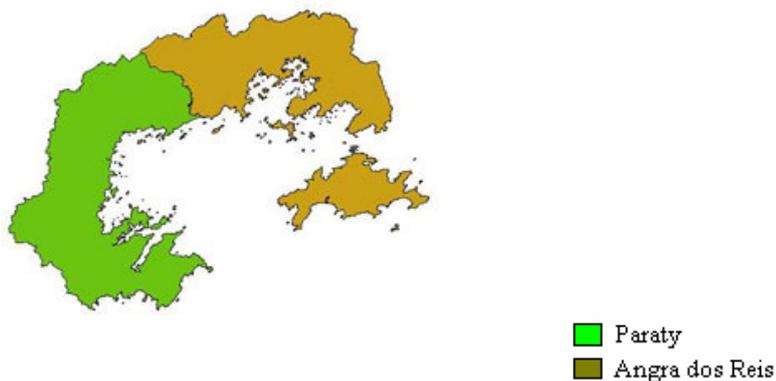
2. CENÁRIOS GEOGRÁFICOS, DEMOGRÁFICOS E SOCIOECONÔMICOS E A VOCAÇÃO TURÍSTICA DE PARATY

Para o estudo do caso de Paraty, faz-se necessário compreender o contexto em que ele se insere. Esta contextualização é relevante, pois fornece referenciais a partir dos quais se pode compreender os processos de crescimento do município como o perfil de sua população, suas condições de vida e as implicações da vasta área natural, protegida pela legislação – elementos que nos permitem reconhecer a inegável vocação da cidade para o turismo.

Iniciando com a localização geográfica, é importante lembrar que a cidade de Paraty localiza-se na Baía da Ilha Grande¹⁶ que integra a região denominada Costa Verde do estado do Rio de Janeiro. A cidade é considerada uma das mais antigas povoações do sul fluminense e conta com uma grande área costeira recortada por inúmeras enseadas.

A combinação de belezas naturais na cidade se soma às antigas construções arquitetônicas da época do Brasil Colônia, no século XVII, tornando-se elemento-chave para o turismo. Além do município de Paraty, localizado no extremo sul do estado, a Baía da Ilha Grande inclui o município de Angra dos Reis, como mostra a figura abaixo.

Figura 1: Baía da Ilha Grande



Fonte: Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ)¹⁷

¹⁶ A Baía da Ilha Grande é a microrregião geográfica em que o município está inserido. Este termo é utilizado pelo IBGE para fins estatísticos e leva em consideração as similaridades sociais e econômicas dos municípios. As microrregiões geográficas brasileiras foram instituídas pelo Presidente do IBGE n° 11, de 5 de junho de 1990 (IBGE, 2000).

¹⁷ Disponível em <<http://www.cederj.edu.br/atlas/rbaia.htm>>. Acesso em 30 ago 2006.

A região da Costa Verde recebe este nome por situar-se entre uma cadeia de montanhas com faixas de Mata Atlântica e cachoeiras de um lado e, de outro, pelo mar, com inúmeras ilhas. Além dos dois municípios da Baía da Ilha Grande, a região da Costa Verde também inclui os municípios de Itaguaí e Mangaratiba (figura 2) e é a menor do estado fluminense em termos territoriais (ocupa apenas 5% da área total do estado).

O estado do Rio de Janeiro tem outras sete Regiões de Governo que agrupam o restante dos municípios: as regiões Centro-Sul Fluminense, Médio Paraíba, Metropolitana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense – a maior, ocupando 23% da área do estado –, Baixadas Litorâneas e Serrana.

Atualmente, o estado congrega noventa e dois municípios e ocupa uma área de 43.864,3 km² que representa apenas 4,73% da região Sudeste do país, segundo dados da Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (RIO, 2006).

Figura 2: Região da Costa Verde



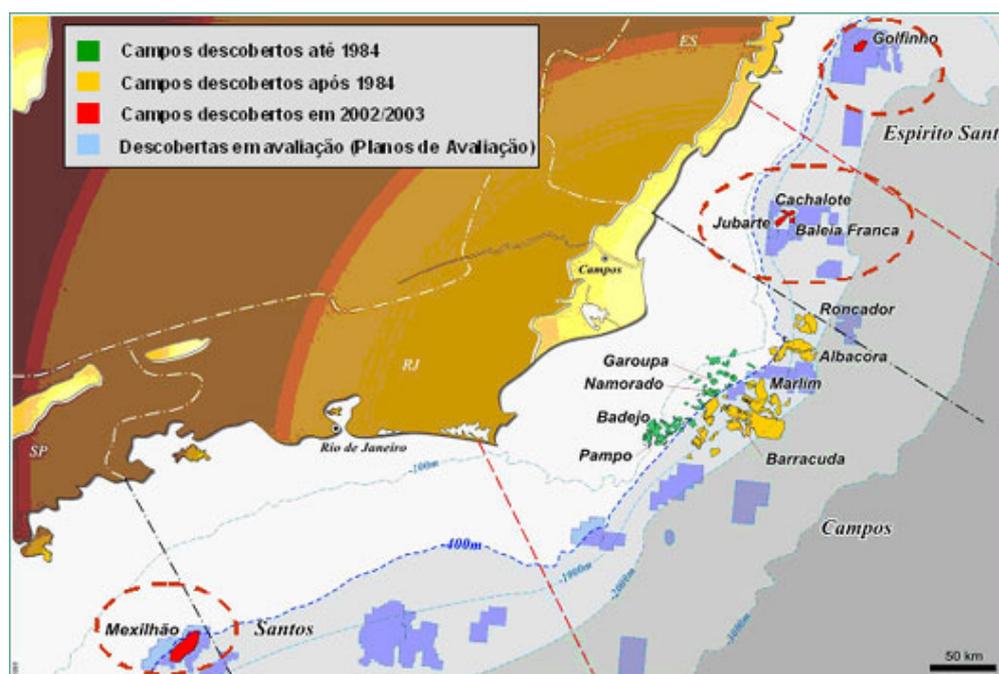
Fonte: Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (CIDE)¹⁸

¹⁸ Disponível em <<http://www.cide.rj.gov.br>>. Acesso em 30 ago 2006.

Ocupando um território relativamente pequeno da região Sudeste, o estado do Rio de Janeiro está, entretanto, entre os cinco estados mais populosos do país, ocupando o 3º lugar na classificação com 14.391.282 habitantes. Estão à sua frente os estados de São Paulo (37.032.403) e Minas Gerais (17.891.494).

O estado do Rio de Janeiro é também conhecido por sua altíssima participação na produção de petróleo nacional (84% do total são produzidos no estado). O fato se deve ao primeiro campo gigante do país, descoberto em 1985, o Albacora e, posteriormente, aos campos Marlim e Barracuda, todos localizados na Baía de Campos, na área que corresponde ao estado fluminense (esta baía ocupa também parte das águas pertencentes ao estado do Espírito Santo), como mostra a figura abaixo.

Figura 3: Mapa dos campos de petróleo na Região Sudeste



Fonte: Petrobrás¹⁹

¹⁹ Disponível em http://www2.petrobras.com.br/portal/frame.asp?pagina=/Petrobras/portugues/plataforma/pla_bacia_campos.htm. Acesso em 30 ago 2006.

As principais atividades econômicas do estado são o comércio, que contribui com 38%, o maior percentual do PIB estadual – calculado em R\$ 284,9 bilhões de reais em 2005 – e, em segundo lugar, a indústria extrativa e de transformação com 35% do PIB estadual (RIO, 2006).

Em termos do setor comercial, destaca-se o turismo como uma das principais atividades econômicas, sendo a prestação de serviços e o comércio responsáveis por 49% e 37%, respectivamente, do total de estabelecimentos e por 90,4% das operações e desembolsos efetuados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao estado (RIO, 2006). O mesmo estudo mostra que, considerando-se apenas os estabelecimentos hoteleiros do estado, há um conjunto de 1.819 estabelecimentos que receberam 1.908.288 hóspedes nacionais e estrangeiros.

Vale destacar também que a capital do Rio de Janeiro está entre as principais destinações turísticas do mundo, tendo ocupado, nos últimos oito anos, o primeiro lugar na classificação das cidades que mais sediam eventos internacionais na América Latina e a 27ª na classificação mundial, como mostra a tabela:

Tabela 1: Classificação das principais cidades receptoras de eventos internacionais

Colocação na Classificação		Cidade	Total de eventos internacionais sediados	
Latino americano	Mundial		Ano 2004	Ano 2000
1º	27º	Rio de Janeiro	34	55
2º	41º	Santiago do Chile	24	5
3º	45º	Buenos Aires	21	24
4º	49º	La Havana	19	11
5º	53º	São Paulo	16	-
6º	60º	Cancun	15	10
7º	65º	Quito	15	-
8º	70º	Cidade do México	13	7

Fonte: Associação Internacional de Congressos e Convenções, 2004.

É importante notar que os eventos internacionais apresentados nesta tabela correspondem a uma tipologia específica de eventos, utilizada pela Associação Internacional de Congressos e Convenções (em inglês “*International Congress and Convention Association – ICCA*”) que exclui muitos outros eventos nacionais e internacionais que nela não se enquadram.

Os eventos por ela contemplados precisam ter abrangência internacional e se configuram como congressos e convenções, ou seja, eventos geralmente realizados por associações profissionais e acadêmicas. Desta classificação são excluídos os seminários, shows ou apresentações artísticas, feiras e exposições e outros tipos eventos nacionais e internacionais.

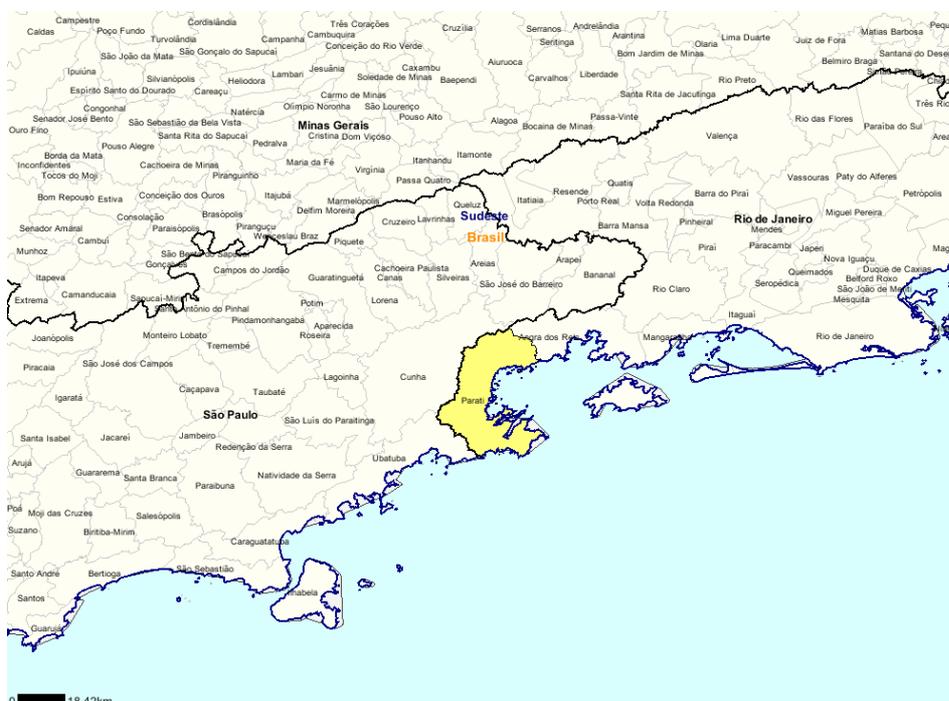
O indicador é relevante, entretanto, pois expressa uma variável utilizada em âmbito internacional que permite compreender as dimensões do setor de turismo de eventos e negócios em diversos países e cidades.

Além dos eventos, o turismo no Rio de Janeiro é mundialmente conhecido por sua beleza natural – privilegiada pela região de costa litorânea com praias e cadeias montanhosas (Serra do Mar e da Mantiqueira) – e por seu clima tropical que resulta em verões quentes e chuvas distribuídas ao longo do ano, características do clima tropical semi-úmido.

O turismo na cidade do Rio de Janeiro, assim como na cidade de São Paulo, tem significativa influência sobre o fluxo turístico para Paraty. A cidade, por estar próxima dessas duas importantes capitais²⁰ e também devido à riqueza dos seus atrativos turísticos, recebe turistas hospedados, inicialmente, naquelas cidades. As distâncias entre Paraty e o Rio de Janeiro e São Paulo são, respectivamente, 261 km e 305 km.

²⁰ São Paulo e Rio de Janeiro são as duas principais capitais do país considerando suas produções econômicas e a recepção de turistas nessas cidades. Estes estados foram identificados como 1º e 3º, respectivamente, na lista dos principais receptores de turistas domésticos na pesquisa “Caracterização e Dimensionamento do Turismo Doméstico no Brasil: PRODETUR NE II – PRODETUR SUL”, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) da Universidade de São Paulo, 2006.

Figura 4: Paraty e os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo



Fonte: IBGE²¹

Paraty tem como cidades limítrofes Cunha (SP) a oeste, Ubatuba (SP) ao sul e Angra dos Reis (RJ) ao norte. Elas estão localizadas a 47, 75 e 99 km do município, respectivamente.

Outras cidades próximas de onde procedem turistas para Paraty são Guaratinguetá, SP (95 km), Volta Redonda, RJ (145 km) e Taubaté, SP (173 km), como apontou a pesquisa de campo.

Aspectos demográficos

Paraty é um município de pequeno porte²² que tem apresentado um crescimento populacional significativo desde 1990, como mostra a tabela a seguir:

²¹ Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em 09 jul 2006.

²² Segundo a Política Nacional de Assistência Social, os municípios brasileiros podem ser classificados como “metrópoles” (população superior a 900.000 habitantes), “grandes” (população entre 100.001 e 900.000), “médios” (entre 50.001 e 100.000), de “pequeno porte 2” (entre 20.001 e 50.000) e de “pequeno porte 1” (até 20.000 habitantes).

Tabela 2: Crescimento anual da população em relação aos Censos Demográficos anteriores

Ano	1970		1980		1991		2000	
	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%
Brasil	94.508.642	100	121.150.573	28,19	146.917.459	21,27	169.590.693	15,43
Estado RJ	8.994.802	100	11.291.631	20,34	12.807.706	11,84	14.367.083	10,85
Paraty	16.019	100	20.626	28,76	23.928	16,01	29.544	23,47

Fonte: Censos Demográficos IBGE.

Observa-se que o crescimento populacional em Paraty excede, em termos percentuais, o crescimento ocorrido no estado do Rio de Janeiro (20,34% em 1980; 11,84% em 1991 e 10,85% em 2000) e no Brasil (28,19%, 21,27% e 15,43%, respectivamente) nos últimos anos, com exceção de 1991, para o país.

Uma estimativa do IBGE para 2005 foi de 33.062 habitantes em Paraty, ou seja, estimou-se um aumento de 11,91% em termos populacionais nos cinco anos após o Censo 2000.

Em 1966, Paraty recebeu o título de Monumento Histórico Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) mediante o Decreto nº. 59.077 de 24 de março. Na década de 70, com a abertura da Rodovia BR 101, ligando o Rio de Janeiro a Santos, o acesso à Paraty tornou-se mais fácil, favorecendo a circulação de pessoas.

Estes fatores contribuíram para o aumento da visibilidade da cidade de Paraty no cenário brasileiro, com sua beleza natural e arquitetônica. Devem ser compreendidos, portanto, como fatores de atração de visitantes e de pessoas interessadas em morar na cidade, para integrar-se à atmosfera cultural e artística paratiense.

Em 1996, a Contagem da População realizada pelo IBGE já apontava que, aproximadamente, 8,5% da população residente havia se mudado para Paraty há, aproximadamente, 5 anos. Destes, 52,8% vinham de outras cidades do estado do Rio de Janeiro, 44% de outros estados brasileiros e 2,7% de outro país.

A relevância do turismo para a chegada de novas pessoas na cidade também pode ser indicada pela significativa porcentagem de domicílios (25,15% do total) que podem ser considerados domicílios de veraneio e/ou segunda residência, ou seja, aqueles classificados como “particular - não ocupado - uso ocasional” (14,53%) e “particular - não ocupado - vago” (10,62%), como aponta a tabela 3.

FREIRE (2006) utiliza a contraditória expressão “turista permanente” para se referir à presença, na cidade de Paraty, de residências de propriedade de muitas pessoas que são “visitantes que gostam tanto da cidade que escolheram Paraty como seu local predileto para os momentos de lazer”.²³

Tabela 3: Localização dos domicílios particulares

Espécie	Urbano		Rural		Total	
	NA	%	NA	%	NA	%
Particular – ocupado	3861	35,27	4069	37,17	7930	72,45
Particular - não ocupado – fechado	24	0,22	36	0,33	60	0,55
Particular - não ocupado - uso ocasional	467	4,27	1124	10,27	1591	14,53
Particular - não ocupado – vago	442	4,04	721	6,59	1163	10,62
TOTAL	4794	43,8	5950	54,36	10744	98,15

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

Se atentarmos para as dinâmicas de crescimento populacional de Angra dos Reis e Ubatuba, cidades limítrofes de Paraty que, de forma semelhante, têm no turismo a sua principal atividade econômica, perceberemos que nelas o crescimento populacional foi relativamente maior, nos últimos anos:

Tabela 4: Crescimento anual da população de Paraty, Angra dos Reis e Ubatuba

Ano	1970		1980		1991		2000	
	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%
Paraty	16.019	100	20.626	28,8	23.928	16,01	29.544	23,47
Angra	40.276	100	57.869	43,6	85.571	47,8	119.247	39,3
Ubatuba	15.203	100	27.139	78,5	47.398	74,6	66.861	41

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

²³ Cf. FREIRE, F. In: SODA, P. (2006).

Durante as últimas três décadas, Angra dos Reis que seria considerado um município de pequeno porte 2 em 1970, passou a configurar-se como cidade de grande porte ao fim de 2000; Ubatuba, de pequeno porte 1, ascendeu duas categorias, tornando-se uma cidade de médio porte, no mesmo período. Dentre as três cidades, Paraty, com o menor crescimento, continua sendo um município considerado pequeno tendo, porém, chegado à classificação “pequeno porte 2” (PNAS, 2004).

Esta comparação com as cidades limítrofes nos permite afirmar que o crescimento, em termos demográficos, foi uma tendência registrada nos três municípios, sendo que o ritmo inferior observado em Paraty fez com que ela conseguisse manter suas características de cidade pequena.

Provavelmente, o fato das cidades de Angra dos Reis e Ubatuba terem vivenciado um processo de crescimento planejado dos loteamentos – que posteriormente deram origem a grandes condomínios particulares –, somado à proximidade às duas capitais dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, explique o diferencial de crescimento. Isto pode ser mais notável no caso de Ubatuba pois ela, ao contrário de Angra dos Reis, tinha no Censo de 1970, uma população menor que a de Paraty. Nesta última, o turismo assume características especiais ligadas à atração do conjunto arquitetônico, mais do que o acesso – mais caro e difícil – às belezas naturais e ao mar do que em Ubatuba.

Em se tratando das taxas de natalidade, os dados comparativos apontam similaridades entre Angra dos Reis e Ubatuba, apesar da diferença na quantidade de habitantes entre elas. As taxas foram de 20,8 e 20,5, respectivamente, em 2000, enquanto em Paraty, encontramos um índice de 15,8 no mesmo ano. Analisando-se o crescimento vegetativo, Paraty teve como índice 11,4 enquanto Angra dos Reis e Ubatuba apresentaram, respectivamente, 17,6 e 14,8 em 2000, o que demonstra que o crescimento demográfico é o crescimento vegetativo somado à migração.

Desta forma, o incremento de 28,76% na população residente em Paraty em 1980 (com relação a 1970) e de 23,47% em 2000 (com relação a 1991), pode ser contextualizado e explicado.

Para um tratamento mais pormenorizado sobre o perfil da população paratiense, temos sua distribuição por faixas etárias. Ela mostra uma prevalência de adultos de 25 a 39 anos (23,1%). Somando-se a este conjunto os demais adultos com idade entre 40 e 59 anos (19,1%) chegaremos

a 42,2%, o que aponta a predominância de uma população madura. É interessante notar o equilíbrio na presença de homens e mulheres (51% homens).

Tabela 5: Distribuição da População segundo faixas etárias e sexo

	Total		Homens		Mulheres	
	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%
Adultos faixa 1 (25 a 39 anos)	6.825	23,1	3.422	22,7	3.403	23,5
Adultos faixa 2 (40 a 59 anos)	5.656	19,1	2.981	19,8	2.675	18,5
Adolescentes (de 10 a 17 anos)	4.659	15,8	2.387	15,8	2.272	15,7
Jovens (18 a 24 anos)	4.112	13,9	2.149	14,3	1.963	13,6
Crianças (de 5 a 9 anos)	2.967	10,0	1.410	9,4	1.557	10,8
Crianças (de 0 a 4 anos)	3.154	10,7	1.605	10,7	1.549	10,7
Idosos (acima de 59 anos)	2.171	7,3	1.111	7,4	1.060	7,3
TOTAL	29.544	100	15.065	51	14.479	49

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

Ao investigarmos a presença de famílias jovens, isto é, famílias com responsáveis pertencentes ao grupo de adolescentes e jovens, condição considerada como fator de risco social pela literatura (ABRAMOVAY, Miriam *et. al.*), percebemos a pouca relevância desse fenômeno em Paraty.

Tabela 6: Responsáveis pelo domicílio segundo faixas etárias e sexo

	Total		Homens		Mulheres	
	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%
Adultos faixa 2 (40 a 59 anos)	3.206	41,04	2.410	40,79	796	41,83
Adultos faixa 1 (25 a 39 anos)	2.753	35,25	2.198	37,20	555	29,16
Idosos (acima de 59 anos)	1.351	17,30	904	15,30	447	23,49
Jovens (18 a 24 anos)	479	6,13	385	6,52	94	4,94
Adolescentes (de 10 a 17 anos)	22	0,28	11	0,19	11	0,58
TOTAL	7.811	100	5.908	76	1.903	24

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

Paraty, acompanhando as tendências nacionais de aumento significativo do número de mulheres responsáveis pelo domicílio²⁴ que, de acordo com o Censo Demográfico de 2000, estavam presentes em 24,9% dos domicílios particulares permanentes do país, apresenta 24% dos domicílios sob responsabilidade de mulheres, de acordo com dados do mesmo censo.

Com relação à questão étnica, os dados do IBGE mostram-se deficitários, uma vez que, sendo obtidos também por auto declaração dos entrevistados, resultam em dificuldades para sua utilização analítica. Segundo essas escolhas, o brasileiro pode se autodenominar “branco”, “pardo”, “preto”, “amarelo” ou “indígena”, o que dificulta a caracterização de etnias. Ressalvando esta imprecisão, verifica-se que, em Paraty, a maior parte da população recenseada (65,66%) identificou-se como “branca”, seguindo-se as respostas “parda” (27,75%) e “preta” (4,91).

Condições de vida

Para efeito de pesquisas censitárias, o município é dividido em 03 distritos – Paraty, Paraty-Mirim e Tarituba (antigamente chamado de Humaitá) – sendo Paraty a sede municipal. Os outros dois distritos são considerados áreas rurais, onde se encontra a maioria da população (53,30%) e dos domicílios (54,36% do total, conforme tabela 3).

Tabela 7 - População residente e indicativo de residência na sede municipal

	Urbana		Rural		Total	
	NA	%	NA	%	NA	%
Reside na sede	13786	46,7	-	-	13786	46,70
Não reside na sede	263	0,89	15472	52,41	15735	53,30
Total por situação	14049	47,59	15472	52,41	29521	100

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000.

²⁴ No Brasil, em 1991, os domicílios chefiados por mulheres correspondiam a 18,1% do total. O termo “chefe de família” foi substituído por “responsável pelo domicílio” no Censo de 2000, denominação atribuída mediante auto declaração da pessoa entrevistada.

Infelizmente, grande parte destas áreas rurais encontra-se em condições precárias de habitabilidade: a rede pública de **saneamento básico** é insuficiente, o acesso a estas áreas se faz por estradas de terra e, alguns locais, apenas por trilhas e pelo mar, com canoas e barcos – que transportam pessoas, alimentos, materiais de construção e outros – como acontece nas Comunidades de Pouso da Cajaíba e da Praia de Calhaus²⁵. A iluminação elétrica também não chega a muitas dessas comunidades, totalizando 10,4%²⁶ o montante das residências sem este tipo de serviço.

Quanto ao saneamento básico, 30,1% dos domicílios do município têm **acesso à água** via poço, nascente e outras formas, enquanto os 69,9% domicílios restantes são abastecidos com água que não recebe tratamento convencional em sua totalidade²⁷. No Brasil, segundo dados do Censo Demográfico 2000, a quantidade de domicílios que dependem de poços, nascentes ou outras formas é um pouco inferior (22,1% do total) enquanto que 77,8% são abastecidos via o sistema da rede geral.

Além disto, o abastecimento é frequentemente comprometido, especialmente nos períodos de eventos e festas em Paraty, ocasiões de um natural acúmulo de turistas na cidade. O fato prejudica principalmente os estabelecimentos comerciais (restaurantes, bares, lojas e pousadas) e as residências, tanto as localizadas no centro histórico como em outros bairros da cidade.

A existência de um sistema de **esgotamento sanitário** que atende apenas 15,8% dos domicílios faz com que a maior parte da população use fossas rudimentares, sépticas e valas (80,3% dos domicílios) ou lance os detritos nos rios Matheus Nunes e Pequerê-Açu (restante dos domicílios), comprometendo, além da sustentabilidade da vida marinha e fluvial, a atividade pesqueira nestes rios e os banhos nas praias, especialmente a do Pontal e a do Jabaquara, localizadas no perímetro urbano. Em âmbito nacional, a questão do esgotamento sanitário mostra-se um pouco melhor, considerando que 47,2% dos domicílios são atendidos pela rede geral de esgoto ou pluvial e que 41,2% (quase a metade do percentual de Paraty) utilizam fossas sépticas, rudimentares e valas.

²⁵ Dados do Projeto Gera-Sol e Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios (PRODEEM). Disponível em <<http://www.seinpe.rj.gov.br/Home-Gera/Paraty.htm>>. Acesso: 2 de jul 2006.

²⁶ Censo Demográfico 2000.

²⁷ Cf. ESTUDO (2005).

A poluição dos rios e, imediatamente, das praias que recebem as águas advindas desses rios, além de gerar o comprometimento da sustentabilidade da fauna e da flora local, comprometem a saúde dos banhistas, tanto dos moradores quanto dos turistas da localidade.

Somando-se a esta situação precária, nos últimos anos, a Prefeitura Municipal deixou de reportar à Secretaria-Geral de Planejamento do Estado do Rio de Janeiro, o destino e o tratamento do esgoto coletado pela pequena rede de esgotamento sanitário, o que suscita questionamentos em relação à adequação da atenção governamental à saúde pública e à preservação do meio ambiente em Paraty.

Ainda sobre o saneamento básico, identificou-se que a cobertura do serviço público de **coleta de lixo** deixa de atender 17,7% dos domicílios – no Brasil, esse percentual chega a 20,9% – e que as, aproximadamente, 20 toneladas de lixo coletado diariamente, são despejadas em 03 vazadouros a céu aberto, isto é, lixões, localizados em áreas de periferia urbana²⁸.

Um destes principais lixões localiza-se no km 576 da BR 101, a poucos metros da rodovia, na área que corresponde ao bairro da Boa Vista, bairro de entrada da cidade para as pessoas que acessam a cidade pelo trevo principal.

A questão do lixo e da falta de saneamento básico são problemas sérios, especialmente nas épocas de maré alta em que as águas do mar adentram a cidade (que se encontra no nível do mar) e se misturam com as águas provenientes das casas, principalmente no centro histórico, levando a população e os visitantes a terem que andar por ruas onde a sujeira é visível e exala o odor característico. Desnecessário é nos estendermos sobre o impacto da questão da higiene e da saúde pública.

Outra consequência da falta de planejamento urbano para acompanhar o crescimento da cidade é a precária rede de serviços e equipamentos públicos ligados às áreas da saúde, educação, cultura e segurança nestas áreas.

Apesar disto, a esperança de vida da população no município, apontada pelo IBGE/DATASUS, em 2000, corresponde a 71,4 anos de idade, o que excede a esperança de vida nacional (68,6 anos). Isto evidencia que, no Brasil, as condições de vida, de forma geral, estão mais precarizadas que em Paraty.

²⁸Cf. PLANO (2006).

Áreas protegidas de Paraty

As áreas protegidas de Paraty constituem 05 (cinco) Unidades de Conservação (UC) que se sobrepõem entre si e, juntas, ocupam quase 70% da área total do município²⁹ que abrange 928,5 km².

Tabela 8: Unidades de Conservação de Paraty

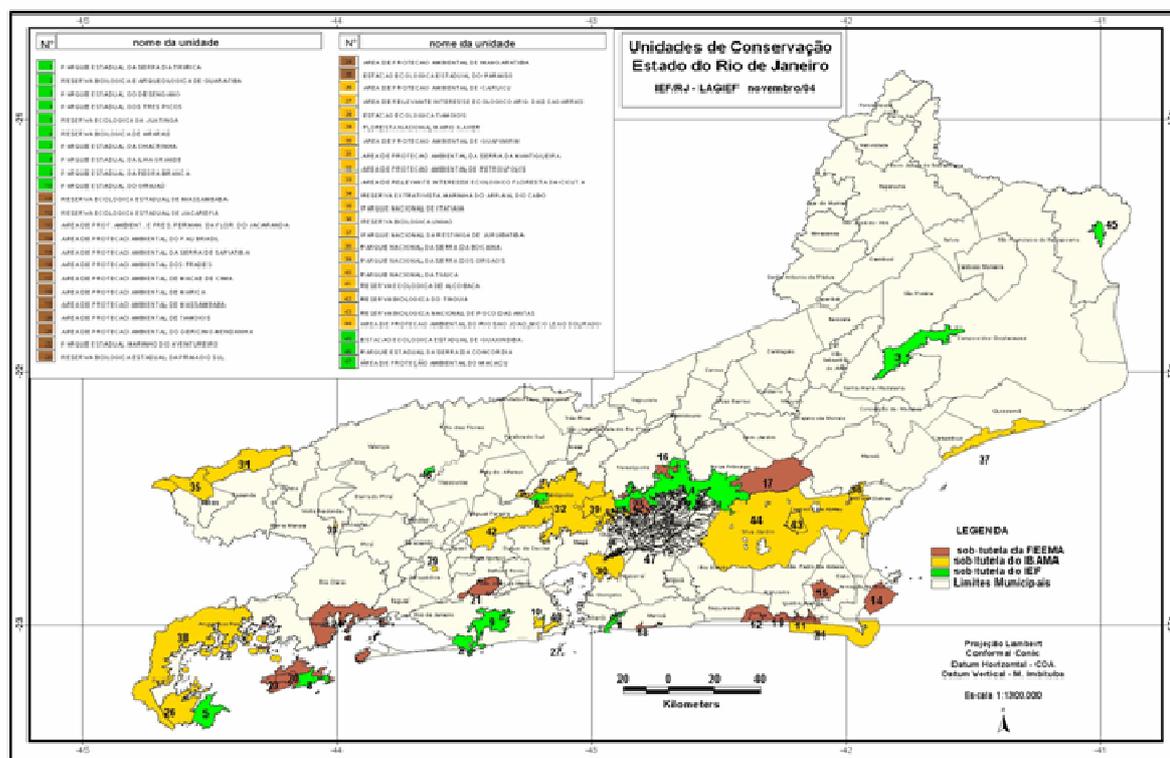
Unidade de Conservação	Área	Adm.	Nº Mapa
Parque Nacional da Serra da Bocaina	615 km	União	38
Área de Proteção Ambiental (APA) do Cairuçu	338 km	União	26
Reserva Ecológica da Juatinga	70 km	Estado	5
Estação Ecológica de Tamoios	40,7 km	União	28
Área de Proteção Ambiental (APA) Municipal da Baía de Paraty e Saco de Mamanguá	*	Município	-

Obs: O termo “Adm.” corresponde à esfera governamental responsável pela administração da UC e “Nº. Mapa” se refere ao número da UC que permite localizá-la no mapa da Figura 5.

* não foi possível encontrar a área delimitada por esta Área de Proteção Ambiental.

²⁹ Cf. UNIDADES (2006a, 2006b)

Figura 5: Mapa das Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Fundação Instituto Estadual de Florestas (IEF)³⁰

O *Parque Nacional da Serra da Bocaina* ocupa parte do território de Paraty e se estende pelas cidades de Angra dos Reis (RJ), Cunha (SP) e São José do Barreiro (SP), sendo considerado um dos principais redutos de Mata Atlântica e concentrador de grande parte das nascentes que fornecem água potável àquelas cidades.

Enquanto Parque Nacional, o território se constitui como área de preservação permanente destinada a fins científicos, culturais, educativos e recreativos e está sob administração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

A *Área de Proteção Ambiental (APA) do Cairuçu* compõe-se por 63 ilhas e uma parte continental delimitada ao norte pelo Rio Matheus-Nunes, estendendo-se até a Vila de Trindade, no sul do município. Nesta região estão também inseridas a Reserva Ecológica da Juatinga e duas Reservas Indígenas (Araponga e Paraty-Mirim).

³⁰ Disponível em <<http://www.ief.rj.gov.br/unidades/conteudo.htm>>. Acesso: 27 set 2006.

Segundo a legislação governamental do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as APA's podem ser constituídas por terras públicas ou privadas, estando os proprietários sujeitos ao cumprimento de normas e restrições que têm o objetivo de “*proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais*”³¹.

A APA do Cairuçu está sob responsabilidade do IBAMA que, segundo o Plano Diretor do município, deve permitir a participação do poder público local, na definição de seu zoneamento. O poder público é representado, especificamente neste caso, pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Pesca e Agricultura; o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente; o Conselho Municipal de Urbanismo; o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pela sociedade civil, instrumentalizada pelo Plano Diretor do município.

A *Reserva Ecológica da Juatinga* apesar de estar inserida na APA do Cairuçu, se encontra sob administração da Fundação Instituto Estadual de Florestas (IEF-RJ), órgão vinculado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, e abrange uma área de 80 km². Como Reserva Ecológica, consta em seu Decreto de Criação a finalidade de preservação do ecossistema local – remanescentes de florestas de Mata Atlântica, restingas, manguezais e costões rochosos – e também da cultura caiçara presente na área.

A *Estação Ecológica de Tamoios* é destinada à realização da pesquisas de ecologia, à proteção do ambiente natural e ao desenvolvimento da educação conservacionista³² e compõem-se por 29 ilhas, incluindo também ilhotas, lajes e rochedos situados na Baía da Ilha Grande e da Ribeira. A Estação de Tamoios foi construída pela empresa Eletronuclear (Eletrobrás Termonuclear S.A.), responsável pela produção de energia nas usinas nucleares Angra 1, 2 e 3, que a cedeu ao IBAMA em 13 de abril de 2007.

Na ocasião também foram assinados o Termo de Compensação Ambiental pela Eletronuclear para destinar investimentos ao Parque Nacional da Serra da Bocaina, no valor de

³¹ Lei no. 9.985 de 18 de Julho de 2000. Cf. UNIDADES (2006a).

³² Lei Federal nº 6.902 de 27 de abril de 1981. PLANO (2006).

R\$ 1,6 milhão durante os próximos dois anos, e um “*protocolo de intenções em relação a obras a serem realizadas na estrada Paraty-Cunha*” (Eletronuclear, 2006³³).

Finalmente, temos a *Área de Proteção Ambiental (APA) Municipal da Baía de Paraty e Saco de Mamanguá*, que abarca a região da baía e as ilhas, tendo sido criada por Lei Municipal em 1984³⁴. A região do Saco do Mamanguá conta com uma das maiores reservas de manguezais da Baía da Ilha Grande e com uma população caiçara de, aproximadamente, 120 famílias (aproximadamente 600 pessoas).

A articulação social desta comunidade deu origem à Associação de Moradores e Amigos de Mamanguá (AMAM), criada em 1987, que, com o apoio do Núcleo de Apoio às Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras (NUPAUB) da Universidade de São Paulo (USP), em 1998, mobilizou-se a favor dos produtores artesanais locais e contra a pesca ilegal e práticas que degradam o meio ambiente. Esta mobilização foi facilitada pelo projeto de Proteção e Gestão Participativa dos Recursos Pesqueiros do Saco de Mamanguá que recebeu R\$ 25.750,00, entre 2000 e 2001, do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), uma associação civil sem fins lucrativos³⁵.

Sobre o turismo em Unidades de Conservação³⁶

O turismo e as atividades de lazer a ele relacionadas têm sido as bases sobre os quais muitos governos têm desenvolvido estratégias de desenvolvimento econômico. Os processos de urbanização de áreas antes rurais e de substituição do setor secundário (indústrias) pelo terciário (serviços), ocorridos nas últimas décadas, têm reforçado a concepção de que os territórios, especialmente aqueles localizados em orlas marítimas, são áreas que devem ser utilizadas para a atividade turística.

³³ Artigo “Ministra Marina da Silva visita sede da Estação Ecológica de Tamoios, em Angra dos Reis, cedida ao IBAMA pela Eletronuclear”. Disponível em <http://www.eletronuclear.gov.br/sys/interna.asp?IdSecao=651&secao_mae=5>. Acesso em 22 de set 2006.

³⁴ Lei nº 685 de 11 de outubro de 1984. Posteriormente, a APA teve seu perímetro ampliado pela Lei nº 744 de 9 de novembro de 1987.

³⁵ Cf. FORTALECENDO (2006)

³⁶ Unidade de Conservação é um “*espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as áreas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção*” (Lei nº 9.985 de 18 de Julho de 2000, art. 2º, inciso I - SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação), cf. PLANO (2006) e PEREIRA (1999).

Além das trocas financeiras propiciadas pela chegada de visitantes às destinações turísticas, outras trocas significativas também ocorrem. As trocas simbólicas que envolvem os paradigmas, costumes, hábitos e valores das diferentes sociedades encontram, no turismo, oportunidades de se concretizarem, influenciando, assim, a organização espacial e a ocupação dos espaços geográficos e simbólicos das localidades receptoras.

O turismo pode, assim, representar um caminho fecundo para estimular o desenvolvimento local, mas o processo de transformações que supõe a sua implantação, em geral, gera conseqüências que podem ser indesejáveis para a população local.

Quanto a este assunto, FERRI (2004), em seu artigo “Turismo Y Patrimonio – Conflicto social y modelos de desarrollo urbano em Valencia, España” aponta o fato de que a criação de espaços para circulação, alojamento e visitação dos turistas nas destinações turísticas pode se configurar como fator de “conflitividade social” entre os diversos atores envolvidos neste processo: residentes da localidade, promotores imobiliários e autoridades governamentais.

Seguindo nesta reflexão, é possível acrescentar que, mesmo dentre o conjunto da população residente, os interesses também não são homogêneos, uma vez que a apropriação material e, conseqüentemente, a posse dos territórios, também são desiguais. Esta diferenciação pode levar a classe que possui mais recursos e, portanto, que potencialmente se transformará em proprietário dos meios de hospedagem e/ou empresas prestadoras de serviços turísticos (passeios, transporte, alimentação e outros) a apoiar projetos turísticos nas localidades.

Por outro lado, a população residente que compõe a classe social menos favorecida tende a posicionar-se contra estes projetos em função da necessidade da mesma ter que se deslocar para outro bairro ou região devido ao encarecimento dos terrenos envolvidos nos projetos turísticos. Esse encarecimento se dá também como resultado da especulação imobiliária, que é inerente ao aumento da atratividade que exercem as localidades consolidadas como destinações turísticas. Além disso, há uma subsequente reorganização do espaço urbano e natural, confirmando áreas de interesse turístico e, também, de preservação ambiental. O estudo de FERRI (2004) chama claramente a atenção para esses conflitos sociais, gerados a partir do crescimento do turismo.

Pode-se deduzir deste fato a importância das práticas de negociação, feita de forma ampla, como o mecanismo de conciliação de interesses distintos nas localidades turísticas, como em toda a sociedade democrática contemporânea.

Experiências de conflitos têm sido vivenciadas em Paraty, principalmente devido à extensão e riqueza de sua área natural, preservada constitucionalmente pela legislação brasileira. Alguns pesquisadores e grupos sociais locais questionam se há uma preservação efetiva destas áreas, já que existem ocupações irregulares dentro das Unidades de Conservação (SILVEIRA & BRANDÃO, 2005).

O problema das ocupações irregulares e da chegada de novos moradores às áreas antigamente habitadas pelas populações tradicionais é retratado no artigo de SILVEIRA e BRANDÃO (2005). As autoras destacam os problemas derivados da ausência de regulamentação e regularização fundiária destas áreas, quando se deveria utilizar instrumentos como o Plano de Manejo da Unidade de Conservação. Apontam o incremento populacional em, aproximadamente, 12 núcleos de populações tradicionais que habitam, dentre outras Unidades de Conservação, a Reserva Ecológica da Juatinga, localizada em Paraty.

Os dados coletados pela Fundação Mata Atlântica registram que, na década de 90, havia cerca de 364 famílias nas regiões do Mamanguá, Praia do Sono, Cajaíba, Ponta Negra e Ponta da Juatinga, totalizando 1.321 habitantes.

Em 2000, com o Projeto Gera-Sol e o Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios (PRODEEM) da Secretaria de Energia, Indústria Naval e Petróleo (SIEMPE) do estado do Rio de Janeiro, foram registradas 1.858 pessoas habitando a região, o que representa um incremento populacional de 40,6% nestas áreas.

A ocupação irregular gera problemas relacionados à preservação da fauna e flora natural, à descaracterização cultural das populações tradicionais, à sustentabilidade de suas atividades de subsistência, à precarização de suas condições de habitação e, de forma mais abrangente, à sua própria sobrevivência.

A maioria das pessoas que ocupam essas áreas protegidas sem pertencer às populações tradicionais não detém conhecimentos sobre o ambiente natural e formas de convivência com ele. Em geral, não possuem compromisso com a sustentabilidade das regiões.

Por outro lado, as restrições relativas à ocupação das áreas gera um comprometimento das atividades produtivas no município e, conseqüentemente, uma dependência muito forte do turismo enquanto fonte de trabalho e renda. As restrições legislativas inviabilizam a criação de fábricas, indústrias e a expansão da agricultura e da pecuária uma vez que, como citado anteriormente, praticamente 70% do território é delimitado como área de conservação ambiental.

Isto causa um problema tanto para as populações tradicionais de Paraty como para os novos moradores que chegam à cidade.

Populações tradicionais em Paraty

Em Paraty, os grupos de populações tradicionais são descendentes da miscigenação entre os indígenas Goianá ou Goiamimins e os portugueses. Estes chegaram à região em busca das trilhas dos índios que ocupavam as matas e, ao descobrirem o percurso das trilhas, passaram a utilizá-lo como um caminho para o escoamento do ouro que vinha das Minas Gerais, com destino a Portugal³⁷.

Assim como em outras regiões litorâneas dos estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, estes grupos são chamados de comunidades caiçaras (DIEGUES, 1998) e se caracterizam por viverem em regiões como praias, áreas costeiras, enseadas e áreas fluviais.

Vivendo basicamente da pesca artesanal, da agricultura de subsistência e do extrativismo (colheita de palmito), estas comunidades destacam-se, em Paraty, por utilizar técnicas herdadas dos índios, tanto para o manejo da fauna e flora ambiental como para a construção de canoas feitas com um único tronco de árvore.

Sobre estas técnicas, o Projeto “Caminhos da história: revitalização do acervo documental do Instituto Histórico e Artístico de Paraty” traz dados reveladores:

“(…) é possível encontrarmos elementos que afirmam a longa duração de saberes em contexto intercultural. Entre os caiçaras, o construtor de canoas sempre foi respeitado pelo seu conhecimento das florestas e dos estágios de crescimento de árvores como cedro e jequitibá, matérias primas das embarcações. Como as canoas, escavadas e esculpidas sem o recurso à matemática ou engenharia ocidental, os remos, com pontas semelhantes a flechas, numa hidrodinâmica facilitada por sua forma côncava, têm sua arteficialidade tributária dos ancestrais dos tupinambás.” (“Caminhos da história: revitalização do acervo documental do Instituto Histórico e Artístico de Paraty”³⁸).

O crescimento do número de turistas na região e o conseqüente processo imigratório desencadearam a especulação imobiliária e o deslocamento destas comunidades caiçaras que foram gradualmente sendo afastadas das tradicionais vilas de pescadores localizadas,

³⁷ Exposição “A História do Caminho do Ouro em Paraty”, pesquisa iniciada em 1998 pela Equipe do Teatro Espaço de Paraty, responsável pelo Sítio Histórico-Ecológico Caminho do Ouro. Fonte: <<http://www.caminhodoouro.com.br/info.htm>>. Acesso em 05 mai 2006.

³⁸ Disponível em: <<http://www.uff.br/patrimoniosdeparaty>>. Acesso em 05 mai 2006.

antigamente, perto do atual Centro Histórico, para áreas periféricas como a região da Mangueira e Ilha das Cobras, dando origem a bairros como Fátima, Corumbê e Chácara, segundo dados do mesmo Projeto.

Este crescimento da área urbana desvinculado de políticas de planejamento urbano gerou inúmeros problemas para a população residente como, por exemplo, a má utilização das vias públicas: os espaços reservados às calçadas, nestes bairros, são mínimos, pois devido à falta de planejamento e fiscalização das posturas urbanas, os moradores construíram suas casas sem encontrar restrições quanto às dimensões das mesmas, o que levou à delimitação de calçadas muito estreitas, impossibilitando o trânsito de pedestres que, por vezes, precisam utilizar as ruas para caminharem, desencadeando riscos de acidentes, especialmente, para crianças.

Além dos problemas vivenciados diretamente pelos habitantes da região, a questão da gestão territorial das áreas protegidas é outro elemento problematizador deste processo. A relação entre os grupos envolvidos nesta questão é permeada por tensões, especialmente entre os entes locais – seja o Estado, com sua representação municipal, seja os órgãos paritários como o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – e os órgãos federais que definem o zoneamento das Unidades de Conservação.

A atenção dedicada à preservação do meio ambiente, preconizada nos instrumentos legais na esfera federal, por vezes representa entraves à melhoria nas condições de vida das populações tradicionais, na perspectiva dos atores locais.

Isto ocorre principalmente porque, além das restrições quanto ao uso do solo para a construção de moradias, a produção econômica também fica comprometida com o impedimento de instalação de indústrias na cidade e de utilização do solo para a agricultura, que é praticada em pequenas áreas como atividade de subsistência de populações tradicionais sendo pouco expressiva³⁹ economicamente.

Esses conflitos relacionados à questão da preservação ambiental se dão em razão da preocupação com o desenvolvimento do turismo na cidade, uma vez que há uma vocação intrínseca no município para sua expansão.

³⁹ Do total de 1.084 unidades locais de atividades econômicas presentes em Paraty em 2003, apenas 03 delas (0,27%) correspondiam a “agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal” (Cadastro Geral de Empresas, IBGE).

O resquício de Mata Atlântica, ainda conservada na região, somado à beleza natural do mar que adentra a baía e quase alcança a mata, juntamente com as inúmeras ilhas que estão próximas do continente, compõe um cenário de grande valor paisagístico e turístico. O Centro Histórico com sua relevância cultural e sua possibilidade de resgate de parte significativa da história do Brasil adensa a riqueza turística da cidade e torna o turismo uma atividade quase imprescindível para a sustentabilidade de Paraty.

Estrutura do turismo em Paraty

Em se tratando do turismo, merece destaque sua contribuição para o orçamento público local que demonstra, claramente, sua importância para a sustentabilidade das finanças públicas da cidade.

Considerando-se uma amostra de 28 estabelecimentos comerciais, dos quais a Prefeitura arrecada o Imposto Sobre Serviço (ISS), 12 (que corresponde a 42,8%) destes eram estabelecimentos turísticos (pousadas, hotéis, empresas de serviços de hotelaria e outros) em Janeiro de 2005. Considerando-se o ISS arrecadado dessa amostra, 15,5% advinham desses estabelecimentos, o que correspondeu a R\$ 2.256.627,00 naquele mês.

Uma pesquisa realizada junto à Prefeitura Municipal de Paraty, em Agosto de 2006, informou que, dentre os 2.288 estabelecimentos registrados no Sistema de Arrecadação Municipal (SIARM), 382 eram estabelecimentos diretamente ligados ao turismo (agências de turismo, hotéis, pousadas, pousadas familiares, restaurantes, bares e lanchonetes), o que correspondia a 16,6% de todos os estabelecimentos.

Esses dados denotam a importância do turismo para a cidade e para a arrecadação municipal. A arrecadação fiscal municipal baseada na produção atual, entretanto, é insuficiente para atender às necessidades do município, o que faz com que mais de metade do orçamento (58,9% que correspondeu a R\$ 16.609.904,45 em 2003⁴⁰) seja complementado por transferências advindas dos governos estadual e federal.

Uma pesquisa realizada pelo Cadastro Geral de Empresas, no período de 1999 e 2003, mostrou que o setor de alojamento e alimentação é o segundo maior em Paraty, em termos de

⁴⁰ Segundo dados da Secretaria Municipal de Finanças de Paraty.

estabelecimentos comerciais/unidades produtivas, ficando atrás apenas do setor do comércio, que também é favorecido com o turismo na cidade.

Quanto à distribuição da população nas atividades produtivas, a mesma pesquisa aponta que o setor de alojamento e alimentação, isto é, o turismo em Paraty, é o terceiro que mais emprega pessoas, tendo à sua frente a administração pública e o comércio.

Finalmente, a estrutura de turismo que se constituiu em Paraty compõe-se pelo que chamamos de “oferta turística” existente em diversas localidades. Essa oferta turística é composta por componentes técnicos, atrativos naturais e atrativos culturais. De forma geral, os componentes técnicos consistem nos meios de hospedagem, nos equipamentos de alimentação (restaurantes, lanchonetes, sorveterias, bares, entre outros) e nas empresas de serviços turísticos, como as agências de passeios, de transporte turístico, entre outras. Os atrativos naturais e culturais são espaços naturais e aqueles construídos pelos homens que têm valor ambiental, cultural e/ou histórico e são compreendidos como formas de proporcionar recreação e lazer aos seres humanos.

Em Paraty, a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura contratou, em 2003, uma empresa de consultoria em turismo localizada na cidade de São Paulo⁴¹ para que elaborasse um inventário turístico e um Plano Diretor de Turismo para Paraty.

O material que resultou deste trabalho nos permitiu identificar uma boa oferta turística existente em Paraty. Segundo aquele documento, em 2003, havia, em termos de oferta técnica: 243 estabelecimentos de alimentação, 288 estabelecimentos de hospedagem (entre pousadas, hotéis e campings) e 13 agências e operadoras de turismo na cidade. De acordo com o levantamento histórico realizado pela mesma consultoria, percebe-se, desde 1976, um crescimento constante no número desses estabelecimentos no decorrer dos anos.

Além disso, identificou-se que a maior oferta de unidades habitacionais dos meios de hospedagem, ou seja, de quartos de hotéis e/ou pousadas (80%), encontra-se na região central da cidade.

Quanto aos atrativos histórico-culturais, tem-se em Paraty um conjunto bastante significativo por sua beleza e riqueza arquitetônicas, algumas datadas da época colonial, e também por sua importância para a história da cidade. Dentre eles estão a Igreja de Santa Rita, a Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São

⁴¹ Solving Consultoria em Turismo.

Benedito, a Igreja Nossa Senhora das Dores / Capelinha das Dores, a Igreja Nossa Senhora da Conceição, a Capela Santa Cruz da Generosa, a Capela do Corumbê, a Cruz das Almas, o Museu de Arte Sacra (instalado na Igreja Santa Rita), o forte do Defensor Perpétuo, a Casa da Pólvora, a Casa da Cultura / Pinacoteca Antônio Marino Gouveia, o Chafariz da Pedreira, o Sobrado de Bonecos, a Fazenda da Boa Vista e o Engenho Murycana.

Alguns eventos tradicionais também são considerados importantes atrativos histórico-culturais e religiosos como a Festa do Divino Espírito Santo, a Semana Santa, a Festa de São Benedito, a Folia de Reis, a Festa de Nossa Senhora dos Remédios, a Festa de Santa Rita, a Festa de São Pedro, a Procissão de Corpus Christi, o Carnaval, a Festa das Cirandas, o Festival da Pinga de Paraty, a Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP), a Folia Gastronômica, o Encontro de Teatro de Rua, entre outros.

As festas religiosas também atraem visitantes à cidade porém o maior público é formado pela população residente que comparece e se envolve na preparação das festas, na organização da programação e na decoração da cidade.

Já a Festa Literária Internacional de Paraty, assim como a Folia Gastronômica e até mesmo o Festival da Pinga, conta com um público composto, principalmente, por turistas que vão até a cidade para desfrutarem de sua beleza paisagística e histórica e, também, para participarem dos eventos.

A Festa Literária Internacional de Paraty é um evento anual que teve sua primeira edição em agosto de 2003 e, ao longo dos anos, tornou-se um evento de grande reconhecimento nacional, tendo atraído um público de, aproximadamente, 12 mil pessoas em 2004 e 22 mil pessoas em 2006, segundo estimativa da Associação Casa Azul, organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP) responsável pela organização da Feira.

Estes eventos, assim como o período de alta temporada (durante o verão e as férias escolares que se estende de Dezembro a Março), são momentos em que o turismo se torna fundamental para cidade. Paraty, uma cidade que tem uma vocação turística natural e histórica e que optou pelo turismo enquanto principal atividade produtiva local, tem na alta temporada, um grande impacto do turismo no âmbito econômico, social e cultural.

Nossa pesquisa mostrou que, nestes períodos, a oferta de empregos aumenta, gerando postos de trabalho tanto na parte de hospedagem como na área de alimentação e de passeios turísticos. Da mesma forma, outros impactos ocorrem social e culturalmente, como se poderá

perceber no próximo capítulo, quando tratamos das percepções da população local e dos turistas sobre o turismo e o desenvolvimento da cidade.

3. PERSPECTIVAS SOBRE A REALIDADE SOCIAL E O TURISMO PRESENTES NA POPULAÇÃO LOCAL E NOS TURISTAS

É importante perceber que sujeitos que se encontram ou que convivem em um ambiente comum, apesar de vivenciarem situações semelhantes, constroem diferentes perspectivas acerca do lugar onde estão e das situações que vivem. Por vezes, valorizam elementos diferentes, outras vezes, os mesmos elementos mas, sem dúvida, com perspectivas distintas.

No caso do turismo, não seria diferente. Por esta razão, e por entender que a multiplicidade de olhares e perspectivas sobre um mesmo fenômeno agrega conhecimentos sobre ele, optamos, nesta pesquisa, por propiciar espaço não apenas para as perspectivas da população residente em Paraty – o grupo social que mais temos interesse em ouvir, dadas as características de nosso estudo – mas também para os olhares dos turistas acerca do turismo que ocorre na cidade.

Em que medida a atividade turística promove desenvolvimento e/ou prejuízos para a localidade, na perspectiva da população residente? E o que pensam os turistas sobre esse assunto? Como se dá a relação entre crescimento do turismo versus ganhos em desenvolvimento local e expansão da inclusão/exclusão social a partir do olhar da população local? Será que os turistas têm consciência sobre os possíveis impactos do turismo, atividade que eles mesmos concretizam?

Neste capítulo, analisamos as respostas fornecidas por ambos os questionários, esboçando análises comparativas entre elas, na tentativa de compreender a forma como aparece a visão sobre o desenvolvimento local e a inclusão/exclusão social em relação ao turismo de Paraty. Pretendemos também trazer luz a questões subseqüentes a esta mediação – do turismo com relação ao desenvolvimento e à inclusão/exclusão – como é o caso das formuladas acima. Partimos da hipótese já mencionada que consiste em que o crescimento da atividade turística em Paraty favoreceu a melhoria na renda e na oferta de postos de trabalho, o que significou ganhos em inclusão social, entretanto, grande parte da população que atualmente reside na cidade vive em condições precárias de vida, considerando sua situação habitacional e de infra-estrutura, de educação e de saúde, que se configuram como situações de exclusão social.

A pesquisa que elaboramos envolveu quatro formas de coleta de dados: um questionário com um grupo de 43 moradores de Paraty, outro questionário com um conjunto de 27 turistas (apêndices 1 e 2) que visitaram a cidade na ocasião da Festa Literária Internacional de Paraty

2006 (FLIP), entrevistas (apêndice 3) com 7 pessoas residentes na cidade e a observação participante.

Os dados coletados mediante os questionários, utilizados com os residentes e turistas, não podem ser considerados representativos dos respectivos universos já que em ambos os casos trabalhamos com amostras não-probabilísticas. Estes dados, entretanto, têm valor para nosso estudo pois fornecem subsídios para compreendermos melhor as percepções sobre o turismo apontadas nas entrevistas e principalmente porque possibilitaram uma aproximação à realidade vivenciada em Paraty. Este procedimento de pesquisa foi, por esta razão, de grande valor para compreendermos os estudos teóricos que havíamos realizado inicialmente e para garantir um tratamento qualitativo à pesquisa, o que era um dos objetivos de nossa proposta.

Para se compreender as respostas fornecidas, entretanto, é fundamental saber de qual grupo social provêm as percepções sobre o turismo. Visando permitir uma melhor compreensão sobre estas percepções, apresentamos, na seqüência, alguns dados coletados junto aos moradores que apontam a relação destes com o território, sua apropriação do espaço geográfico e seu perfil demográfico.

Vínculos com o território

A maior parte dos moradores são paratienses que residem na Chácara e na Patitiba, bairros localizados no entorno do centro histórico (anexo 3). Os demais são pessoas que vieram de outras cidades do estado do Rio de Janeiro (alguns poucos vieram de outros estados) e residem, principalmente, no Portão de Ferro, bairro localizado próximo à entrada da cidade. De forma geral, os respondentes residem em Paraty há mais de 20 anos.

Tabela 9: Local de nascimento dos respondentes

Local	N.A.	%
Paraty	31	72,1
Estado do Rio de Janeiro	6	14,0
Estado de Alagoas	2	4,7
Estado da Bahia	1	2,3
Estado do Maranhão	1	2,3
Estado de São Paulo	1	2,3
Estado de Minas Gerais	1	2,3
Total	43	100

Fonte: Questionários

Tabela 10: Local de residência anterior dos respondentes

Local	N.A.	%
Naturais de Paraty	24	55,8
Estado RJ	10	23,3
Estado SP	5	11,6
Estado BA	2	4,7
Estado PR	1	2,3
Estado MA	1	2,3
	43	100

Fonte: Questionários

Tabela 11: Bairro de residência dos respondentes naturais de Paraty

Bairro	N.A.	%
Chácara	7	22,6
Patitiba	5	16,1
Mangueira	4	12,9
Centro Histórico	3	9,7
Portão de Ferro	3	9,7
Tarituba	2	6,5
Corisco	1	3,2
D. Pedro I	1	3,2
Quilombo Campinho da Independência	1	3,2
Ilha das Cobras	1	3,2
Ilha do Araújo	1	3,2
São Gonçalo	1	3,2
Vila Oratório	1	3,2
Total	31	100

Fonte: Questionários

Tabela 12: Bairro de residência dos respondentes não naturais de Paraty

Bairro	N.A.	%
Portão de Ferro	4	33,3
Centro Histórico	2	16,7
Chácara	2	16,7
Condado	1	8,3
Corisco	1	8,3
Mangueira	1	8,3
Taquari	1	8,3
Total	12	100

Fonte: Questionários

Tabela 13: Tempo de residência em Paraty

Tempo	N.A.	%
De 1 a 9 anos	4	9,3
De 10 a 19 anos	7	16,3
De 20 a 39 anos	21	48,8
Acima de 40 anos	11	25,6
Total	43	100

Fonte: Questionários

Nota-se também que, aproximadamente, metade dos respondentes sempre permaneceu no mesmo bairro. Dos que mudaram, a maioria era paratiense⁴². Com relação à condição de ocupação do domicílio, a maioria dos respondentes tem domicílios próprios.

Tabela 14: Bairro de residência anterior

Bairro	N.A.	%
Não se mudaram	21	48,8
Outras cidades	2	4,7
Ilha das Cobras	4	9,3
Patitiba	3	7,0
Centro Histórico	2	4,7
Chácara	2	4,7
Chácara da Saudade	1	2,3
Campinho da Independência	1	2,3
Mangueira	1	2,3
Parque Ipê	1	2,3
Parque Verde	1	2,3
Portão de Ferro	1	2,3
Praia do Sítio Bom Jardim	1	2,3
Outros bairros	2	4,7
Total	43	100

Fonte: Questionários

⁴² Dos que se mudaram, 14 eram naturais de Paraty (70%) e 6 (30%) eram nascidos em outras cidades.

Os locais de trabalho dos respondentes estavam concentrados na região central da cidade, nos bairros do Centro Histórico, do Pontal, da Chácara e da Patitiba, como aponta a tabela abaixo:

Tabela 15: Bairro em que trabalha

Bairro	N.A.	%
Não trabalham	9	20,9
Centro Histórico	12	27,9
Pontal	7	16,3
Paraty (de forma geral)	4	9,3
Chácara	2	4,7
Patitiba	2	4,7
Mangueira	2	4,7
Rio dos Meros	2	4,7
Condomínio Laranjeiras	1	2,3
Santos (SP)	1	2,3
Tarituba	1	2,3
Total	43	100

Fonte: Questionários

Perfil demográfico

Os respondentes são majoritariamente adultos, seguido por uma presença de jovens. Há, também, uma predominância de pessoas em relação conjugal (casadas ou que vivem com companheiro) e uma leve prevalência de homens⁴³.

Tabela 16: Distribuição dos respondentes segundo faixas etárias⁴⁴

Faixa etária	N.A.	%
Crianças (de 0 a 4 anos)	0	0
Crianças (de 5 a 9 anos)	0	0
Adolescentes (de 10 a 17 anos)	0	0
Jovens (18 a 24 anos)	7	16,3
Adultos faixa 1 (25 a 39 anos)	15	34,9
Adultos faixa 2 (40 a 59 anos)	16	37,2
Idosos (acima de 59 anos)	5	11,6
Total	43	100

Fonte: Questionários

Tabela 17: Estado civil dos respondentes

Estado Civil	N.A.	%
Solteiro (a)	15	34,9
Casado (a)	13	30,2
Vive com companheiro (a)	10	23,3
Desquitado (a)	3	7,0
Viúvo (a)	2	4,7
Total	43	100

Fonte: Questionários

⁴³ Dos respondentes 26 (60,5%) eram homens.

⁴⁴ Adotamos as faixas etárias utilizadas pelo Censo Demográfico 2000, IBGE.

Podemos considerar como pequeno o tamanho das famílias já que em 51% dos casos o grupo familiar agrega apenas de 3 a 4 pessoas. Quando indagados sobre o grau de parentesco com relação às demais pessoas residentes no domicílio, a maioria dos respondentes apontou que vive em companhia do esposo(a) ou companheiro(a), o que denota a presença de famílias biparentais.

Tabela 18: Número de pessoas residentes no domicílio

Número de pessoas	N.A.	%
3 ou 4 pessoas	22	51,2
1 ou 2 pessoas	11	25,6
5 ou 6 pessoas	9	20,9
Acima de 6 pessoas	1	2,3
	43	100

Fonte: Questionários

Trabalho e renda

A maior parte das pessoas estava trabalhando no período de realização da pesquisa (Dezembro de 2006). Neste período, considerado de alta temporada para o turismo, não houve a incidência de nenhum respondente que estivesse desempregado⁴⁵.

Tabela 19: Condição de trabalho

Razões	N.A.	%
Empregados	34	79,1
Aposentado	6	14
Pensionista	1	2,3
Estudante	1	2,3
Dona de casa	1	2,3
Total	43	100

Fonte: Questionários

Para a maior parte das pessoas, o rendimento advindo do trabalho principal varia entre $\frac{1}{2}$ e 2 salários mínimos. Para as pessoas que têm uma outra fonte de renda, há pouca variação com relação à remuneração obtida com o trabalho principal, como apontam as tabelas na seqüência:

⁴⁵ Adotamos aqui a definição do IBGE que define como desempregados as pessoas desocupadas que procuraram trabalho (na semana de referência do Censo Demográfico). Em nosso caso, não encontramos nenhum respondente que estivesse procurando trabalho.

Tabela 20: Remuneração do trabalho principal dos respondentes

Remuneração	N.A.	%
Até ¼ SM	1	2,9
Mais de ¼ a ½ SM	0	0
Mais de 1/2 a 1 SM	8	23,5
Mais de 1 a 2 Salários Mínimos	10	29,4
Mais de 2 a 3 SM	8	23,5
Mais de 3 a 5 SM	3	8,8
Mais de 5 a 10 SM	4	11,8
Total	34	100

Fonte: Questionários

Tabela 21: Remuneração obtida mediante outras fontes de renda

Remuneração	N.A.	%
Mais de 1/2 a 1 SM	4	30,8
Mais de 1 a 2 Salários Mínimos	4	30,8
Mais de 2 a 3 SM	1	7,7
Mais de 3 a 5 SM	1	7,7
Mais de 5 a 10 SM	3	23,1
Total	13	100

Fonte: Questionários

Observa-se que há uma ocorrência significativa de pessoas com baixa renda – se somarmos as pessoas que apresentam remuneração inferior ou igual a 2 salários mínimos, teremos um percentual significativo dos respondentes.

As pessoas que têm outra fonte de renda, em sua maioria, afirmaram ter algum trabalho ligado à área de turismo, seja mediante uma pousada ou barcos para passeios turísticos, seja com a produção de artesanato.

Os principais campos de atuação são: a Prefeitura, o comércio e a prestação de serviços, aparecendo o setor específico de turismo em quarto lugar, juntamente com o setor gastronômico que está envolvido com o turismo. Se considerarmos o setor gastronômico de forma conjunta com as pousadas e passeios, fechando o ciclo das atividades básicas do turismo receptivo, teríamos o setor de turismo como o segundo principal campo de atuação dos respondentes.

Tabela 22: Campos de atuação profissional dos residentes

Campos de atuação	N.A.	%
Prefeitura	9	26,5
Comércio (estabelecimentos e ambulantes)	5	14,7
Prestador de serviço (contabilidade, serviços de beleza)	5	14,7
Turismo (pousada, passeios)	4	11,8
Gastronomia (restaurante, pizzaria, lanchonete)	4	11,8
Construção civil e serviços a ela associados (pintor, etc.)	2	5,9
Diarista	2	5,9
Organização não governamental	2	5,9
Pescador	1	2,9
Total	34	100

Fonte: Questionários

Com relação ao vínculo empregatício, a maior parte afirmou ser profissional autônomo e, na seqüência, há funcionários públicos e pessoas assalariadas com carteira assinada, em igual proporção.

Tabela 23: Vínculo empregatício dos residentes

Vínculo	N.A.	%
Autônomo	11	32,4
Funcionário Público	9	26,5
Assalariado com carteira assinada	9	26,5
Assalariado sem carteira assinada	5	14,7
Total	34	100

Fonte: Questionários

Educação

No que tange à educação, encontramos uma prevalência de pessoas que já freqüentou algum equipamento educacional e um baixo percentual de pessoas que estavam estudando.

Tabela 24: Freqüência dos respondentes a equipamentos educacionais

Freqüência	N.A.	%
Não estava freqüentando, mas já freqüentaram	34	79,1
Freqüentavam creche ou escola	9	20,9
Total	43	100

Fonte: Questionários

Considerando o grau de escolaridade, um percentual significativo dos respondentes havia concluído o Ensino Médio e havia iniciado o Ensino Superior (resposta “Superior incompleto”), o que se configura como um aspecto positivo. A maior parte da população que respondeu ao questionário utiliza o serviço público de ensino⁴⁶.

⁴⁶ 81,3% do total dos respondentes.

Tabela 25: Última série de estudo concluída

Série	N.A.	%
3a série do Ensino Fundamental	3	7,0
4a série do Ensino Fundamental	5	11,6
5a série Ensino Fundamental	5	11,6
7a série Ensino Fundamental	2	4,7
8a série Ensino Fundamental	3	7,0
1a série do Ensino Médio	1	2,3
2a série do Ensino Médio	2	4,7
3a série do Ensino Médio	11	25,6
Curso/Colegial Técnico	3	7,0
Formação de professores	2	4,7
Superior completo	1	2,3
Superior incompleto	5	11,6
Total	43	100

Fonte: Questionários

Participação social

A pesquisa apontou que os respondentes têm um envolvimento com grupos religiosos, o que era bastante previsível já que em Paraty a história da cidade tem como marcos a criação das igrejas de Nossa Senhora dos Remédios, de Santa Rita, de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito. Além disso, têm bastante relevância cultural as tradicionais festas e comemorações religiosas que têm importante poder mobilizador na cidade, especialmente a Festa do Divino Espírito Santo e a Festa da Padroeira da cidade, Nossa Senhora dos Remédios. Estas festas ocupam grande parte do calendário de eventos da cidade e do trabalho de divulgação e apoio realizado pela Prefeitura, principalmente pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

Há também uma presença de igrejas protestantes na cidade que podem ter estabelecido vínculos com alguns dos respondentes que afirmaram participar de grupos religiosos.

Tabela 26: Espaços de representação social

Espaços	N.A.	%
Grupo religioso	18	40
Associação de bairro	14	31,1
Associação/sindicato profissional	4	8,9
Rede DLIS	3	6,7
Partido político	3	6,7
Grupo de artesãos	1	2,2
Grupo de teatro	1	2,2
Outro	1	2,2
Associação comercial	0	0
Total	45	100

Fonte: Questionários

Em segundo lugar está o envolvimento com as associações de bairro. Percebemos também que o envolvimento com sindicatos ou associações profissionais é um pouco superior ao envolvimento com a Rede de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS). Nota-se, inclusive, o mesmo percentual de envolvimento na Rede DLIS com relação aos partidos políticos.

Apesar do artesanato se constituir um importante segmento do comércio de Paraty, o número de respondentes envolvidos com grupos que realizam essa atividade mostrou-se baixo.

Com relação à posse de documentos do cidadão (RG, CPF, Título de Eleitor, Certidão de Nascimento e Casamento e CTPS⁴⁷), percebemos que a maioria dos respondentes possui todos os documentos:

Tabela 27: Documentos do Cidadão

Documentos	N.A.	% correspondente ao total de respondentes
RG	43	100%
CPF	42	97,60%
Título de Eleitor Paraty	41	95,30%
Título de Eleitor outra cidade	2	2,40%
Certidão Nascimento	25	58,10%
Certidão Casamento	17	39,50%
CTPS	40	93%

Fonte: Questionários

⁴⁷ As abreviações correspondem aos seguintes termos: RG: Registro Geral, também chamado de Carteira de Identidade, CPF: Cadastro de Pessoa Física e CTPS: Carteira de Trabalho e Previdência Social.

A visão sobre o turismo

Após os dados que caracterizam os respondentes, chegamos aos aspectos mais qualitativos de nossa pesquisa que se referem às suas percepções e opiniões acerca de Paraty, de suas potencialidades e dificuldades e da prática do turismo que nela ocorre.

Quando indagados se achavam que Paraty era uma cidade turística, quase a totalidade dos respondentes afirmou que sim. As razões porque se entende que Paraty é uma cidade turística está na sua importância histórica, com o tombamento como Patrimônio Histórico Nacional, na beleza de sua natureza, na presença de turistas e nos impactos econômicos percebidos na economia local.

Tabela 28: Razões por Paraty ser uma cidade turística, segundo respondentes

Razões	N.A.	%
Importância histórica da cidade	18	28,6
Natureza (mar, mata e praias)	12	19,0
Presença constante de turistas na cidade (brasileiros e estrangeiros) e divulgação do município	12	19,0
Impactos econômicos (" <i>sustento da cidade</i> " é dependente do turismo; " <i>turismo é a fonte de renda</i> ")	11	17,5
Beleza do município	5	7,9
Atrativos turísticos de forma geral	2	3,2
Serviços e bom atendimento oferecidos pelos restaurantes e pousadas aos turistas	2	3,2
Eventos como a FLIP	1	1,6
Total	63	100

Fonte: Questionários

Nota-se que as pessoas compreendem o turismo em função do tipo de atrativo que a cidade oferece, isto é, primeiramente se vincula a atividade turística aos atrativos histórico-culturais e, depois, aos atrativos ambientais. Isto está relacionado às modalidades de turismo mais fortemente praticadas na cidade: o histórico-cultural, com a apreciação da arquitetura colonial, da história da cidade e de sua produção artística e, em seguida, a modalidade do ecoturismo com a valorização das praias, trilhas pela Mata Atlântica, o Caminho do Ouro, além das atividades realizadas no mar como os passeios de barco, mergulhos, etc.

É relevante perceber que os respondentes notam uma vinculação entre o turismo e a economia local, atentando para os impactos econômicos que o turismo causa na cidade. A movimentação financeira que propicia a geração de renda e o consumo é percebida como um fator ligado à existência do turismo na cidade. Esta percepção

fortalece a valorização do turismo em Paraty, como se confirmou nas entrevistas realizadas. Uma das falas dos respondentes exemplifica esta percepção: “(o turismo) *Gera mais renda para todo mundo então eu pude sair para fazer faculdade porque meu pai presta serviço, como contador, ao comércio. Aí meu pai recebe quando há turistas e gastamos no supermercado, então é um ciclo.*”

De igual forma, os respondentes identificam um apoio conferido ao turismo por parte da Prefeitura, do empresariado local e da população em geral. Algumas percepções contrárias também foram ouvidas, no sentido de que o turismo na cidade não era apoiado em virtude do baixo investimento público cedido à infra-estrutura da cidade, que acarreta problemas ligados às condições das vias públicas, à falta de espaços para estacionamentos públicos e particulares, ao saneamento básico, dentre outros. Nesta perspectiva, o turismo seria apoiado se houvesse mais ações destinadas à melhoria da infra-estrutura de Paraty, o que demonstraria uma priorização da atividade turística.

Ainda na tentativa de compreender como os respondentes percebiam o posicionamento da cidade com relação ao turismo, indagamos sobre a forma com que esse apoio se manifestava. Neste aspecto, houve um percentual igual de respostas que mencionaram um apoio bom e de respostas que citaram um apoio parcial, isto é, pessoas para quem o apoio existente ao turismo poderia ser melhor. Em menor ocorrência, houve um percentual de pessoas que disseram que não há apoio.

Aqueles que afirmaram existir um bom apoio ao turismo exemplificaram com (a) a receptividade do povo paratiense no trato com os turistas, (b) o bom atendimento oferecido pelas pousadas, (c) a existência de investimentos ao turismo, tanto públicos quando privados que possibilitaram a ampliação das estradas e o acesso às cachoeiras, (d) a prioridade cedida à iluminação subterrânea (requisito da UNESCO⁴⁸ para que a cidade ganhe o título de Patrimônio da Humanidade), (e) a divulgação e propaganda da cidade na mídia e em outros canais de comunicação, (f) a presença do comércio voltado a turistas, (g) o envolvimento da Secretaria de Turismo e Cultura em ações de melhoria do turismo na cidade e, finalmente, (h) o esforço dos comerciantes em atrair novos clientes.

Já aqueles que mencionaram um apoio insuficiente ou parcial, em sua maioria, citaram os mesmos exemplos anteriores mas também apontaram as seguintes

⁴⁸ UNESCO corresponde à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

deficiências no que se refere ao turismo em Paraty: (a) apoio restrito ao Centro Histórico, (b) falta de infra-estrutura para o turismo como, por exemplo, provisão de banheiros públicos na cidade e nas praias, mapeamento das trilhas, abertura do acesso às cachoeiras, criação de um clube ou outras modalidades de espaços de lazer, (c) falta de investimentos no agro e ecoturismos, (d) falta de profissionalização e de bom atendimento ao turista por parte do comércio, (e) elevados preços praticados pelas pousadas, (f) apoio da Prefeitura restrito às festas, (g) falta de envolvimento dos empresários, principalmente dos donos de pousadas, com relação aos problemas da cidade, (h) falta de parceria entre os empresários e a Prefeitura e presença de uma postura passiva por parte destes que os faz esperar por ações do governo municipal em lugar de iniciar ações de melhoria, (i) falta de senso coletivo entre os empresários que os leva a uma busca individualizada de benefícios, (j) falta de envolvimento da população, (k) concentração de esforços durante as festas e pouco investimento em outras ações que valorizem a cultura mesmo quando não há festas na cidade e, por fim, (l) falta de orientações e guias para os turistas.

Por último, os que disseram não haver apoio ao turismo, citaram a (a) falta de estrutura para o turista e de organização entre os empresários (restaurantes e pousadas), (b) ausência de pensamento coletivo para fortalecer o turismo e presença de um empresariado preocupado com lucros individuais, (c) mau trato da rodoviária, que a transformou em um espaço de insegurança, com venda de bebidas alcoólicas e concentração de pessoas alcoolizadas e que praticam a mendicância, (d) preços elevados, inclusive, mais caros do que as cidades turísticas do nordeste brasileiro e (e) falta de divulgação da cidade.

Como se pode observar, as percepções são heterogêneas e mesmo tratando de temas comuns, como o investimento e apoio da Prefeitura ao turismo e a receptividade do comércio à atividade, encontramos diferentes visões e aspectos que são valorizados pelo conjunto de respondentes.

Apesar do número de pessoas que afirmou existir um bom apoio ao turismo ter sido igual ao número de pessoas que mencionou existir um apoio parcial, quando pedimos uma explicação sobre a forma com que isto se manifestava, houve (como demonstrado acima) um número de problemas que superou exemplos positivos sobre a forma com que o apoio ao turismo ocorre em Paraty.

Isto pode ser um indicador de que, de forma geral, há um apoio dos órgãos governamentais e alguns investimentos voltados ao turismo e que as oportunidades de

incentivo à atividade turística podem ser melhor aproveitadas pela Prefeitura e pelo empresariado local.

A forte ocorrência de críticas ao empresariado local com sua deficiente articulação e organização em torno de problemas vivenciados pela população e aqueles relativos à estrutura de turismo demonstram que a mobilização social e coletiva ainda precisa ser amadurecida dentre os empregadores da cidade.

O crescimento do turismo na cidade

Objetivando compreender o período em que se identifica como marco para o crescimento do turismo em Paraty, indagamos sobre o período em que o turismo começou a crescer na cidade, ao que obtivemos as seguintes respostas:

Tabela 29: Marcos do crescimento do turismo em Paraty

Marcos do crescimento	N.A.	%
Rodovia BR 101	20	43,5
Ex-Prefeito José Cláudio	13	28,3
Divulgação da cidade	5	10,9
Estrada Paraty / Cunha	4	8,7
FLIP	4	8,7
	46	100

Fonte: Questionários

É interessante notar que o primeiro fato que aparece como marco do crescimento do turismo é a abertura da rodovia BR 101, com uma prevalência significativa de respostas.

Na seqüência, aparece como importante a contribuição do Prefeito, na gestão de 2001 a 2004, para a divulgação da cidade e, conseqüentemente, para o aumento do fluxo turístico em Paraty. Segundo os entrevistados, foi graças ao trabalho dele e da Secretaria de Turismo e Cultura no período de sua gestão que se iniciou a realização da Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP).

Mudanças percebidas

Ao questionarmos sobre as principais mudanças ocorridas na cidade desde o aumento do turismo, encontramos uma incidência significativa de pessoas que identificam um aumento no número de empregos, beneficiando, inclusive, pessoas que não nasceram em Paraty, e melhorias na infra-estrutura da cidade.

Dentre as mudanças percebidas pela população estão:

Tabela 30: Principais mudanças ocorridas com o crescimento do turismo

Principais mudanças	N.A.	%
Mais empregos/trabalho, inclusive para as pessoas que são de fora da cidade	14	21,2
Melhorias na infra-estrutura da cidade	13	19,7
Aumento do número de moradores	6	9,1
Melhorias nos serviços públicos de educação	5	7,6
Crescimento do turismo náutico com a marina e a melhoria dos barcos de passeios	3	4,5
Surgimento de novos bairros (Ilha das Cobras e Mangueira)	3	4,5
Mais limpeza na cidade	3	4,5
Mais profissionalização dos serviços trazendo nova visão do turismo e de atendimento ao turista	3	4,5
Mais progresso, evolução	3	4,5
Melhores condições de transporte (antes era somente via barco ou a pé)	2	3,0
Mais renda e circulação financeira	2	3,0
Substituição da agricultura (cultivo de banana, milho e feijão) e da pesca pelo turismo	2	3,0
Mais criminalidade e insegurança	1	1,5
Modernização e urbanização se expandiram para além do centro histórico	1	1,5
Visitação de turistas estrangeiros na baixa temporada	1	1,5
Turistas passaram a morar em Paraty e a montar negócios na cidade	1	1,5
Deslocamento das populações da zona costeira e rural para a área urbana gerando crescimento desordenado	1	1,5
Maior organização da questão cultural com a realização de eventos nacionais e internacionais que promovem a interação cultural	1	1,5
Aumento da arrecadação municipal	1	1,5
<i>Total</i>	66	100

Fonte: Questionários

As melhorias relatadas com relação à infra-estrutura foram (a) o aumento do número de pousadas, restaurantes e do comércio em geral; (b) a melhoria das condições das vias públicas com asfaltamento; (c) a melhoria da beira do rio Perequê-Açú, (d) a criação de nova ponte facilitando o acesso por cima deste rio, (e) oferta de iluminação subterrânea e (f) a criação do aeroporto.

No que se refere à melhoria da educação pública foram citados (a) a criação de novas escolas, (b) a oferta recente de ensino superior no município, (c) a contratação de

novos professores pela Prefeitura que, inclusive, foi mencionada como resultado do turismo devido ao aumento da arrecadação municipal que a atividade turística gerou.

Podem-se observar as múltiplas repercussões e impactos do turismo nos diversos setores da sociedade: na educação, nas finanças públicas, na geração de emprego e renda, na infra-estrutura, na questão da segurança pública, na mobilidade da população no território, no incremento populacional, dentre outros aspectos, o que demonstra as multifacetadas do turismo enquanto expressão da sociedade complexa que o constitui.

Nota-se também um percentual de respondentes que citou resultados negativos gerados pelo turismo ou uma ausência de mudanças na cidade, dentre os quais estão (a) pouca instalação de empresas e pouca geração de emprego, (b) aumento da criminalidade e do tráfico de drogas, (c) descaso com a população residente e (d) enfraquecimento do turismo.

O processo dialético do turismo na cidade pode ser observado a partir da fala desses respondentes que ora destacam os problemas causados pela atividade turística, ora denotam as melhorias ocorridas na cidade após a chegada do turismo. Percebe-se uma dinâmica contraditória e processual que se dá simultaneamente, promovendo avanços e retrocessos em termos de desenvolvimento.

Um dos aspectos interessantes das pesquisas é identificar não apenas as mudanças ocorridas de forma objetiva na realidade social mas também as transformações subjetivas vivenciadas pela população no âmbito pessoal. Por isto, perguntamos sobre as mudanças ocorridas na vida pessoal dos respondentes, após o crescimento do turismo na cidade. As respostas foram:

Tabela 31: Mudanças ocorridas na vida pessoal com o crescimento do turismo

Aspectos Positivos	N.A.	%
Permitiu mais oportunidade de trabalho	15	30,0
Gerou mais renda e mais consumo	8	16,0
Estimulou a socialização e novas amizades	3	6,0
Propiciou oportunidade de estudo	2	4,0
Permitiu maior interação cultural e trocas simbólicas	2	4,0
Valorizou a cultura local	2	4,0
Melhorou as condições de transporte público e os acessos à área urbana	1	2,0
Gerou novos investimentos públicos	1	2,0
Agregou mais valor ao trabalho dos guias de turismo	1	2,0
Trouxe mais felicidade para as pessoas	1	2,0
Aspectos Negativos		
Elevação do custo de vida (dos imóveis, dos alimentos, do vestuário)	3	6,0
Super ocupação dos espaços de lazer	1	2,0
Especulação imobiliária e deslocamento das pessoas para fora do Centro Histórico	1	2,0

Não mudou nada	9	18,0
Total	50	100

Fonte: Questionários

O aumento das oportunidades de trabalho com a conseqüente elevação da renda pessoal foram os aspectos mais citados como mudanças pessoais. Além disso, é possível notar os efeitos culturais e de socialização propiciados pelo turismo para a população residente com a possibilidade de novas amizades e a interação cultural e, o mais importante, a valorização da cultura local.

São também relevantes os impactos negativos como a elevação do custo de vida, ocasionado pelo aumento dos preços uma vez que a cidade é um destino turístico; a super lotação dos espaços de lazer como bares e restaurantes e a forte especulação imobiliária.

Destaca-se um importante percentual de respondentes para quem o turismo aparentemente não afetou de forma alguma suas vidas pessoais. É possível que estas situações tenham sido mencionadas por pessoas que não tenham nenhum envolvimento em termos profissionais ou de trabalho com o turismo. Por outro lado, a simples presença de turistas na cidade poderia ser considerado um fator de interferência na vida pessoal, como foi mencionado por outros respondentes e entrevistados. Nota-se, entretanto, que esta não é uma percepção comum ao conjunto dos respondentes

Lugares significativos

Com a intenção de identificar os espaços e lugares considerados mais significativos pelos moradores e as influências do turismo sobre essa percepção, perguntamos se, após o crescimento do turismo, o respondente havia passado a freqüentar lugares que antes ele não conhecia. Esta questão também permitiu verificar se o turismo estimulou que a própria população residente se locomovesse e passasse a visitar lugares de interesse turístico com os quais ela não estivesse familiarizada. Um dos objetivos foi checar também a democratização dos acessos aos pontos turísticos da cidade.

Nesta questão, houve uma ocorrência quase equânime entre aqueles que passaram a freqüentar outros lugares e aqueles que não vivenciaram essa experiência, a partir do crescimento do turismo (41,8% passaram a freqüentar outros lugares). Dentre

estes lugares estão: a Casa da Cultura de Paraty; as praias do Sono, de Trindade, de Ponta Negra, do Pouso da Cajaíba e a Praia Vermelha; o Caminho do Ouro e a realização de passeios de barco.

Percebe-se a ocorrência de visitação a comunidades localizadas em áreas costeiras, isto é, um pouco distantes da área central da cidade, o que é um bom indicador de mobilidade no território e de usufruto do tempo livre em atividades de lazer disponíveis na própria cidade.

Quando indagamos sobre alguns lugares que o respondente deixou de frequentar, encontramos um percentual menor do que o anterior (32,5%) com relação a pessoas que mudaram seus hábitos após o crescimento do turismo e deixaram de ir a alguns lugares. Algumas das razões que citamos aos respondentes como possíveis causas da mudança de hábito foram questões financeiras (em decorrência de algum espaço antigamente público passar a cobrar um valor para a visitação turística), a super lotação de alguns espaços ou também o aumento da insegurança em algumas áreas.

Os principais lugares que os respondentes deixaram de frequentar são a praia da Trindade, devido à insegurança da região e à super lotação, as festas do Divino Espírito Santo e do Reveillon, devido ao grande número de pessoas nessas ocasiões, a Praia Vermelha, de Mambucaba e São Gonçalo e as praias do Jabaquara e do Pontal. Alguns respondentes também afirmaram terem deixado de fazer passeios de barco e de saveiro devido ao aumento dos custos dos mesmos.

Deficiências locais

Como todas as cidades, Paraty apresenta deficiências em algumas áreas. A fim de identificar as ligações entre o turismo e os problemas da cidade, indagamos se a atividade turística havia causado algum problema para Paraty. O número de pessoas que afirmaram que não (51,1%) é praticamente igual ao número de pessoas que respondeu “sim” (48,8%). Dentre os problemas causados pelo turismo, na percepção da população residente, estão:

Tabela 32: Principais problemas causados pelo turismo

Principais problemas	N.A	%
Comprometimento da oferta de serviços públicos: falta de energia elétrica, de água e aumento da quantidade de lixo	6	20
Problemas ligados ao transporte público: trânsito excessivo, congestionamento e falta de espaços para estacionamento	4	13,3
Degradação do meio ambiente com aumento das ocupações irregulares em áreas protegidas	3	10
Elevação do custo de vida	3	10
Aumento da criminalidade	3	10
Especulação imobiliária	2	6,7
Êxodo do bairro histórico	1	3,3
Descaracterização da arquitetura histórica	1	3,3
Desemprego para os agricultores e trabalhadores na zona rural	1	3,3
Trabalho temporário	1	3,3
Problemas ligados à falta de um sistema de saneamento básico (águas provenientes dos estabelecimentos espalham-se pelas ruas quando há superlotação de pousadas e restaurantes)	1	3,3
Super lotação das praias	1	3,3
Perda do acesso a algumas ilhas que se tornaram particulares	1	3,3
Festas, em especial, a FLIP são elitizadas	1	3,3
Aumento do consumo de drogas	1	3,3
	30	100

Fonte: Questionários

Percebe-se que a lista dos problemas é extensa e envolve desde questões materiais, como o comprometimento da oferta de serviços públicos e a degradação do meio ambiente, como questões culturais e sociais como o acesso aos eventos da cidade, às praias, às ilhas, dentre outros.

Outros problemas, não necessariamente ligados ao turismo, foram identificados pelos respondentes. Os principais deles estavam relacionados ao sistema de saneamento básico, à rede de serviços públicos de saúde, educação e esporte e a questão da segurança pública.

A pesquisa revelou que a maior queixa dos moradores é relativa ao saneamento básico pois a maioria dos respondentes (76,7%) compreende a falta de uma rede de esgoto e o descaso com o saneamento básico como um dos mais sérios problemas da cidade, indicando-nos, inclusive, um dos maiores depósitos de lixo e detritos do município: a vala aberta em que se transformou o rio Perequê-Açú, no trecho localizado no bairro da Patitiba. Ainda no quesito saneamento básico está inserido o tratamento da água que, em Paraty, é deficiente e foi apontado por diversos respondentes.

A saúde apresenta-se como a segunda reclamação mais freqüente: 40% dos respondentes citaram a saúde, as condições do Hospital Municipal e o atendimento

hospitalar como espaços e serviços precários que precisam ser rapidamente melhorados na cidade.

Ainda com relação à saúde, foram identificadas as principais doenças: os casos de Dengue ocorridos durante a alta temporada (verão) de 2006; de Leishmaniose e a Hanseníase, também conhecida como “lepra”. Destas doenças, a Dengue e a Leishmaniose podem ser combatidas mediante a sensibilização da população, com medidas preventivas, o que demonstra a importância da mobilização do poder público para efetivar processos de conscientização e de sensibilização da população com relação a estes problemas.

O envolvimento da Associação Comercial e das Associações de Moradores de Paraty foi fundamental para o sucesso da campanha “Dengue? Não, obrigado!”, difundida nos fóruns da Rede de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS) de Paraty e no jornal Folha do Litoral⁴⁹ em 2006.

No que tange à educação, muitos respondentes (32,5%) qualificaram como “precário” ou “fraco” o ensino oferecido pelas redes públicas municipal e estadual. A pesquisa também mostrou que a maioria das escolas da zona rural oferece apenas o Ensino Fundamental I (de 1ª a 4ª série) de forma multiseriada e pertencem à rede municipal de ensino. O Ensino Fundamental II (de 5ª a 9ª série) é oferecido por escolas estaduais, em geral, nas áreas urbanas. O deslocamento dos alunos da zona rural até o centro, para continuarem seus estudos após a 4ª série é facilitado mediante passes escolares fornecidos pelo Governo do Estado. Quanto ao Ensino Médio, há apenas 3 colégios que disponibilizam este serviço educacional e todos se localizam na área urbana. Há também a presença de Educação de Jovens e Adultos (EJA) em 3 escolas da cidade.⁵⁰

A pesquisa de campo igualmente apontou que faltam professores, o que gera uma sobrecarga de trabalho para os profissionais que atualmente integram a rede de ensino público.

O ensino superior em Paraty é relativamente novo e está presente há cerca de dois anos na cidade, sob a forma de um curso interativo. Os alunos têm aulas em alguns dias da semana e precisam realizar trabalhos e pesquisas nos demais dias como meio de avaliação de seu desempenho.

⁴⁹ FOLHA (2006).

⁵⁰ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2004.

Quanto ao esporte, foi mencionada a ausência de espaços públicos voltados à prática esportiva e a atividades de lazer destinadas a crianças, adolescentes e jovens, principalmente nos bairros da Mangueira e da Ilha das Cobras. Este fato, somado ao reduzido número de vagas nas creches contribui para que as crianças vivenciem situações de vulnerabilidade social. Estas situações permitem que as crianças e adolescentes passem a maior parte de seu tempo nas ruas e se envolvam, posteriormente, com atividades ilícitas, como o tráfico de drogas e a prostituição infantil, como apontaram alguns respondentes durante a realização dos questionários.

Por fim, a questão da segurança pública foi também um problema mencionado pela população juntamente com aqueles que abordaram a questão da prostituição infantil e do consumo e tráfico de drogas (18,6% dos respondentes).

A literatura já vem demonstrando que a conjunção de fatores como baixa renda, baixo grau de escolarização e precariedade de serviços públicos (de educação, saúde, cultura, esportes e outros), considerados fatores de vulnerabilidade social, correspondem a riscos de diversas ordens para a população, principalmente, no que se refere à sua segurança e ao exercício da cidadania.

Responsabilidades e cuidados com relação à cidade

Ao indagarmos sobre as formas como a cidade tenta resolver seus problemas, notamos uma percepção de que nada se faz com esse objetivo. Por outro lado, é também presente uma confiança no Prefeito Municipal quanto ao solucionamento dos problemas da cidade. Os respondentes que afirmaram que o Prefeito está tentando melhorar a cidade apontaram como exemplos o cuidado com as praças, com o calçamento de ruas em alguns bairros periféricos, com a iluminação subterrânea e lembraram que ele prometeu solucionar o problema do saneamento básico ainda em sua gestão. Outra forma citada foi a articulação e mobilização social em torno de Associações de Moradores que objetivam também ampliar o diálogo com a Prefeitura, como se pode observar abaixo:

Tabela 33: Meios utilizados na busca pela solução dos problemas da cidade

Meios	N.A.	%
Não se faz nada	15	30,6
O Prefeito está tentando melhorar a cidade	13	26,5
Através da articulação das associações de moradores	6	12,2
Por intermédio de diálogo e reivindicação à Prefeitura	5	10,2
Pedindo à Prefeitura ou a algum político (Secretário, Vereador, etc)	3	6,1
A Prefeitura tenta por meio de leis e do orçamento	2	4,1
Mediante a organização da população	1	2,0
Estou desinformado	1	2,0
Através de parcerias com empresas grandes (como a Eletronuclear)	1	2,0
Rede DLIS através da conscientização da localidade	1	2,0
A cidade faz muito pouco	1	2,0
	49	100,0

Fonte: Questionários

Quando perguntamos sobre quem são os responsáveis por cuidar bem da cidade, a fim de identificar o grau de responsabilização pessoal e social pelo zelo e preservação de Paraty, a maior incidência de respostas foi “os cidadãos”. Entretanto, somando-se as respostas que atribuíram a responsabilidade aos governantes com aquelas que apontaram o Prefeito como responsável (uma vez que este é também um governante/autoridade pública), temos uma superação do grau de ocorrências, com um percentual de 44,3%.

Tabela 34: Responsáveis por cuidar da cidade

Responsáveis	N.A.	%
Nós, os cidadãos	20	32,8
Governantes/autoridades	15	24,6
Prefeito	12	19,7
Órgãos públicos (IPHAN, IBAMA, etc)	8	13,1
Prefeitura	4	6,6
Associações de bairro	1	1,6
Comércio	1	1,6
	61	100

Fonte: Questionários

Esta atribuição de responsabilidade aos governantes com relação aos cuidados com a cidade demonstra que o senso de apropriação e de cuidado com a própria cidade ainda é deficiente e que a expectativa com relação às ações das autoridades públicas, do Prefeito e dos órgãos públicos, de maneira geral, é grande.

As belezas de Paraty

Por fim, indagamos aos respondentes quais elementos da cidade (aspectos da cultura, espaços naturais, urbanos, tradições, etc.) eram mais valorizados por eles mesmos, a fim de compararmos estas respostas com aquelas fornecidas pelos turistas e verificarmos se há uma atribuição de valores diferenciada entre os moradores e os turistas com relação aos atrativos turísticos de Paraty.

Com esta questão, pudemos perceber que o aspecto mais valorizado pela população paratiense é a beleza natural da cidade com as praias, o ar puro, o mar e a presença da Mata Atlântica. Na seqüência está a tranquilidade e o sossego experimentados pela população de Paraty. Também com um percentual importante está o próprio povo paratiense, o afeto mútuo, a possibilidade de se criar vínculos facilmente e a possibilidade de conhecer um grande número de pessoas da cidade.

Tabela 35: Atrativos mais valorizados pela população residente

Atrativos	N.A.	%
A beleza natural, a natureza e o ar puro	21	32,8
Tranquilidade da cidade	12	18,8
Povo, afeto do paratiense e a possibilidade de criar vínculos	10	15,6
Centro Histórico, arquitetura histórica	6	9,38
História, cultura, os mitos e as tradições	5	7,81
Acolhimento	3	4,69
Qualidade de vida	3	4,69
Comida (peixe)	1	1,56
Festas	1	1,56
<i>"A minha história se misturando com a história do lugar"</i>	1	1,56
Banda de hip hop da comunidade quilombola do Campinho da Independência	1	1,56
	64	100

Fonte: Questionários

Percepções dos turistas de Paraty

A pesquisa com os turistas de Paraty foi realizada por ocasião da Festa Literária Internacional de Paraty, em Agosto de 2006, atual evento de maior importância para o turismo em Paraty. Participaram de nossa pesquisa 27 turistas que passaram pelo Centro Histórico de Paraty.

Apesar dos dados não poderem ser generalizados para a totalidade do conjunto de turistas, optamos por manter a realização dos questionários devido às poucas informações que a cidade possuía sobre seus turistas e também por causa da intenção de

captar os olhares desse grupo social que materializa o turismo em Paraty.

Dentre os dados existentes estão uma estimativa anual de 231.948 turistas, elaborada em 2003, que a Secretaria de Cultura e Turismo de Paraty atualmente possui. Este dado encontra-se no Plano Diretor do Desenvolvimento Turístico do Município de Paraty 2003, todavia, não consta no documento a metodologia utilizada para o cálculo. Considerando o capítulo e assunto em que esta informação se encontra inscrita no Plano, é possível inferir que a estimativa foi feita com base na pesquisa realizada junto aos meios de hospedagem (pousadas, hotéis, *campings*, etc) da cidade.

Com relação ao perfil dos turistas que participaram de nossa pesquisa por meio do questionário, houve uma leve maioria de respondentes femininas (59,3%). Quanto à faixa etária, encontramos uma distribuição equilibrada em termos absolutos, com uma pequena preponderância do grupo de 30 a 39 anos (30,8%) conforme mostra a Tabela 36:

Tabela 36: Distribuição etária dos turistas respondentes

Ano de Nascimento	Faixa etária aproximada	N.A.
De 1940 a 1955	De 65 a 50 anos	5 (2H e 3M)*
De 1956 a 1965	De 49 a 40 anos	7 (3H e 4M)
De 1966 a 1975	De 39 a 30 anos	8 (2H e 6M)
De 1976 a 1987	De 29 a 18 anos	7 (3H e 4M)
A partir de 1988	Menores de 18 anos	0
TOTAL		27

*Os homens estão representados pela letra “H” e mulheres, “M”. Fonte: Questionários

Quanto ao local de residência – dado relevante para identificar as regiões onde Paraty tem se destacado como destinação turística – encontramos três (03) estrangeiros (11,1%) e turistas brasileiros residentes em quatro (04) estados do país, conforme mostra a tabela abaixo:

Tabela 37: Estados de residência dos turistas respondentes

Estado	N.A.	%
Rio de Janeiro	11	40,7
São Paulo	9	33,3
Rio Grande do Sul	3	11,1
Paraná	1	3,7
TOTAL	24	88.8

Fonte: Questionários

As cidades de residência foram: no estado do Rio de Janeiro, além da capital (Rio de Janeiro), as cidades de Petrópolis e Volta Redonda; no estado de São Paulo, além da capital (São Paulo), as cidades de Guaratinguetá, Taubaté, Cruzeiro e São João da Boa Vista; no estado do Rio Grande do Sul, além da capital (Porto Alegre), a cidade de Farroupilha e no Paraná, a capital, Curitiba.

Quanto aos meios de divulgação, a maioria das pessoas não consultou jornais, folhetos ou outros materiais de divulgação turística sobre Paraty antes de se dirigir à cidade, mas disseram que já a conheciam devido ao fato de Paraty estar localizada em região próxima à sua cidade de residência.

Este fato demonstra que permaneceu reduzido o uso dos veículos de comunicação de massa do tipo jornais, rádios e televisão, para fins de divulgação da destinação turística, como já apontava, em 2003, o “Inventário Turístico de Paraty”, contido no Plano Diretor do Desenvolvimento Turístico do Município de Paraty 2003 – à exceção do uso de comercial publicitário pela FLIP que foi transmitido em canais de TV como o Canal Cultura, para divulgação da festa em 2006.

Os turistas advindos de lugares mais distantes (estrangeiros e gaúchos), entretanto, afirmaram terem tomado conhecimento sobre a cidade por meio da indicação de amigos e de livros de turismo sobre o Brasil.

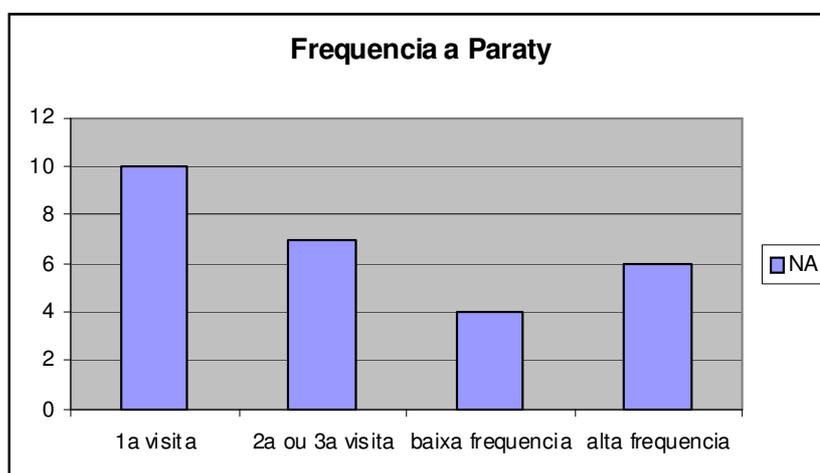
A utilização dos serviços de agências de turismo para organizar as viagens a Paraty mostrou-se pequena, pois quase a totalidade dos respondentes organizou a viagem sem o auxílio de agências. Os respondentes que afirmaram terem utilizado agências de viagens informaram que estas estavam localizadas em suas cidades de residência: Petrópolis e Porto Alegre.

Este fato pode ser explicado em função de que, diferentemente de outras

destinações que são comercializadas por operadoras turísticas mediante pacotes de viagens que incluem os serviços de transporte (aéreo, rodoviário e/ou traslados), hospedagem e passeios (ou *city tour*), existe apenas uma operadora turística paulistana (chamada “Intravel”) que oferece pacotes de viagens a Paraty.

As demais operadoras turísticas inserem Paraty (com passeios com duração de um ou dois dias) em roteiros de viagens com destino a outras cidades. Estes pacotes são, em geral, rodoviários, com saídas de São Paulo e do Rio de Janeiro. Vale destacar, também, que esta forma de comercialização da destinação turística de Paraty tem se mantido desde 2003, como mostra o Plano Diretor do Desenvolvimento Turístico do Município de Paraty daquele ano.

Quanto à frequência de visitas à cidade, encontramos os dados apresentados no gráfico 1 abaixo:



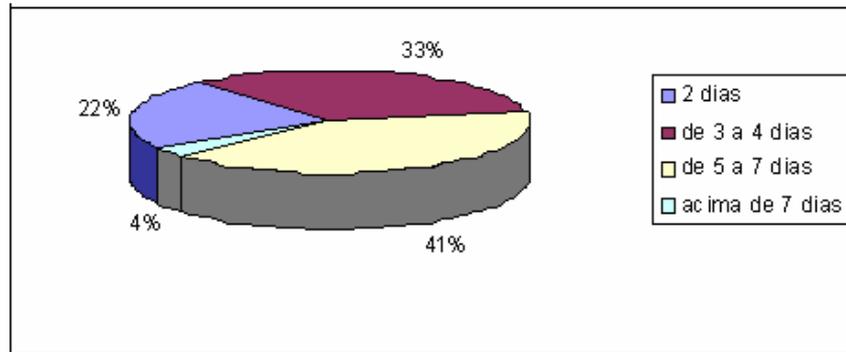
Fonte: Questionários

Classificamos como “baixa frequência” (14,8%), as visitas realizadas anualmente e como “alta frequência” (22,2%) as respostas que indicavam visitas mensais, assim como, as visitas realizadas 2 vezes ao ano e as que afirmaram visitar intensamente a cidade de modo que não sabiam estimar a frequência.

O fato de dez turistas (37%) estarem visitando a cidade pela primeira vez pode indicar que Paraty está sendo descoberta por novos turistas, experimentando processos de expansão de sua visibilidade.

Quanto a este aspecto, a FLIP pode ser considerada um dos fatores que tem contribuído para a atração de novos turistas, o que é observável quando notamos que a maioria dos turistas respondentes permaneceu na cidade por um período de 05 a 07 dias, duração similar ao período de realização da FLIP (05 dias).

Gráfico 2: Duração da viagem

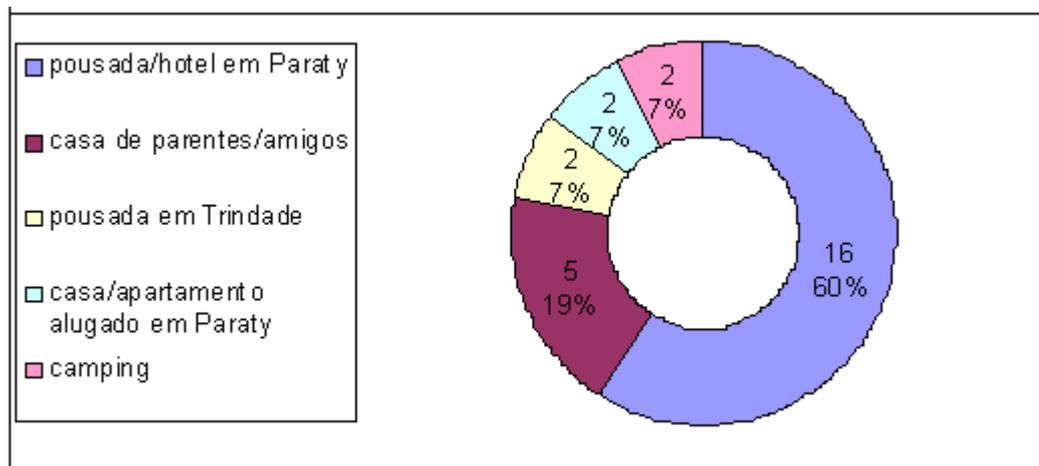


Fonte: Questionários

Com relação aos meios de hospedagem, a maioria dos respondentes que informou suas opiniões sobre os preços praticados pelas pousadas e hotéis considerou-os como “justos” ou “bons” (60% do total).

O meio de hospedagem mais frequentemente utilizado pelos turistas respondentes são as pousadas e hotéis de Paraty (60%), como mostra o gráfico abaixo. Esta distribuição no uso dos meios de hospedagem é outro aspecto da atividade turística em Paraty que parece ter se mantido nestes últimos anos.

Gráfico 3: Meios de hospedagem utilizados



Obs: Os números no gráfico correspondem aos números absolutos. Fonte: Questionários

Em 2003, o Plano Diretor do Desenvolvimento Turístico do município apresentou dados semelhantes aos que encontramos de forma que, em 2003, quase 70% dos turistas hospedavam-se em pousadas e hotéis e o restante, distribuíam-se de forma equânime em casas de parentes e/ou amigos e em *campings*, como mostra a tabela na sequência:

Tabela 38: Distribuição dos visitantes por meios de hospedagem

Distribuição	Anual	%
Turistas em Pousadas e hotéis	162.107	69,89
Turistas em Campings	23.481	10,12
Turistas em Casas de Parentes e/ou Amigos	25.287	10,90
Turistas em Casas Alugadas	9.633	4,15
Turistas em Casas Próprias	8.580	3,70
Turistas em Outros Tipos de Acomodação	2.860	1,23
Total de Turistas	231.948	100

Fonte: SOLVING Consultoria em Turismo. Plano de Desenvolvimento Turístico do Município de Paraty, 2003.

No questionário utilizado para realizar a pesquisa junto aos turistas, indagamos também quais eram os principais atrativos turísticos de Paraty. Para tanto, elaboramos um quadro com os principais atrativos da cidade e com a possibilidade de inserirmos novos atrativos caso algum turista sugerisse novas respostas.

Segundo BARRETO (1999), os atrativos turísticos, sinônimos de recursos turísticos, são elementos que motivam ou atraem a visita dos turistas e podem ser divididos em naturais e culturais.

Adotamos esta conceituação e inserimos o sub-grupo “atividades de lazer” no quadro de atrativos turísticos do questionário, apesar de compreendermos que se tratam de serviços turísticos (e não de “atrativos turísticos”). Optamos por inseri-los no quadro apenas para compreender a importância destes serviços para a motivação da visita a Paraty, em comparação com os elementos considerados, efetivamente, atrativos turísticos na literatura da área.

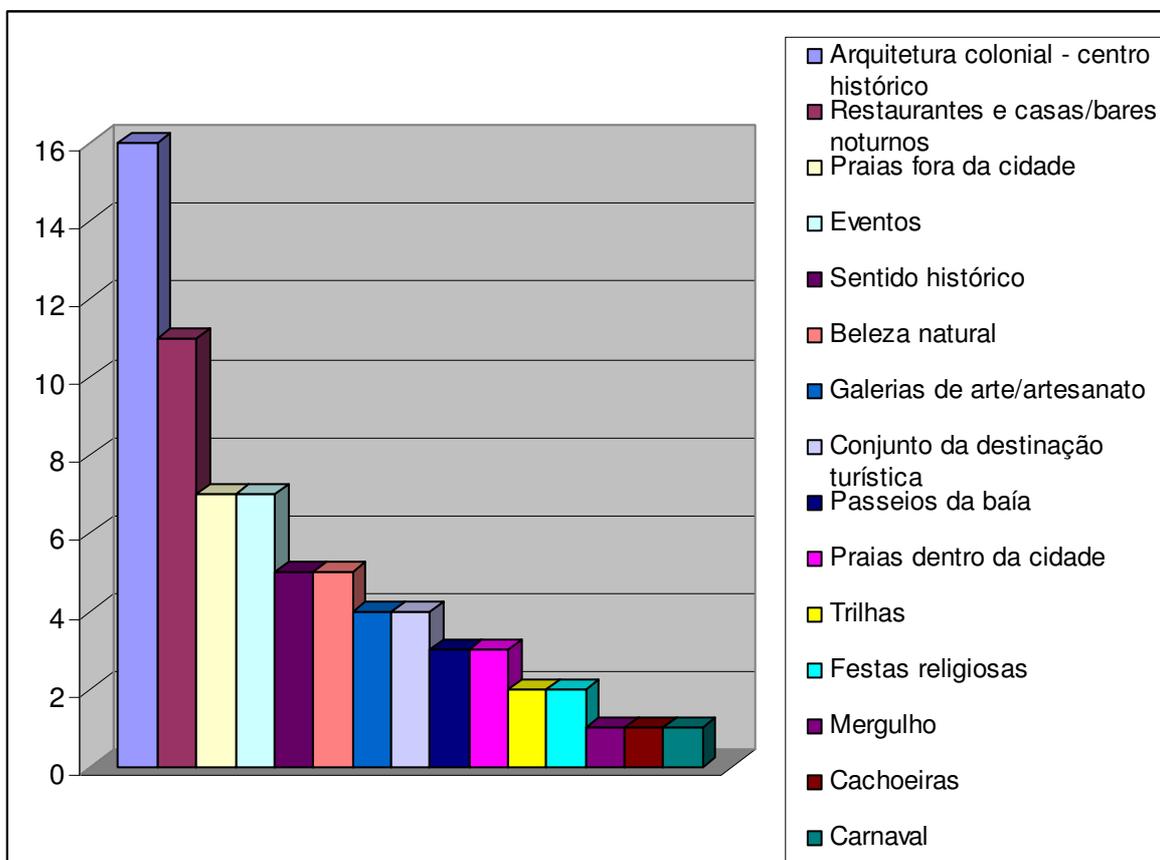
Quadro 4: Agrupamento dos atrativos turísticos de Paraty

Grupo	Atrativo turístico
CULTURAIS MATERIAIS	Restaurantes e casas/bares noturnos Galerias de arte/ateliês/lojas de artesanato Casa da Cultura de Paraty Arquitetura colonial/Centro histórico Igrejas Forte Defensor Perpétuo Empório da Cachaça Engenheiros antigos e alambiques (Corisco, d'Ouro, Fazenda e/ou Engenho Murycana) Outro atrativo cultural material
CULTURAIS IMATERIAIS	Festas religiosas (Divino Espírito Santo, São Benedito, Padroeira, Santa Rita e/ou outra) Carnaval Ano Novo Outros eventos (FLIP, Folia Gastronômica, Paraty Cine,

	Leilão de Artes e/ou outro) Outro atrativo cultural imaterial
NATURAIS	Praias dentro da cidade (Jabaquara e Pontal) Praias fora da cidade (Trindade, Parati-Mirim, Prainha ou outra) Ilhas (Sapeca, do Mantimento, Comprida, do Algodão, da Cotia e outras) Cachoeiras e poços/piscinas naturais Toca do Cassununga Outro atrativo natural
ATIVIDADES DE LAZER	Passeios pela Baía (barco, escuna, lanchas, veleiros, caiaques e outros) Trilhas (Estrada Real/Caminho do Ouro e outras, realizadas a pé ou cavalo) Cursos/práticas de mergulho Outras atividades de lazer

Ao perguntar aos respondentes quais eram as principais “atrações turísticas” de Paraty, solicitamos a indicação de, no mínimo, 3 atrações e que lhes fossem atribuídos valores conforme sua importância, iniciando-se com o número 1 (para a atração mais importante).

Gráfico 4: Principais atrativos turísticos segundo turistas respondentes



Fonte: Questionários

Isto nos permitiu identificar a arquitetura colonial/centro histórico e os restaurantes e casas/bares noturnos como os principais atrativos turísticos de Paraty, segundo a percepção dos turistas respondentes. É importante notar que Paraty é divulgada, principalmente, como uma cidade histórica nos materiais e meios de veiculação promocional. Além da beleza e relevância de sua arquitetura e história, são também destacadas as belas paisagens naturais que compõe este destino turístico. Este fato pode ser considerado um fator de forte influência sobre a idéia que os turistas constroem acerca de Paraty e a percepção que eles têm da cidade.

Em termos absolutos, os atrativos que mais freqüentemente apareceram nas respostas foram:

Tabela 39: Principais atrativos turísticos segundo turistas respondentes

Atrativo turístico	N.A.
Arquitetura colonial - centro histórico	16
Restaurantes e casas/bares noturnos	11
Praias fora da cidade	7
Eventos	7
Sentido histórico	5
Beleza natural	5
Galerias de arte/artesanato	4
Conjunto da destinação turística	4
Passeios da baía	3
Praias dentro da cidade	3
Trilhas	2
Festas religiosas	2
Mergulho	1
Cachoeiras	1
Carnaval	1

Fonte: Questionários

Com base nos valores atribuídos aos atrativos, foi possível identificar os atrativos mais importantes que ocuparam os 1º, 2º e 3º lugares na classificação:

Tabela 40: Classificação dos atrativos turísticos

1º lugar	
N.A.	Atrativo
12	Arquitetura colonial/Centro Hist.
3	Praias fora da cidade: Trindade
2	Galerias de arte/ateliês/artesanato

2º lugar	
N.A.	Atrativo
5	Restaurantes e casas/bares noturnos
4	Arquitetura colonial/Centro Hist.
3	Sentido Histórico

3º lugar	
N.A.	Atrativo
6	Restaurantes e casas/bares noturnos
3	FLIP
2	Praias fora da cidade

Fonte: Questionários

É interessante notar que as respostas “sentido histórico”, “beleza natural” e o “conjunto da destinação turística” foram respostas fornecidas pelos próprios respondentes e acrescentadas durante a realização dos questionários, o que denota a importância do formato semi-estruturado do instrumental.

Na seqüência, trazemos questões que objetivaram captar informações relativas à percepção dos turistas sobre os benefícios e os prejuízos do turismo para a cidade e sobre a situação em que vive a população residente em Paraty.

Quanto aos benefícios do turismo, as respostas mais frequentes, em ordem de ocorrência, foram:

Tabela 41: Benefícios do turismo segundo turistas respondentes

Benefícios	N.A.	%
Dinheiro/renda, desenvolvimento/crescimento financeiro/econômico	21	53,8
Emprego, empregos temporários	6	15,4
Interação cultural e social	6	15,4
Divulga a cidade e torna os artistas conhecidos	3	7,7
Valorização da história de Paraty e do Brasil	1	2,6
Melhorias para a cidade	1	2,6
Desenvolvimento social	1	2,6
Total	39	100

Fonte: Questionários

Como se pode perceber, os benefícios mais comumente identificados pelos turistas estão ligados ao desenvolvimento econômico, envolvendo a geração de renda e emprego. Aparecem também as interações humanas e suas conseqüentes trocas

simbólicas e culturais com o mesmo grau de ocorrência e, conseqüentemente, de importância, da resposta “geração de emprego”, o que aponta que a experiência de interação cultural é também significativa no processo de vivência do turismo. As falas que apontam essa interação foram “*Oportunidade de conviver com outras pessoas*”; os moradores “*saem da mesmice*” e se “*integram com o mundo*” e o turista “*se integra ao cotidiano da cidade*”; “*o turismo traz ‘ar internacional’ e diferentes culturas e línguas a Paraty*”.

Na seqüência, aparece a divulgação da cidade e dos artistas e, com apenas uma ocorrência está a possibilidade de desvendar e valorizar a história de Paraty e do Brasil, as melhorias para a cidade e o desenvolvimento social.

Com relação aos prejuízos gerados pelo turismo, foram identificados pelos turistas:

Tabela 42: Prejuízos causados pelo turismo

Prejuízos	N.A.	%
Degradação/poluição/impacto na conservação ambiental	7	21,9
Aumento da sujeira/lixo na cidade	5	15,6
Risco de descaracterização da cidade e da cultural local	5	15,6
Não gera nenhum prejuízo	5	15,6
Insegurança pública	2	6,3
Degradação do patrimônio	2	6,3
Dependência exclusiva do turismo e comprometimento de outras atividades econômicas (como a pesca)	1	3,1
Turismo não trouxe qualidade sanitária: “ <i>há esgoto a céu aberto</i> ”	1	3,1
Super lotação	1	3,1
Exploração de preços sobre o turista	1	3,1
Especulação imobiliária	1	3,1
Não gerar empregos para população local, empregando pessoas de fora	1	3,1
Total	32	100

Fonte: Questionários

Destaca-se que um percentual significativo de respondentes afirmou não haver prejuízos que possam ser causados pelo turismo (15,6%), cujas respostas apresentam a mesma incidência e representatividade das demais que ocupam o 2º lugar na tabela acima.

Com relação às informações sobre as condições de vida da população residente, 33% afirmou não ter conhecimento sobre este assunto e o restante informou saber algo a

respeito do tema.

Dentre as respostas, algumas retratavam a avaliação pessoal dos turistas sobre o turismo em Paraty em lugar de apontar informações sobre a situação de vida da população residente, como por exemplo:

- o fato da população ser acolhedora, educada;
- a boa organização do turismo e das informações sobre pontos turísticos;
- a possibilidade de ouvir histórias contadas por pescadores;
- a organização dos restaurantes ter sido ruim nos dias que antecederam a FLIP 2005 - *“comer em Paraty foi péssimo, um pesadelo, dias antes da FLIP no ano passado, tanto que chegamos aqui apenas depois da FLIP ter começado este ano”*; e
- a estrada de asfalto que o governo do estado do RJ afirmou que construirá ligando Cunha a Paraty *“não é uma boa idéia”*.

Com relação às informações sobre as condições de vida da população local, a resposta mais frequentemente fornecida estava relacionada ao problema do esgoto que *“causa a poluição dos rios”* entendida, por muitos, como elemento que *“vai acabar com o turismo na Baía”*.

Em segundo lugar, apareceu o problema do desemprego que causaria *“falta de opções de vida”* e, também ligado a esta questão, a ausência de incentivo a outras atividades além do turismo. Quanto a este aspecto, achamos interessante reproduzir a fala da respondente: *“Não há incentivos à pesca, apenas ao turismo, então o pescador vai competir com o saveiro para levar turistas para passear e a Prefeitura reforça isto e quando o turismo cai, todos caem”*.

Esta fala denota o impacto da sazonalidade do turismo e dos trabalhos temporários que propiciam renda em alguns períodos, mas também geram um comprometimento da continuidade desta renda nos períodos de baixa temporada.

Outra fala que aponta os problemas econômicos e sociais do turismo foi a seguinte: *“a cidade fica morta nos períodos sem eventos... os caiçaras ficam a míngua”*

Foram, também, apontadas percepções sobre a (1) insegurança *“os turistas estão sendo assaltados no caminho para o Forte... Paraty nunca esteve tão pobre”*, (2) saúde e dengue e (3) falta de planejamento urbano e turístico *“a Prefeitura precisa cuidar do entorno, pra não deixar surgir favelas ao redor do centro histórico”* e *“a Prefeitura*

tem permitido bares com sons altíssimos funcionarem ao lado de pousadas com hóspedes que precisam dormir, no centro histórico”.

Além dos problemas apontados, os turistas informaram ter conhecimento de que a população tem como característica a produção artística e o artesanato, além de saber da existência de uma população indígena no município.

Nota-se uma baixa percepção a respeito das dificuldades vivenciadas pelos moradores da cidade, com apenas 18,5% que mostraram ter conhecimento sobre esse assunto. Apesar disso, estas pessoas apresentaram uma variedade importante de conhecimentos referentes às carências do município envolvendo, inclusive, a oferta de serviços públicos como o saneamento básico.

Ao final do questionário, foi inserida uma questão relativa à limpeza da cidade: “Na sua opinião, você diria que limpeza da cidade está () boa, () regular ou () ruim?”.

As respostas apontaram que a grande maioria dos turistas que responderam a esta questão (84,6%) consideraram boa a limpeza (alguns utilizaram as palavras “ótima” e “excelente”), apesar dos seguintes elementos:

- 1 as ruas estavam limpas, mas a limpeza relativa ao saneamento básico era ruim
- 2 faltam lixeiras pela cidade
- 3 faltam banheiros públicos

Destaca-se que alguns respondentes que haviam visitado Paraty-Mirim admiraram a limpeza das praias e da vila, considerando a população residente educada quanto ao tratamento do lixo.

Os demais respondentes avaliaram a limpeza como “regular/razoável” ou “*poderia estar mais limpa*”, não havendo nenhuma ocorrência que avaliasse como “ruim” a limpeza da cidade.

De forma geral, os dados coletados indicaram um perfil de respondentes turistas marcado pela presença de jovens e adultos que visitam a cidade frequentemente (48% visitava pela segunda ou terceira vez ou visita a cidade com alta frequência) e permanecem por, aproximadamente, seis (06) dias, hospedando-se em pousadas e hotéis da cidade.

Os principais elementos que motivaram a visita turística foram a arquitetura colonial/centro histórico, os restaurantes e bares/casas noturnas, seguidos das praias

localizadas fora da cidade (Paraty-Mirim e Trindade) e dos eventos (em especial, as festas religiosas).

Um aspecto positivo do turismo em Paraty e que deve ser valorizado, segundo os turistas, é a limpeza nas ruas e vilas, realizada pelo poder público e pela população.

É importante perceber que a maioria dos turistas desconhece a realidade social da população residente em Paraty e, por outro lado, os que têm informações apontam, majoritariamente, problemas em lugar de elementos/fatos admiráveis. Os problemas estão relacionados às questões do saneamento básico, do desemprego e dos serviços públicos de educação, saúde, segurança e planejamento urbano, fatos também constatados e apontados pelos moradores que participaram do questionário.

Em geral, o conhecimento, por parte dos turistas que responderam ao questionário, acerca das condições de vida dos moradores da cidade e dos problemas por ele vivenciados, mostrou-se reduzido.

Entrevistas e observação participante

Como mencionamos no primeiro capítulo, realizamos sete (07) entrevistas com moradores da cidade de Paraty a fim de obtermos informações subjetivas que transmitissem o olhar da população acerca do processo histórico de crescimento do turismo na cidade e de seus impactos sobre o desenvolvimento local e a inclusão/exclusão social.

Nos valem, também, da observação participante que foi uma técnica importante, principalmente, em dois eventos dos quais participamos: uma reunião do Conselho Municipal das Associações de Moradores de Paraty (COMAMP) e o encontro “Municípios Educadores Sustentáveis: Reflexão sobre Educação, Turismo, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável”, ocorrido durante a Off-Flip⁵¹.

Esta parte da pesquisa possibilitou-nos conhecer melhor as influências do turismo sobre a cidade e seus principais problemas e avanços em termos de desenvolvimento local. Permitiu-nos compreender melhor os processos de re-ocupação do espaço territorial com a migração das zonas rural, costeira e de outras cidades à parte urbana de Paraty, as dinâmicas de articulação e mobilização local, os rebatimentos sobre

⁵¹ A OFF-Flip é uma programação alternativa e integrada com diversos eventos na cidade, que acontece simultaneamente à FLIP e visa difundir os talentos de pessoas locais de forma acessível, isto é, gratuita aos visitantes e à própria população residente.

a estrutura produtiva e de empregos da cidade, a revalorização da cultura local e os problemas sociais que ainda persistem na localidade.

A re-organização do espaço sócio-geográfico

Foram apontados, nas entrevistas, aspectos relativos à interferência do turismo sobre o espaço local. O surgimento dos bairros no entorno do Centro Histórico se deu, principalmente, em função da migração das áreas rural e costeira acompanhada por uma valorização dos terrenos do centro. Antes da década de 60, ao redor do Centro Histórico – onde atualmente está o bairro da Patitiba e da Chácara –, costumava existir uma vasta região de mangue.

Com o passar do tempo e a chegada de turistas, fortemente influenciada pela abertura da rodovia BR 101, o Centro Histórico sofreu um processo de supervalorização dos terrenos e de especulação imobiliária, com a presença pessoas que chegavam à cidade e adquiriam casas no Centro Histórico, transformando-as em pousadas, lojas e restaurantes, conforme aponta o entrevistado:

O deslocamento (da população) inicia-se, na verdade, na década de 60 com a Paraty/Cunha e, na década de 70, com a Rio/Santos, acontece um fator pior ainda: uma coisa é na década de 60 quando o paulista vem e compra casa no centro histórico e a pessoa muda para a periferia. Com o valor que ele vende uma casa no Centro Histórico em ruínas, ele compra um terreno e constrói duas ou três casas e são criados os bairros de Chácara, da Patitiba, essas regiões.

O bairro de Chácara, por exemplo, era um bairro nobre onde tinha poucas residências antes da Paraty/Cunha. Depois da Paraty/Cunha é que ele surge realmente como um bairro para onde vão as pessoas que estão saindo do Centro Histórico e se posicionando na parte mais nobre, excluindo-se o Centro Histórico, depois é que eles desandam para cá, para os lados da Patitiba que era menos nobre, mais alagado. (Entrevistado 1)

O relato mostra também que o bairro da Chácara surge como bairro relativamente nobre, no início do deslocamento das pessoas que saíam do Centro Histórico. Depois, há o crescimento do bairro da Patitiba, ainda um pouco mais nobre do que os bairros que vieram depois (Ilha das Cobras e Mangueira), devido à imigração da zona rural e costeira com destino à cidade.

A contextualização que o relato nos fornece permite compreender melhor a concentração de estabelecimentos comerciais de alto padrão como pousadas, lojas, restaurantes e da própria Prefeitura Municipal nesta região central, composta pelo Centro Histórico e o bairro do Pontal. Esta concentração de estabelecimentos de alto padrão se construiu historicamente sendo a região central, um local com forte poder de atração de turistas e, portanto, de serviços e postos de trabalho. Outro depoimento que confirma esse deslocamento dos paratienses do Centro Histórico com destino a outros bairros foi fornecido pelo entrevistado 8:

Entrevistadora: Antigamente as pessoas moravam mais no Centro Histórico ou havia outros bairros?

Olha, mais no Centro Histórico e mais retirado assim, em zona rural e zona costeira. Era isso. Aí os bairros vieram a povoar, veio gente da zona rural, depois o pessoal veio conhecer Paraty, veio se interessar por essa arquitetura, essa beleza que você vê hoje, então houve esse interesse muito grande. Os empresários vieram comprando as casas no centro, na parte histórica; você pode ver que, hoje, o pessoal nato em Paraty no bairro histórico, de 300 famílias, se tiver 5 ou 6 é muito. A maior parte é o pessoal de São Paulo que compraram essas casas aí. Na época de temporada, eles estão aí, mas fora disso é tudo fechado. (Entrevistado 8)

O deslocamento de pessoas que viviam no Centro Histórico e que, com a especulação imobiliária, venderam seus imóveis, mudando-se para áreas periféricas foi somado à migração de pessoas da zona rural e costeira que se dirigiam aos bairros de periferia urbana em busca de melhores condições de vida.

Um exemplo que ilustra essa situação foi a experiência de uma das entrevistadas que costumava morar na zona rural, na região do Rio Pequeno, divisa com o município de Barra Grande e depois de alguns anos, passou a residir no bairro da Patitiba. As condições de vida mostraram-se melhores do que aquelas vividas na zona rural, ainda que em um contexto de periferia urbana:

Eu lembro, assim, quando eu morava lá na zona rural, pra gente vir de onde eu morava até aqui eram 8 horas de viagem a pé. Então a gente vinha a pé, fazia compras e voltava a pé. Eu morava lá no Rio Pequeno, divisa com Barra Grande. Quando ficava gente doente tinha que vir pela canoa porque era tudo mar. Canoa... nem era barco. Aí a gente fazia compra e tinha que vir com aqueles cargueiros que tinham “jacar” de um lado e de outro. A gente andava por essas estradas cheias de lama. Então era um sacrifício danado. Quando morria gente, tínhamos que vir pelo mar porque o cemitério era aqui. Então não tinha condução. Depois que abriu a Rio/Santos foi que começou a passar ônibus. Agora facilitou muito porque agora tem ônibus para todos os lugares.

(...) Aqui (na Patitiba) não tinha quase ninguém porque aqui era um mangue. Só tinha mangue, então, na época, tinha só uma moradora. (...) Aqui no bairro da Mangueira também não tinha ninguém. Era muito pouca gente. Se tinha uns quatro moradores, era muito. (Entrevistado 5)

A melhoria nas condições de vida se dá porque os acessos e as facilidades da vida na cidade são, em geral, melhores do que as condições disponíveis na zona rural, o que passa a influir não apenas nos hábitos de consumo mas também nas práticas sociais, especialmente das famílias que deixam de plantar para seu próprio sustento e passam a desempenhar outras atividades que lhes permita auferir alguma renda.

Um exemplo emblemático da migração da zona costeira para a zona urbana foi vivenciado na vila de São Gonçalo, uma área praiana que se localiza ao norte da cidade, perto do distrito de Tarituba. A especulação imobiliária, semelhante a que vivenciou a vila de Trindade, acelerou o processo de migração das comunidades caiçaras em direção à área de periferia urbana:

A partir da década de 70, 80, com a chegada da Rio/Santos, começou a haver esse interesse, as pessoas atentaram que Paraty era um dos lugares maravilhosos do mundo, com essa beleza arquitetônica e aí começaram os grandes interesses imobiliários. São Gonçalo é um grande exemplo disso: a Fazenda White Martins comprou toda a terra daquelas famílias que viviam ali, dos pescadores. É uma multinacional. Em São Gonçalo, com a chegada da White Martins, residiam cerca de 210 famílias caiçaras, de pescadores, que viviam do pescado, da lavoura, sabiam apenas fazer isso.

Então eles começaram a pressionar essas famílias a vender e essas famílias venderam, iludidas com aquela coisa de vir morar na cidade, ter o comércio muito próximo. Não tinha a Rio/Santos, então eles tinham que vir de canoa, são quase 3 horas de canoa pra ir a Angra, para ir para o Rio de Janeiro. Era uma coisa muito difícil, não tinha os acessos. Então, nessa comunidade, por exemplo, especificamente, restaram apenas 3 famílias, de 120.

Aí foram criados esses bairros de periferia, a Mangueira, a Ilha das Cobras aqui em Paraty, a Chácara. São famílias que foram se amontoando de qualquer forma. Elas foram iludidas. (Entrevistado 7)

A criação de condomínios fechados foi uma tendência bastante forte em Paraty, com as experiências vividas na vila da Trindade, de São Gonçalo e da Vila do Oratório, onde se construiu o Conjunto Laranjeiras, um dos mais luxuosos do país.

O baixo grau de instrução das comunidades caiçaras impôs grandes empecilhos a essas populações que se viam com poucas condições de competir na busca por emprego.

Entretanto, para muitas dessas famílias, as condições de vida melhorariam, por disporem, agora na cidade, de mais serviços e equipamentos que garantiriam aos seus filhos, condições de estudos, de saúde e, apesar das dificuldades, até mesmo postos de trabalho, ainda que com baixa exigência de qualificação profissional e baixa remuneração.

A experiência de outro entrevistado demonstra essa melhoria nas condições de vida. O entrevistado que costumava viver como pescador na praia de Ponta Negra deixou a região para viver na Mangueira, um bairro de periferia urbana, onde os acessos aos equipamentos públicos são melhores. Agora, na cidade, ele trabalha com construção civil:

Entrevistadora: Foi melhor ter mudado para cá? (bairro da Mangueira)

Entrevistado: Foi, foi melhor por causa de enfermidade. A enfermidade lá é brava, não tem estrada, depende de barco, não tem ônibus, nada. Então aqui, pra mim, foi melhor. Se tem alguma enfermidade, o carro vem aqui e busca, a ambulância busca e logo está no médico, entendeu? Os estudos dos meus filhos, tudo... melhorou tudo. Meus filhos estudaram aqui, o outro estudou aqui e agora conseguiu trabalho na marina também, num barco de turismo. (Entrevistado 6)

Como mencionaram os entrevistados que vieram da zona rural e costeira, a vida se tornou mais fácil, os acessos a outros lugares, a outras cidades e outros bens coletivos eram maiores. Esses aspectos positivos precisam ser compreendidos juntamente com a dinâmica negativa ocorrida que causaria o comprometimento das culturas tradicionais dessas comunidades.

O deslocamento para áreas distintas de seu habitat natural comprometeria, posteriormente, a continuidade e o aprimoramento das técnicas tradicionais como a pesca artesanal, a transmissão das histórias orais e, por exemplo, a preparação dos alimentos que, agora, já não poderiam ser encontrados tão frequentemente na natureza, já que as populações estavam convivendo em um ambiente urbanizado. Quanto a este aspecto, há uma fala importante de uma entrevistada que também destaca o processo de especulação imobiliária por parte das construtoras (em Laranjeiras, Trindade e São Gonçalo) sobre as áreas onde viviam caiçaras:

Então, pelas terras que não valiam nada, os caras ofereciam dinheiro e os moradores achavam que aquilo era muito. Só que quando vinham pra cidade, não dava pra comprar nada. Aí foram construindo um barraquinho no meio da Ilha das Cobras. Toda a cultura dele, de pesca se foi... então foi transformando

o modo de vida dessa forma; o que eles tinham pra fazer, eles largaram para vir pra cá. Nós tínhamos, em Paraty, uma agricultura de subsistência que acabou. Paraty produzia arroz para a própria comunidade, feijão para a própria comunidade, açúcar, então houve muitas mudanças.

(...) E aí, o que acontece? Ele já não tem mais aquele meio de vida que ele tinha para sustentar a família, não tem mais a fruta no pé, a mandioca, não tem mais os caranguejos que, se não vendia, ele podia comer. Não tem mais isso. Então ele vai ter que sair por aí arrumando qualquer serviço. Que ele consiga um serviço de servente, de sei lá o quê. Mas o que acontece? Os filhos dessa família saem disso. Os pais não passam mais essa cultura para eles, do modo de vida e não põe nada no lugar e aí começam a entrar em drogas, começam os desajustes sociais. Porque nada entrou no lugar. (Entrevistada 4)

Esses aspectos nos mostram como processos de inclusão no espaço urbano podem gerar situações de exclusão social, quando analisadas as condições de habitação, de renda e os demais problemas a que essas populações estão submetidas na cidade. Por outro lado, o processo de exclusão em termos de saída do habitat tradicional, se transformaria em uma inclusão, ainda que marginal, no mundo urbano.

Sobre essa inclusão marginal há um depoimento que mostra a difícil inserção no mundo do trabalho, na cidade, por parte da população que vinha das áreas costeiras:

(...) Essas pessoas são analfabetas mesmo e ela viviam ali em condições quase indígenas, viviam da exploração da natureza, de pescar, de produzir banana e essas pessoas não foram preparadas para sair de um habitat e vir para um grande centro onde você precisa competir: ou é um emprego num banco ou é um concurso público na Prefeitura. Elas não são preparadas, elas são semi-analfabetas, como eu disse. Então isso foi muito prejudicial porque a cidade não absorveu essas pessoas e hoje elas vivem em condições muito difíceis, com muitos filhos indo para a questão do tráfico, do alcoolismo. Isso foi muito prejudicial. (Entrevistado 7).

São casos como esses que expressam a interdependência das situações e dos conceitos de inclusão e de exclusão social, com seu processamento dialético, contraditório e simultâneo na composição da realidade social.

Na ausência de um planejamento que estimulasse a inclusão dessas populações por meio de programas de educação, de economia solidária e outros, problemas ligados ao tráfico de drogas e outros desarranjos sociais foram aumentando. Ainda, na ausência de um planejamento urbano que impedisse o crescimento desordenado, novos bairros foram gerados sem espaçamento adequado de calçadas, ruas e avenidas, além de terem causado a destruição de importantes áreas naturais.

Outra fala importante que explica mais claramente o movimento migratório e o crescimento desordenado ocorridos é a seguinte:

(...) Com a Rio/Santos acontece um fator pior ainda porque a Rio/Santos corta o município de norte a sul e, inclusive, passando por diversas praias, diversas localidades, diversas propriedades de pessoas que estavam lá, morando, há mais de cem anos e que não tinham documentação de terras.

Eles não eram donos das terras, eles nunca se preocuparam com a titulação das terras, eram fazendas abandonadas onde eles estavam morando, eram praias abandonadas em que eles habitavam: os pais, os avós e etc. Só que pela lei Brasileira, eles só podiam receber indenização se tivessem titulação da terra, então acontece o seguinte: a estrada passou por cima das casas e eles receberam o que valia a casa, uma casa de pau a pique, coberta de sapê, ou seja, não valia nada.

Aí eles iam para onde? Ele veio para a cidade e criou o bairro da Ilha das Cobras e Mangueira, que são os bairros que se aceleram em desenvolvimento, a partir da Rio/Santos, quando o povo da zona rural foi expulso pela Rio/Santos e começa a se instalar na cidade. Soma-se a isso o pessoal de beira de praia, um pessoal de mais longe, que via na cidade o “Eldorado”: lugar onde tinha escolas, onde tinha emprego, lugar onde iam viver bem, onde tinha televisão, onde tinha luz elétrica, onde eles poderiam vir e se instalar e viver muito melhor. Eles se esqueciam de que eles não tinham capacidade profissional para o trabalho, etc. Soma-se a isso ainda o pessoal trabalhador, da própria estrada, os operários, muitos dos quais também se instalaram na Ilha das Cobras e Mangueira. (Entrevistado 1)

Esta retomada histórica nos mostra a importância das estradas como disparadores do crescimento das cidades. Tanto a abertura da estrada que liga Paraty a Cunha como a BR 101, mais conhecida como “Rio/Santos” foram determinantes para o aumento do fluxo migratório para Paraty, assim como se constituíram fatores que impulsionaram o crescimento urbano vivenciado de forma desordenada.

O relato mostra, de igual forma, os problemas sociais, especialmente na questão do trabalho, decorridos das migrações internas na cidade. Com o crescimento do turismo e da oferta de trabalho na zona urbana, passa a surgir um forte movimento migratório em direção à cidade, dando origem aos bairros periféricos no entorno do Centro Histórico.

Problemas da cidade

Os desdobramentos da abertura das estradas, com o crescimento do turismo e dos interesses imobiliários das construtoras e, também, das pessoas que vinham de outros estados, juntamente com os processos de surgimento de novos bairros decorridos das migrações internas foram importantes para o desenvolvimento e crescimento da cidade.

Pensamos em desenvolvimento enquanto melhorias qualitativas nas condições de vida das pessoas e quando falamos de crescimento, fazemos alusão ao aspecto quantitativo dessas melhorias, com um maior número de espaços e equipamentos públicos, bem como de residências na cidade.

Essas mudanças permitiram que a cidade se configurasse da forma como a vemos hoje, com avanços e deficiências que ainda subsistem no âmbito local. Sobre as deficiências, além da falta de planejamento urbano que, como mencionado, deu margem ao crescimento desordenado, outros problemas foram identificados.

O aumento da criminalidade e a segurança pública, a ausência de um sistema de esgotamento sanitário e de tratamento da água que, juntos, integram a estrutura de saneamento básico dos municípios, somada à baixa qualidade dos serviços de educação e saúde são algumas dessas deficiências apontadas nas entrevistas.

Com relação ao processo paradoxal do crescimento da cidade que traz melhorias e gera, também, problemas, temos a seguinte fala de um entrevistado:

Olha, toda estrada, não só em Paraty mas em qualquer outro lugar que tem um acesso rápido, permite que a cidade se desenvolva; até a questão de locomover o doente pra cá, sabe? Vem muita coisa boa, mas o progresso também traz muita coisa ruim. O que nós pagamos pelo progresso é isso: vem muita coisa boa e muita coisa ruim. Paraty melhorou muito na área de turismo, gerou mais emprego, comércio, tudo isso daí e tem a desvantagem. Tem as vantagens e as desvantagens. A gente estava acostumado a ver um índice de morte, no ano, de 5 pessoas e isso mesmo por doença ou idade. Depois, com o progresso e a Rio / Santos há outros fatos, a enfermidade aumentou, a questão de assalto, a questão de droga. Infelizmente, o progresso é isso. Não é só Paraty que pagou o preço: toda cidade que tem um desenvolvimento, um progresso, paga esse preço. (Entrevistado 8)

Como se nota, o processo dialético é nitidamente percebido pelo entrevistado. Como outra “desvantagem” ou problema ainda existente está a questão da educação: foi possível perceber a fraca qualidade do ensino e a falta de professores na rede pública. O

entrevistado que trabalha como arte-educador em uma das maiores escolas estaduais de ensino fundamental e médio de Paraty abordou esse problema:

É, eu não sou professor. Já fiz isso. Já dei aula lá e tudo. Também sem dever. Porque, às vezes, o estado não preenche as vagas necessárias para professor, várias vezes. (...) Falta tudo no governo do estado. Não te disse que eu sou inspetor também? Porque não tem ninguém, na hora do recreio, pra ficar olhando criança. É uma questão séria. Falta muita gente para uma escola do tamanho do C.E.M.B.R.A⁵². Muita gente. (Entrevistado 3).

Outro depoimento aponta, além do baixo grau de instrução da população, os problemas do saneamento básico, da baixa remuneração salarial – aspecto igualmente mencionado nos questionários que realizamos com o grupo de residentes –, do crescimento desordenado e da falta de preservação ambiental:

O principal problema que eu acho que Paraty precisa ver é a distribuição de renda. Esse é o ponto. A renda de Paraty é muito centralizada. Se você fizer um censo aqui no município, as pessoas ganham muito mal, as pessoas que moram nos bairros próximos, esses bairros que são periféricos. Então a distribuição da renda era um fator que ia melhorar muito a qualidade do município.

O grau de instrução também. A área educacional do município também precisava investir muito. Também é muito baixo. As pessoas são muito despreparadas para competir. Se você pegar os bancos da cidade de Paraty, por exemplo, os funcionários, 95% são funcionários de outros estados, de outros municípios. Então o município não tem condições de competir.

E essa falta de política, de planejamento, de ver os bairros crescendo e você não se preocupar com saneamento básico, com as ruas que estão crescendo muito estreitas sem condições de tráfego. Depois, o próprio transporte urbano não ter condições, a falta de preservação de rios e cachoeiras com esse crescimento desordenado, isso é muito negativo para uma cidade de base turística. E o investimento nessa política pública, de fazer com que o cidadão do município se desenvolva e não que a cidade cresça se não crescerem as pessoas.

Aqui temos uma percepção clara do desenvolvimento local ligado ao desenvolvimento humano sustentável, isto é, a compreensão de que não se pode dissociar o desenvolvimento das pessoas e de suas capacidades enquanto cidadãos e profissionais, do crescimento do turismo e da geração de empregos e renda. Há uma

⁵² Colégio Estadual Eng. Mário Moura Brasil do Amaral.

vinculação entre desenvolvimento social e econômico e ambos se complementam quando se pensa em desenvolvimento local.

Associativismo civil

Com relação ao engajamento social, a cidade apresenta algumas possibilidades de espaços de representação pública como as associações de bairro, a Rede de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS), alguns grupos religiosos e associações voltadas a fins beneficentes como o Instituto Tannus Assistencial e Educacional (ITAE) e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

A existência de um Conselho Municipal das Associações de Moradores de Paraty (COMAMP) que congrega diversas associações de bairros da cidade é um fator bastante positivo para a mobilização social local e para a interlocução com o poder público municipal.

O Conselho informou-nos que congregava, ao final do ano de 2006, um conjunto de 49 associações de bairros que representavam bairros e comunidades tanto da zona urbana quanto da zona rural e costeira.

Em Dezembro daquele ano, tivemos a oportunidade de participar de uma das reuniões do Conselho onde havia uma presença significativa dos respectivos presidentes das associações e outros representantes das mesmas.

As discussões, em geral, versaram sobre as necessidades e avanços vivenciados nas diversas comunidades da cidade, a necessidade de maior divulgação das ações das associações de bairro de forma a atingir uma participação mais efetiva dos moradores e sobre os processos de interlocução com o poder público, destacando os ganhos já conquistados por meio das negociações e diálogos com gestores municipais.

Um importante instrumento de comunicação entre as associações é um boletim bimestral que está sendo planejado e desenvolvido pelo Conselho a fim de proporcionar informações mais frequentes e mais facilmente difundidas entre as associações da cidade.

O Conselho tem também uma parceria com a Rede de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS) do município que é responsável pela promoção de eventos e campanhas de conscientização dos diversos setores da população, acerca dos fundamentos estabelecidos na Agenda 21.

A Agenda 21 é um plano de ações que foi concebido, mediante o consenso entre 179 países, com vistas ao desenvolvimento social e ambiental de forma sustentável, frente às profundas interferências da ação humana sobre a natureza. Esse acordo culminou na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), no Rio de Janeiro, em 1992 que ficou conhecida como Rio 92.⁵³

A rede DLIS cumpre um importante papel de articulação e de democratização do conhecimento para parcelas da população que, por vezes, estão distantes dos espaços de planejamento e gestão das iniciativas coletivas, estatais e não-governamentais. Como exemplo disso, têm-se as reuniões temáticas que foram realizadas em diversas comunidades de Paraty, pela Comissão Coordenadora de Revisão do Plano Diretor de Paraty em parceria com a Rede DLIS, versando sobre os assuntos “Educação”, “Esporte e Lazer”, “Segurança” e “Transporte” em Julho e Agosto de 2006.

A Rede DLIS produz, também, um jornal bimestral chamado Folha do Litoral que visa divulgar iniciativas relativas ao desenvolvimento local. Além de sua importante contribuição para a divulgação da revisão do Plano Diretor do município, a Rede tem um envolvimento e parceria com o Instituto Estrada Real que viabilizou o projeto de revitalização do Caminho do Ouro, junto com a Associação de Guias de Paraty. Este projeto permitiu a instalação de vinte marcos ao longo do Caminho do Ouro-Estrada Real, no trecho que se estende de Paraty a Cunha. Outras parcerias da Rede DLIS com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), com a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), com a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com o Comitê Executivo Pró Unesco de Paraty e outros órgãos possibilitou a realização do encontro sobre “Municípios Educadores Sustentáveis” do qual participamos.

Esse evento representou um importante diálogo relativo ao tema, com especialistas convidados dos órgãos parceiros e com a participação de diferentes organizações e indivíduos da localidade. A troca de conhecimentos e de idéias acerca das possibilidades da Agenda 21 no âmbito local e da parceria com espaços universitários de capacitação, formação e reciclagem profissional de servidores e gestores públicos animou os participantes que, ao final, fizeram perguntas e comentários.

⁵³ Fonte: O QUE é Agenda 21. **Ministério do Meio Ambiente**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=597>>. Acesso em 08 fev 2007.

Isto demonstrou um importante interesse do grupo em criar iniciativas que permitam que o município se torne cada vez mais educador: de seus gestores, de seu setor comercial, de sua população e de todos os demais envolvidos na localidade, tendo em vista um projeto de desenvolvimento local mais igualitário e benéfico à população vulnerabilizada e ao meio ambiente.

Um depoimento que retrata bem a questão da participação social dos cidadãos paratienses e a importância da Rede DLIS é:

Nós temos aqui o Fórum DLIS. O Fórum DLIS é do desenvolvimento sustentável. O Fórum DLIS tem tratado de questões muito importantes de educação, de turismo, de crescimento. Seria muito bom se as pessoas pudessem participar disso. Fora disso, tem as associações, tem os amigos de Paraty, tem a APA (Área de Proteção Ambiental) Cairuçu, tem várias... tem a Mata Atlântica, a SOS Mata Atlântica, tem várias ONG's que se as pessoas pudessem participar disso, estariam vendo as questões de Paraty. Por exemplo, você vai numa reunião do Fórum DLIS, você não sai do mesmo tamanho que você entrou, você vai tomar consciência. (Entrevistado 2)

A participação da população local em espaços como a Rede DLIS, de representação social e coletiva, é controversa na percepção dos entrevistados. Um deles destacou o baixo envolvimento da população local com relação aos problemas da cidade e quando questionado sobre a efetividade de se envolver pessoas de fora da cidade para potencializar a mobilização local em torno dos problemas de Paraty, o entrevistado respondeu:

E aí, sabe? Até quando vai ser isso? Então renova. O COMANP é gente de fora, a Associação de Moradores são gente de fora, as pessoas que vão nessas reuniões são gente de fora, é sempre isso. É complicada a história. Os vereadores são gente de dentro. Entendeu? O Prefeito é gente de dentro. As forças políticas são de dentro. É um ou outro de fora. (Entrevistado 3)

A existência de pessoas que decidiram residir em Paraty, envolvendo-se e cuidando da cidade é real, inclusive por ser este entrevistado, uma dessas pessoas não nativas de Paraty. O envolvimento dos paratienses em espaços coletivos, entretanto, mostra um crescimento importante, principalmente com sua representatividade nas Associações de Moradores, em que, majoritariamente, paratienses são presidentes e representantes das mesmas, como constatamos na observação participante. Além disso,

a formalização jurídica da Associação de Moradores da Patitiba em Dezembro passado, por parte de paratienses daquele bairro, também é um desses exemplos.

Influências do turismo

É possível notar que, de maneira geral, os entrevistados reconhecem a importância do turismo para a cidade, principalmente devido à vocação turística de Paraty. Seus impactos sobre a economia local, sobre a geração de emprego e renda, sobre os âmbitos culturais e sociais e também sobre a organização do espaço geográfico são percebidos nitidamente pelos entrevistados.

Com relação às influências sobre o trabalho, um dado importante é que, como decorrência da movimentação financeira local no período que se segue após a alta temporada, isto é, a partir de Abril, há uma ocorrência significativa de iniciativas em construção civil e reformas de imóveis na cidade. Os moradores que se beneficiam com a chegada de turistas no verão, investem na construção de novos estabelecimentos comerciais, principalmente pousadas e lojas, e na reforma dos imóveis que porventura se desgastaram com o tempo.

Ainda com relação à oferta de trabalho, destacam-se as falas de dois entrevistados: *“A grande mão de obra em Paraty ainda é de construção civil, o maior empregador é a Prefeitura, depois a construção civil, hotelaria e comércio, agora (isto) não é suficiente para o volume de pessoas, então tem pessoas procurando emprego o tempo inteiro”* (Entrevistado 1). E também:

(...) em relação ao emprego, é tudo vinculado ao turismo: ou você é cozinheiro de um restaurante ou você é mulher do garçom. É vinculado ao turismo, então o que acontece aqui é essa coisa, por exemplo, da droga ou do jovem desempregado. Aconteceu de vir trabalhar na usina nuclear um contingente muito grande de pessoas. Os pais trabalhando na vila de Mambucaba⁵⁴ ou na usina e os filhos desse povo já não têm o emprego que o pai tinha e a mesma coisa aconteceu aqui e aí vem pra cá: ou fica no Perequê ou vem pra cá e rola essa coisa também da droga, entre aqui e o Perequê e o turista (...). (Entrevistado 2)

⁵⁴ A praia e área chamada “Mambucaba” localiza-se na Vila Residencial de Furnas, em Paraty, construída para os funcionários da Usina Eletronuclear de Furnas, a 50 km ao norte do centro da cidade. O Perequê a que se refere o entrevistado é o Perequê-Mirim, uma área praiana que fica no município de Ubatuba, que faz fronteira com Paraty. Cf. PRAIA (2007).

Essas falas apontam para o problema do emprego sazonal e, vão além, destacando os problemas sociais como o envolvimento com as drogas impulsionado pela falta de emprego e de perspectivas futuras para os jovens.

Por outro lado, o turismo também influencia os comportamentos dos moradores de forma positiva, especialmente quando se trata da questão da preservação do patrimônio histórico-cultural, como aponta um dos entrevistados:

O Centro Histórico está preservado, muito bem preservado, não é porque o povo em sua grande maioria entenda o valor da preservação daquele tipo de arquitetura, daquele tipo de calçamento. Ele conserva e briga pela conservação porque sabe que é a galinha de ovos de ouro: “não podemos matar a galinha, então vamos conservar o bairro histórico, porque ele é importante para atração dos turistas”. Aqui, o turista se ramifica nas diversas possibilidades de turismo, mas o centro histórico continua sendo o atrativo principal.

Então, daí, economicamente, muito mais do que culturalmente – é claro que há um grupo mais bem esclarecido, que trabalha em termos, realmente, de cultura – mas, a grande parte, ou a grande maioria do povo considera isso um fator econômico e mesmo a preservação da natureza, das praias, é sempre como fator econômico, nunca como fator cultural. O paratiense não gosta de ouvir isso, mas, infelizmente, é a verdade. (Entrevistado 1)

Apesar da crítica do entrevistado com relação às motivações que propiciam a preservação do patrimônio, é necessário considerar que mudanças culturais demandam tempo para serem concretizadas e que os estímulos ligados à preservação são fundamentais para gerar processos de conscientização social.

Nesse aspecto, é também fundamental a participação dos turistas nos processos de preservação e de conscientização a respeito da importância dos patrimônios, sejam eles históricos, culturais, ambientais ou artísticos.

Em Paraty, percebe-se a importância dos turistas para a preservação do patrimônio da cidade, como aponta um dos entrevistados:

Paraty ficou isolada até 1955, praticamente, sem uma estrada de rodagem. (...). Em 55 abriu-se uma estrada de rodagem ligando Paraty a Cunha e é quando começa a descer os primeiros paulistas. (...) Eles se encantaram com a cidadezinha perdida, esquecida, com um linguajar diferente, com um modo de viver diferente, com as festas diferentes na década de 60. (...)

Surge a Rio Santos. (...) Aí eles começaram a vir à Paraty todo final de semana prolongado e nas férias, ou seja, era totalmente sazonal mesmo. Eles começam a adquirir as casas dos moradores, o Centro Histórico e a restaurar, porque a

cidade estava meio em ruínas, abandonada, e o pessoal da cidade começa a se deslocar para periferia criando os bairros novos.

Esse turismo foi o que segurou, inclusive, o Centro Histórico, pois é um turismo de elite, é um turismo que sabia a valorização da cultura, a valorização da arquitetura e tudo isso. (Entrevistado 1)

Aqui se denota a relevância do turismo para a preservação e manutenção da arquitetura histórica da cidade. Ainda como repercussão do turismo sobre os valores culturais locais e sobre a própria percepção dos moradores acerca de sua cultura e tradições, temos o seguinte depoimento de um dos entrevistados:

(...) A comunidade começou a se defrontar com a novidade, com a modernidade e começou, infelizmente, a ter vergonha da sua cultura, da sua forma de ser, do seu falar, do seu trajar e começou a imitar o paulista, isso durante a década de 60 inteira.

Surge a Rio Santos (...). Aí houve uma inversão: o Paratiense passou a entender que a ele era o atrativo, a cultura dele era procurada, o linguajar, o modo ser, o modo de falar, o modo de comer era o que o turista queria ver, porque a Coca-Cola ele tinha em qualquer lugar.

Então o Paratiense que, durante este tempo, se envergonhava de dançar ciranda, que é uma dança típica nossa, de se dizer caiçara ou nativo, ele passa a bater no peito se dizendo nativo “eu sou caiçara”: eu sei remar, sei fazer canoa, sei tecer rede, sei dançar ciranda; então passa a dançar ciranda e chamar o pessoal para dançar ciranda. Ele entendeu que, no caso, ele e a cidade eram o atrativo; a partir daí, felizmente, houve um retorno às origens, à cultura caiçara, à valorização. (Entrevistado 1)

O relato destaca, principalmente, os processos sociais e culturais pelos quais se deu o crescimento do turismo na cidade e sua importância para o resgate e valorização da cultura e tradições locais.

De forma negativa, todavia, temos um depoimento que aborda a questão das expectativas depositadas no turismo enquanto mecanismo de solução dos problemas, tanto no âmbito coletivo quanto no subjetivo, como apontou uma das respondentes do questionário que é uma professora paratiense de ensino fundamental e médio:

(O turismo) É uma atividade que faz com que os adolescentes e as pessoas tenham uma visão estranha do mundo, visão de que o mundo é uma festa, sem compromissos. Gera uma sensação de não comprometimento com horário, com esforço, com empenho para ganhar dinheiro. As pessoas esperam o verão para namorar, para encontrarem a solução de suas vidas. Parece que, em Paraty, a forma de lidar com a vida é que é tudo

passageiro. A sensação de que estamos sendo invadidos, de que temos que ser servidos, temos que assimilar.

Esse relato deixa transparecer o caráter dominador do turismo enquanto principal atividade, não apenas econômica mas também social de uma localidade. A sensação de ter seu espaço invadido e perceber nas áreas públicas de lazer como as praças, as praias e as ruas uma super lotação com pessoas estranhas, desconhecidas, pode causar o mal-estar a que se refere a respondente.

A inércia diante da vida, como menciona o relato, de jovens e adultos que esperam a chegada de turistas como quem aguarda por melhores condições de vida, por mais recursos e mais felicidade pode ser um fator prejudicial por comprometer as iniciativas pessoais e coletivas de grupos sociais. Nesse sentido, a esperança depositada no turismo pode ser paralisante e torna-se uma ilusão.

Esta influência do turismo sobre o modo de vida da população residente também foi mencionada por outros entrevistados. Um deles trouxe a seguinte percepção:

Sobre o turismo, sabe o que eu acho de mais interessante? É que os nossos amigos de escola, quando começou a vir muita gente, muitos turistas pra cá, o que me chamava a atenção é que para eles, isso era vida, o estilo dos turistas. O fato deles verem que os turistas, quando chegavam aqui, não tinham muitas responsabilidades. As pessoas vinham para cá e bebiam e faziam bagunça, ficavam quatro dias assim, no feriado, é claro. Então, para alguns amigos meus, a perspectiva deles era essa, como se a vida fosse só uma orgia. Muitos, nessa época, entraram em drogas, alguns deles piraram, porque naquela época entrava uma droga muito violenta na cidade. Faltava um limite, um modelo. Então essa foi a primeira tristeza que eu reparei que o turismo estava causando, um estrago. Pra mim, o primeiro golpe foi esse. (Entrevistado 4)

Aqui se denota a influência sobre os jovens e os problemas que podem decorrer das trocas culturais e simbólicas concretizadas pela chegada de visitantes com diferentes estilos de vida e comportamentos sociais. Por outro lado, as influências culturais advêm não apenas pelo turismo mas também pelos processos de globalização, em especial, a globalização dos meios de comunicação que possibilitam o contato com diversos grupos sociais e culturas. A televisão, rádio e internet são alguns dos principais meios pelos quais as influências/trocas culturais têm se propagado nos dias atuais. Com relação à valorização da cultural local e a influência cultural impulsionada pela globalização, destaca-se a fala de um entrevistado:

Entrevistadora: Com relação à cultura que nós estávamos falando, você sente que as pessoas de Paraty percebem essa cultura local, popular, valorizada?

Entrevistado: Não, (elas) não são levadas a isso, não há uma preparação para isso. (...) É aquilo que eu estava falando, não há um incentivo nessa área, entendeu? Porque tudo rema ao contrário, a maré é para o outro lado. A maré é pra o Latino, para os Rebeldes. As crianças só falam de Rebeldes. O que as crianças gastam de dinheiro fazendo xérox de fotografia de Rebeldes é extraordinário. Esses dias é que eu fui ver um capítulo de Rebeldes porque eu não sabia o que era. É novela mexicana. Isso influencia a cabeça da garotada. Funk? Influencia. Funk de sacanagem? Influencia. (Entrevistado 3)

Apesar da influência cultural advinda de outras cidades e países, é importante perceber que iniciativas no sentido de estimular a valorização da cultura local têm sido implementadas. A Flipinha é uma dessas iniciativas que, juntamente com outras no âmbito local empreendidas, inclusive, pelo C.E.M.B.R.A, têm realizado um papel importante de resgate de obras e autores clássicos da literatura brasileira junto ao público infantil e adolescente, assim como de tradicionais danças de ciranda, típicas de Paraty.

Síntese dos olhares

Os conteúdos aqui apresentados apontam para a multiplicidade de aspectos da vida social que são afetados pela atividade turística e são percebidos pela população residente e pelos turistas.

Os questionários e entrevistas com moradores de Paraty demonstraram que a população identifica a importância do turismo para o desenvolvimento local, com suas implicações para a economia da cidade, a valorização da cultura e da história paratiense, os processos de interação cultural e social, o incremento populacional, a realização de investimentos públicos em serviços e infra-estrutura e, no âmbito pessoal, para maior felicidade das pessoas.

Problemas ligados ao crescimento do turismo também foram percebidos pelos moradores como o aumento da criminalidade, a super lotação de espaços de lazer, as dificuldades ligadas ao tráfego urbano, a especulação imobiliária, o deslocamento dos paratienses do centro histórico, em direção aos bairros de periferia urbana, e a elevação do custo de vida.

Com relação aos turistas, é importante notar que eles percebem um lado perverso no turismo, quando apontam a geração de empregos para pessoas que não são da localidade, problema também mencionado por alguns moradores.

Apesar do pequeno número de turistas capazes de perceber problemas causados pelo turismo, foram apontadas como dificuldades a falta de investimento em outras atividades produtivas, a degradação ambiental, a descaracterização da cultura local e o aumento do lixo na cidade.

Nota-se que esta percepção ainda é minimizada pois percebemos que muitos deles afirmaram que o turismo não causa nenhum problema à Paraty. O discurso sobre a contribuição do turismo para o desenvolvimento econômico das destinações turísticas é fortemente conhecido e difundido pelo setor de turismo, o que influencia a percepção que os próprios turistas têm a respeito da atividade que eles concretizam.

Por outro lado, a grande incidência de respostas dos turistas que apontaram o desenvolvimento local e o crescimento econômico como fortes resultados do turismo para a cidade pode ser considerada como um discurso fragilmente construído por eles já que, em sua grande maioria, eles mesmos afirmaram desconhecer as condições de vida dos residentes.

Algumas percepções dos moradores se revelaram semelhantes às dos turistas, especialmente com relação à geração de renda e oportunidades de trabalho estimuladas pelo turismo, compreendidas como alguns dos principais benefícios da atividade turística.

Percebemos, também, que a conscientização acerca dos problemas ambientais, incluindo a questão do lixo e da sujeira desencadeados pela atividade turística é significativa para os turistas, assim como o é para população residente. Esta última demonstrou ser este o terceiro pior problema causado pelo turismo.

Se compararmos a multiplicidade de setores da sociedade (educação, infraestrutura, economia, transporte, segurança pública e outros) que, segundo a população residente, foram afetados pelo turismo, com a pouca variedade de respostas fornecidas pelos turistas à mesma questão, perceberemos que a maioria deles tem uma percepção restrita com relação aos impactos do turismo sobre as localidades.

Enfim, os problemas apontados, tanto pelos residentes, quanto pelos turistas, foram vários. A percepção sobre a insegurança pública, a ausência de serviço público de esgoto que torna ainda maior o problema do esgotamento sanitário nos períodos de alta temporada e o comprometimento de outras atividades além do turismo, como a pesca e

agricultura, foram os principais.

Aqui se revela que, apesar da importância do turismo para o desenvolvimento local e para promover a inclusão social, a partir de um acesso maior ao trabalho e à renda que se refletem em melhores condições de habitação, educação e saúde, seu potencial, enquanto fator de desenvolvimento, tem muitas limitações e revela-se dependente de políticas e programas públicos.

Ainda, analisando comparativamente as respostas dos turistas e da população residente, percebemos uma diferença significativa entre o grau de apreciação dos aspectos mais valorizados por estes dois grupos. Enquanto os turistas valorizam em primeiro, segundo e terceiro lugares, respectivamente, a arquitetura colonial, os restaurantes/bares e as praias, para a população residente, os principais elementos, em ordem de importância, são a beleza natural, a tranquilidade da cidade e o próprio povo paratiense.

Estes achados revelam não só diferentes olhares sobre o espaço geográfico e social criado pelo turismo de Paraty, mas mostram os distintos lugares sociais ocupados pelos turistas e pela população. Enquanto o turista tem a possibilidade de desfrutar da natureza, da beleza arquitetônica, dos restaurantes e bares e do clima acolhedor da cidade, os moradores podem usufruir, além dos atrativos turísticos, da afetividade e senso de pertencimento com seus pares e atribuem maior valor às relações pessoais e amizades que são construídas, quase que espontaneamente, entre o povo paratiense.

Além disso, a possibilidade de residir em uma cidade conhecida internacionalmente pela exuberância de suas matas, praias e mar, por sua vida cultural e beleza arquitetônica aparece como fator importante para a existência de um sentimento de orgulho cultivado pelos moradores de Paraty.

A novidade constante proporcionada pelas inúmeras festas e eventos que acontecem na cidade, juntamente com a oportunidade de viver em uma cidade histórica que, apesar de pequena, tem acesso a diferentes culturas e tecnologias, devido às interações sociais com estrangeiros e pessoas de importância nacional, viabilizadas pelo turismo nacional e internacional, são valores que estimulam o amor dos moradores por Paraty.

O processo dialético do turismo se revela, portanto, contraditório na percepção dos agentes envolvidos, seja dos residentes, seja dos turistas. Apesar de existirem críticas à atividade e registro amplo sobre os problemas dela decorrentes, o turismo se sustenta e continua crescendo em Paraty, principalmente, em razão de suas

contribuições para a valorização dos moradores da cidade, de sua cultura, festas, danças e produção artística, para a geração de oportunidades de trabalho, além da importante visibilidade internacional conferida pelo turismo à cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando ao final deste trabalho, é importante retomar as reflexões iniciais que levaram à realização desta pesquisa e as questões que se colocavam como instigadoras do processo de aprendizagem e descoberta sobre a realidade social de Paraty. Isto nos permite analisar, a partir dos conteúdos e informações apreendidos no decorrer da pesquisa, as respostas encontradas e o panorama de conhecimentos construídos.

A prática do turismo em Paraty, uma cidade que tem nesta sua principal atividade econômica, mostrava-se contraditória na medida em que havia possibilitado ganhos em termos de aumento da renda e da geração de oportunidades de trabalho, porém ainda era incipiente, segundo nossa hipótese, no que tange à melhoria das condições objetivas de vida, já que a maioria da população convivia com oferta de serviços públicos e condições de vida precárias.

Esta situação configurava o turismo como meio de inclusão social, com a melhoria em termos de renda pessoal e familiar e de trabalho para a população residente. Ele se mantinha, todavia, como mecanismo de exclusão social, uma vez que não alterava, significativamente, o quadro das desigualdades sociais. Trata-se da exclusão expressa na forma de retratos sociais que denotam a realidade da questão social, constituída pelas precárias condições de moradia, frágil rede de serviços sócio-assistenciais, insuficiente rede de equipamentos e serviços de educação, saúde, segurança e saneamento básico, envolvendo as questões da água, do lixo, do esgotamento sanitário e da iluminação pública.

A percepção do que poderíamos, então, chamar de “inclusão marginal” da população, isto é, a inclusão social vivenciada juntamente com a exclusão, levou ao estudo mais aprofundado da vida social local, com suas implicações no âmbito do trabalho, da renda, da educação, da participação social, das condições de habitação, da representação pública dos cidadãos, do turismo e do desenvolvimento da cidade.

O estudo permitiu explicitar os diversos impactos sociais do turismo na cidade que repercutiram no surgimento de novos bairros, nas ocupações irregulares de áreas de conservação ambiental, no incremento populacional, na valorização da cultura local, nas possibilidades de trocas e interações culturais e sociais, na arrecadação municipal, na movimentação financeira local, no acesso dos moradores aos atrativos turísticos e aos espaços públicos e na percepção da população local sobre as potencialidades de sua cidade.

A chegada de novos moradores na cidade que adquiriram imóveis, principalmente no centro histórico, estimulou o deslocamento dos paratienses para o entorno do centro, o que, gradualmente, deu origem a novos bairros como a Chácara, Patitiba, Portão de Ferro e outros.

Esse processo, apesar de não ter sido acompanhado por políticas de planejamento urbano, propiciou o crescimento da área urbana da cidade. Somando-se a isto, ocorreram as migrações de populações da zona rural e costeira em direção à cidade, motivadas pelas possibilidades de trabalho, de acesso aos equipamentos de educação, saúde e, de forma mais ampla, de melhores condições de vida.

O turismo teve papel importante nestas transformações, por se constituir a principal atividade econômica que começa a se desenvolver fortemente a partir da década de 70, com a abertura da Rodovia BR 101. O surgimento de novos postos de trabalho passa a estimular as migrações em direção à área urbana da cidade. Por outro lado, ocorrem também novas ocupações de áreas de proteção ambiental, que sofreram influência dos interesses imobiliários sobre as áreas costeiras, com a chegada de grandes construtoras na Vila do Oratório, Trindade e São Gonçalo.

Percebe-se aqui a dinâmica dialética dos processos sociais em Paraty que, com o turismo, propicia o crescimento econômico e a atração de grupos sociais para a área urbana, deslocando também comunidades de seu habitat natural em direção a áreas que deveriam ser protegidas por sua relevância ambiental.

Além desses impactos, o estabelecimento e progresso do turismo como atividade econômica principal, quase única, também influenciou as dimensões culturais e sociais da cidade. O aumento do consumo de drogas e de bebidas alcoólicas, juntamente com uma maior criminalidade, são alguns fatores percebidos pelos moradores como decorrência da atividade turística, ainda que não haja estudos sobre isto.

Destacou-se, principalmente, a percepção da população com relação ao turismo, como uma possibilidade de transformação social, que se mostra na forma de um “encantamento” ou “feitiço” do turismo sobre os moradores. Ele é compreendido como o fenômeno que trará progresso e melhorias, coletivas e individuais, para a localidade, além de ser entendido como a saída para os problemas vivenciados no âmbito local, o que se mostra verdadeiro em certo sentido, mas não em sua totalidade.

Outra influência identificada é sua contribuição para a preservação do centro histórico e para a revalorização da cultura local, propiciando a revitalização das festas, danças e da produção artística local (cênica, literária, plástica e outras).

Eventos como a Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP) e outros de natureza cultural, como mostras de arte, propiciados pela presença de muitos artistas residentes na cidade, apresentações musicais de repercussão nacional dentre outros, são muito importantes tanto para essa revalorização e divulgação da cultura paratiense, como pelo estímulo à economia local pela atração de visitantes que eles promovem.

O sentimento de orgulho e satisfação dos moradores de Paraty em residir na cidade é bastante forte, e está intimamente ligado ao fato da cidade ser reconhecida, nacional e internacionalmente, por sua beleza natural, atividades culturais, com as danças, festas e eventos tradicionais, e produção artística. Estes elementos, valorizados a partir do turismo, promovem um fortalecimento da auto-estima da população e o desejo de continuarem residindo na cidade, apesar dos problemas ali existentes.

A movimentação financeira impulsionada pelo turismo apresenta, também, significativa relevância para a oferta de empregos e para a arrecadação municipal que têm nas pousadas, hotéis, restaurantes, bares e agências de passeios turísticos, importantes fontes de arrecadação tributária.

A maior oferta de empregos, ainda que sazonais, possibilita o aumento da renda pessoal e familiar, estimulando o consumo e a produtividade local. Dessa forma, o turismo se revela fundamental para a sobrevivência da cidade. Sendo resultado de uma vocação e opção feita há tanto tempo, necessita de apoio efetivo para que continue em expansão, o que fica claro na percepção dos moradores.

A pesquisa também mostrou que a atividade turística tem desdobramentos sobre o acesso da população aos espaços culturais, sociais e turísticos da cidade. A aglomeração criada pelos visitantes em determinados períodos do ano, ocasiões de festas e eventos – entre eles as férias, reveillon e carnaval – prejudica, na opinião dos moradores, sua circulação na cidade e o usufruto das praias e passeios de barco.

Enfim, quanto à percepção da população a respeito do desenvolvimento e das potencialidades de Paraty, é importante concluir que os residentes identificam a importância do turismo para o crescimento vivenciado pela cidade, ao longo do tempo, e que depositam nele as esperanças para melhoria das condições de vida.

Apesar disso, há uma clareza com relação aos principais problemas que ainda subsistem em Paraty: a baixa qualidade do serviço de educação e saúde e a ausência de um sistema de saneamento básico, incluindo o esgotamento sanitário, o tratamento da água e a iluminação pública. Com relação à resolução desses problemas, nota-se uma confiança nas autoridades governamentais, especialmente, municipais e, por outro lado,

têm-se uma crescente mobilização e articulação da sociedade civil local com a organização das associações de moradores e da Rede DLIS.

Em se tratando da contribuição do turismo para o desenvolvimento local, a inclusão social e a superação dos problemas sociais na localidade, é necessário registrar que a atividade turística está inserida no contexto de uma sociedade capitalista que imprime marcas profundas em todos os aspectos da vida social, inclusive nos projetos de desenvolvimento local.

Neste contexto de predominância dos interesses voltados à produção e ao acúmulo de capital, projetos de desenvolvimento local inevitavelmente provocam o aumento de capital aos proprietários de pequenas empresas como pousadas, restaurantes e agências em Paraty, enquanto produzem certas melhorias nas condições sociais e econômicas dos grupos que possuem pouco acesso à riqueza social, econômica e cultural.

Considerando as deficiências ainda existentes na cidade, percebe-se que as inter-relações entre o turismo e a educação podem ser potencializadas, na medida em que projetos político-pedagógicos de educação voltados à emancipação do cidadão sejam desenvolvidos. A emancipação a que nos referimos trata não apenas de capacitar profissionalmente os indivíduos para que prestem serviços ligados ao turismo, mas envolve, ao mesmo tempo, a formação do cidadão enquanto sujeito capaz de analisar e criticar as situações de sua vida pessoal e social, de expressar-se e organizar-se coletivamente, na busca por uma sociedade mais equânime e justa socialmente.

Como se percebe, os impactos sociais do turismo em Paraty foram positivos e importantes para o desenvolvimento local e para os processos de inclusão social. A inclusão, entendida como avanços em cidadania e acesso a bens e serviços, como de educação, saúde e saneamento, não se efetivou em sua totalidade e tampouco poderia sê-lo, dadas as contradições colocadas no turismo como atividade econômica capitalista. Essa situação se configura como o que chamamos de “inclusão social marginal”, isto é, a inclusão que ocorre juntamente com a presença da exclusão social. Os acessos a oportunidades de trabalho, à renda, a trocas sociais e a políticas públicas se deram em Paraty com a importante contribuição do turismo, mas os benefícios estão longe de alcançar o conjunto da população de forma suficiente.

As questões que restam e podem dar origem a novos estudos e pesquisas referem-se às formas pelas quais a política pública de turismo pode operar de forma interligada às demais políticas sociais no âmbito local. A multiplicidade de dimensões

(sociais, econômicas, culturais, artísticas, ambientais e outras), intrínsecas ao turismo, podem ser envolvidas e trabalhadas de forma conjunta na intersectorialidade das políticas públicas, visando o alcance de maiores patamares em termos de desenvolvimento local e de inclusão social. Nesse contexto se insere a discussão sobre a participação e o papel dos órgãos paritários, tais como os conselhos de políticas públicas e de direitos, da sociedade civil organizada e do poder público local, na formulação e implementação de políticas públicas intersectoriais envolvendo o turismo em cidades com reconhecida vocação e potencial turístico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Myryam et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002

BAPTISTA, Luís Vicente. Carlos Fortuna: Identidades, Percursos, Paisagens Naturais, Oeiras, Celta Editora, 1999. **Análise Social**, nº. 168, vol. XXXVIII, p. 1-6, 2003.

BARRETO, Maragarita. Terminologia turística. In: _____. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 7ª ed. Campinas: Papyrus, 1999. cap. 4.

_____. Turismo e Patrimônio, meios ou fins?. In: **I Jornada de Turismo, meio ambiente e Patrimônio Cultural**. São Paulo : Aleph, 2001. v. 1. p. 103 a 106.

BARRETO, Maragarita. **Planejamento e Organização em Turismo**. Campinas: Papyrus, 2001

BAUER, Martin W. & GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Vozes, 2003. cap. 3 e 7.

BENI, Mário Carlos. Política e estratégia de desenvolvimento regional – planejamento integrado e sustentável do turismo. In: LAGE, Beatriz e MILONE, Paulo. **Turismo: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000. p. 165-171.

BRASIL. **Plano Nacional do Turismo 2003-2007**. Ministério do Turismo, Brasília, DF. 2003.

BUENO, Francisco da Silveira. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: FTD: LISA, 1996.

CADERNO Dados de Referência. Rio de Janeiro: CIDE, Janeiro 2005

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: BÓGUS, L.; YAZBEK, M.C. & BELFIORE-WANDERLEY, M. (Orgs.). **Desigualdade e a Questão Social**. EDUC, 1997, p. 15 a 49.

CORÁ, Maria Amélia J. **Desenvolvimento Local: o caso de Cumuruxatiba/BA**. São Paulo: PUC-SP, 2006.

DIEGUES, A. & NOGARA, P. J. N. **O nosso lugar virou parque: estudo sócio-ambiental do Saco do Mamanguá**. São Paulo: USP/NUPAUB, 1994. 187 p.

_____. **Diversidade biológica e culturas tradicionais litorâneas: o caso das comunidades caiçaras**. Série Documentos e Relatórios de Pesquisa, n. 5. São Paulo: USP/NUPAUB, 1998.

ESTUDO Socioeconômico 2005 Paraty. Rio de Janeiro: Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Secretaria-Geral de Planejamento, 2005.

FERRI, Javier Gómez. Turismo Y Patrimonio: Conflicto social y modelos de desarrollo urbano en Valencia, España. **Estudios Y Perspectivas en Turismo**. Buenos Aires, v.13, nº. 1 y 2, p. 69-88, abr. 2004.

FISCHER, Tânia. A gestão do desenvolvimento social: agenda em aberto e propostas de qualificação. **VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, 2002**, Lisboa, Portugal, p. 8-11, Oct. 2002. Disponível em <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0044559.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2006.

FORTALECENDO organizações comunitárias em Mamanguá. **Portfólio de Projetos. Programa de Apoio a Produção Sustentável (PAPS)**. Parte 1. p.11. Disponível em <http://www.funbio.org.br/publique/web/media/04_miolopaps_parte1.pdf>. Acesso em 22 set 2006.

FORTUNA, Carlos. **Identidades, percursos, paisagens culturais**. Oeiras: Celta Editora, 1999.

FREIRE, Fernanda. Aquarelas de Paraty. In: SADA, Patrícia. **Aquarelas de Paraty**. São Paulo: Alter Market, 2006. p.16.

GAGLIARDI, Clarissa Maria Rosa. **As cidades do meu tempo: a experiência do turismo em Bananal-SP**. São Paulo: PUC-SP, 2005.

IGNARRA, Renato. **Fundamentos do Turismo**. 1ª ed, 1999 – 2ª tiragem, 2000. São Paulo: Pioneira, 2000.

LAGE, Beatriz Helena Gilas. **Economia do Turismo**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LIMA, Licínio C. **Educação ao longo da vida: entre a mão direita e a mão esquerda de Miro**. São Paulo: Cortez, 2007.

METODOLOGIA do Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Série Relatórios Metodológicos, v. 25.

MILANI, Carlos Roberto Sanchez. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). **Organizações e Sociedade**, Salvador, v. 11, n. edição esp, p. 95-113, 2004. Disponível em: <http://www.desarrollolocal.org/documentos/nuevos_docs/Milani_Capital_Social_Coloquio_NEPOL_2003.doc> Acesso em: 15 jun. 2006.

OLIVEIRA, Alexandra Campos. Turismo e população dos Destinos turísticos: um estudo de caso do desenvolvimento e planejamento turístico na vila de Trindade – Paraty/RJ. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, nº. 14, p. 29-39, dez. 2004.

OLIVEIRA, Francisco. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo: Polis, Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001. 40p.

PEREIRA, Paula Moraes. **Sistematização das Informações Relativas às Unidades de Conservação das Zonas Costeiras e Marinha do Brasil**, Brasília, Set. 1999.

Disponível em:

<http://www.anp.gov.br/ibamaperfuracao/refere/unidades_conservacao.pdf>. Acesso em 17 ago. 2006.

PLANO Diretor de Paraty – II Revisão. **Folha do Litoral**, Paraty, ano IX, nº 60, jul. 2006.

PRAIA de Mambucaba. **Brasil Viagem.com**. Disponível em: <<http://www.brasilviagem.com/pontur/?CodAtr=63581>>. Acesso em 27 jan 2007

RIO de Janeiro em Dados. Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (CIDE). Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: < <http://www.cide.rj.gov.br/>> Acesso em: 30 ago 2006.

SILVA, Jorge Antonio Santos. **Turismo, crescimento e desenvolvimento: uma análise urbano-regional baseada em cluster**. Tese de Doutorado. USP, ECA, 2004. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/>>. Acesso: 12 jan 2007.

SILVEIRA, Gilda Nogueira da. & BRANDÃO, Heloísa Bartolo. Aspectos da Gestão da Reserva Ecológica da Juatinga sob a luz da Legislação Ambiental considerando a ocupação por comunidades caiçaras. **Revista de Direitos Difusos**, São Paulo, ano VI, v. 30, mar/abr, 2005.

SILVEIRA, Marco Aurélio Tarlombani. As políticas públicas e a nova configuração territorial do turismo no Brasil. In: SOUZA, Maria José (Org). **Políticas públicas e o lugar do turismo**. Brasília: UNB - Departamento de Geografia e Ministério do Meio Ambiente, 2002, p.39-51.

SPOSATI, Aldáiza. **Mapa da Inclusão/Exclusão social da cidade de São Paulo**. São Paulo: EDUC, 1996.

_____ **Cidade, Território e Exclusão /Inclusão Social**. São Paulo, 2000. Trabalho apresentado no Congresso Internacional de Geoinformação – GEO Brasil/2000, no Palácio das Convenções do Anhembi em 16/06/2000. Disponível em: <<http://www.cedest.info/Cidadet.pdf>>. Acesso em 05 jan 2007.

UNIDADES de Conservação. **Fundação Instituto Estadual de Florestas (IEF)**. Disponível em <<http://www.ief.rj.gov.br/unidades/conteudo.htm>>. Acesso em 01 set 2006a.

UNIDADES de Conservação Ambiental. **Acervo turístico e Cultural de Paraty**. Disponível em <<http://www.paraty.tur.br/reserva-ecologica.asp>>. Acesso em 17 ago. 2006b.

YAZIGI, E. **Turismo: esperança condicional**. São Paulo: Plêiade, 1998.

WEBER, Marx. **Economia y Sociedad**. Mexico: Fondo de Cultura Económico, 1944. cap. 1.

APÊNDICE 1

Questionário - População Residente em Paraty

Data ___/___/___

Identificação

Nome: _____

Data Nasc: ___/___/_____ Cidade de Nasc.: _____ Sexo: F () M ()

Tempo de residência em Paraty: _____ Cidade de residência anterior: _____

Estado Civil: () Solteiro () Casado () Vive com companheiro () Divorciado () Desquitado
() Viúvo () Outro: _____

Grupo familiar

Quantas pessoas moram na residência? _____ Assinalar a quantidade de:

- | | | | |
|-------------------------------|--------------|-------------------|----------------|
| () esposo(a)/ companheiro(a) | () filho(a) | () irmão(â) | () pai/mãe |
| () padrasto/madrasta | () sogro(a) | () genro/nora | () cunhado(a) |
| () sobrinho(a) | () neto(a) | () avô/avó | () enteado(a) |
| () primo(a) | () tio(a) | () outros: _____ | |

Trabalho e Renda

O Sr(a) trabalha? () Sim () Não Em caso afirmativo: Em qual bairro ou município? _____

Qual é o seu trabalho? _____

Nesse trabalho, qual é sua condição/vínculo?

- | | | |
|--------------------------------------|--|-------------------------|
| () assalariado c/ carteira assinada | () cooperado | () funcionário público |
| () assalariado s/ carteira assinada | () trabalhador por conta própria/autônomo | () outra Qual? _____ |

Quanto ganha, por mês, nesse trabalho? (SM = Salário Mínimo)

- | | | | |
|----------------------|----------------------|-----------------------|----------------------|
| () até ¼ SM | () Mais de ¼ a ½ SM | () Mais de ½ a 1 SM | () Mais de 1 a 2 SM |
| () Mais de 2 a 3 SM | () Mais de 3 a 5 SM | () Mais de 5 a 10 SM | () Mais de 10 SM |

Em caso negativo: por que não trabalha?

- | | | | |
|-----------------------|------------------|---|----------------|
| () estudante | () dona de casa | () portador de deficiência | () aposentado |
| () pensionista | () desempregado | Há quanto tempo está sem trabalhar? _____ | |
| () outra Qual? _____ | | | |

Além do trabalho/apesar de não trabalhar, tem outra fonte de renda? () Sim () Não

Qual(s) é(são) essa(s) fonte(s) ? _____

Quanto ganha nessa(s) outra(s) fonte(s)?

- | | | | |
|----------------------|----------------------|-----------------------|----------------------|
| () até ¼ SM | () Mais de ¼ a ½ SM | () Mais de ½ a 1 SM | () Mais de 1 a 2 SM |
| () Mais de 2 a 3 SM | () Mais de 3 a 5 SM | () Mais de 5 a 10 SM | () Mais de 10 SM |

Outras rendas da família

Grau(s) de parentesco: _____

Local(s) de trabalho: _____

Qual(s) é(são) esse(s) trabalho(s)? _____

Qual(s) é(são) a(s) condição/vínculo(s)?

- | | | |
|--------------------------------------|---------------|-------------------------|
| () assalariado c/ carteira assinada | () cooperado | () funcionário público |
|--------------------------------------|---------------|-------------------------|

() assalariado s/ carteira assinada () trabalhador por conta própria/autônomo () outra Qual? _____
Quanto ganha(m), por mês, nesse(s) trabalho(s)? (SM = Salário Mínimo)
() até ¼ SM () Mais de ¼ a ½ SM () Mais de ½ a 1 SM () Mais de 1 a 2 SM
() Mais de 2 a 3 SM () Mais de 3 a 5 SM () Mais de 5 a 10 SM () Mais de 10 SM
Além do trabalho, os membros da família têm outra(s) fonte(s) de renda? () Sim () Não
Qual(s) é(são) essa(s) fonte(s) ? _____

Quanto ganha(m) nessa(s) outra(s) fonte(s)?
() até ¼ SM () Mais de ¼ a ½ SM () Mais de ½ a 1 SM () Mais de 1 a 2 SM
() Mais de 2 a 3 SM () Mais de 3 a 5 SM () Mais de 5 a 10 SM () Mais de 10 SM

Educação

O Sr(a) está estudando atualmente? Sim / Não Em caso negativo: estudou alguma vez? Sim / Não

Qual foi a última série/nível concluída? (EF = Ensino Fundamental; EM = Ensino Médio)

- () educação infantil () 1ª série EF () 2ª série EF () 3ª série EF () 4ª série EF
() 5ª série EF () 6ª série EF () 7ª série EF () 8ª série EF () 1ª série EM
() 2ª série EM () 3ª série EM () Técnico () Supletivo
() superior incompleto () superior completo () outra Qual? _____

O Sr(a) concluiu a última série/nível em escola: () pública () particular Sabe ler e escrever? Sim / Não

Habitação

Em que bairro reside? _____ Há quanto tempo? _____

Em que bairro residiu antes de mudar para o bairro atual? _____

Em sua residência, o destino do esgoto é:

- () rede geral de esgoto () fossa () rio () mar () outro Qual? _____

O lixo é:

- () coletado por serviço de limpeza () colocado em caçamba () queimado na propriedade
() enterrado na propriedade () jogado em terreno baldio ou rua () jogado no rio
() jogado no mar () outro Qual? _____

A água chega pela:

- () rede geral () rede geral canalizada só na chegada () rede geral canalizada em pelo menos 1 cômodo
() não canalizada () poço ou nascente () outro Qual? _____

A forma de iluminação é:

- () elétrica () gerador () sem iluminação () outra Qual? _____

Existe vaso sanitário? () Sim () Não Quantos banheiros existem na residência? _____

Condição de ocupação do domicílio: () próprio () alugado () cedido () outra Qual? _____

Documentos do cidadão

Quais destes documentos o Sr(a) possui?

- () RG () CPF () Título de Eleitor de Paraty () Título de eleitor de outra cidade
() Certidão de Nascimento () Certidão de Casamento () Carteira da FUNAI

() Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)

Participação Social

O Sr(a) participa de algum(s) destes grupos ou organizações?

- () associação de bairro () grupo religioso () grupo de artesãos () fórum DLIS
() associação comercial () grupo de teatro () partido político () associação/sindicato profissional
() outro Qual? _____

Turismo

1) O Sr(a) acha que Paraty é uma cidade turística? () Sim () Não Por quê? _____

2) Em sua opinião, o turismo é apoiado na cidade? () Sim () Não De que forma? (*considerando -moradores -Prefeitura -serviços -o próprio entrevistado*) _____

3) Quando o Sr(a) acha que o turismo começou a crescer na cidade? (*data ou ocasião*) _____

4) Que mudanças aconteceram depois que a cidade e o turismo começaram a crescer? (*considerando -trabalho -visual da cidade -educação -hábitos pessoais*) _____

5) Pensando em tudo o que a cidade tem, o que o Sr(a) acha que o turista valoriza mais? (*praias, cachoeiras, centro histórico, restaurantes, festas, história, artesanato, etc*) _____

6) O que mudou em sua vida com o aumento dos turistas em Paraty? _____

7) Depois que o turismo chegou, o Sr(a) passou a freqüentar ou passear por lugares que antes não tinha costume? () Sim () Não Quais? Por quê? _____

8) O Sr(a) deixou de ir a alguns lugares da cidade? () Sim () Não Quais? Por quê? _____

*9) De forma geral, o Sr(a) acha que o turismo causou algum problema para a cidade? () Sim () Não Qual?

*10) Quais são os principais problemas de Paraty? _____

*11) Como a cidade tenta resolver estes problemas? (*considerando -moradores -empresários -Prefeitura - associações*) _____

12) Pensando em tudo o que existe em Paraty, o que o Sr valoriza mais? _____

13) Por último, em sua opinião, quais são os responsáveis por cuidar bem da cidade?

APÊNDICE 2

Questionário – Turistas

Caracterização Geral

1.1 Data e local da aplicação questionário: ___/___/___ Local: _____	
1.2 Data de Nascimento ___/___/___	1.3 Sexo: () feminino () masculino
1.4 Nacionalidade: _____	
1.5 Cidade de Residência: _____ Estado: _____ País: _____	
Veículos de comunicação acessados	1.6 Como você soube a respeito de Paraty? () amigos/familiares () jornal () internet () TV () folhetos () ag. de turismo () outro _____
Organização da viagem	1.7 A organização desta viagem foi: () individual () agência de turismo* *1.7.1 Agência localiza-se em Paraty? () sim () não

Relação com a destinação turística

Frequência a Paraty	2.1 Esta é sua 1ª visita à Paraty? () sim () não* 2.1.1 *com que frequência o(a) Sr(a) visita Paraty? ___ vez(es) por _____
Duração desta viagem	2.2 Qual é a duração desta sua visita à Paraty? () 1 dia () 2 dias () de 3 a 4 dias () de 5 a 7 dias () acima de 7 dias
Meio de Hospedagem	2.3 Onde o(a) Sr(a) está hospedado(a)? () pousada/hotel em Paraty () casa alugada em Paraty () casa de parentes/amigos em Paraty () não tem necessidade de pernoite porque a visita durará menos de 24 horas () pernoitará em outra cidade enquanto visita Paraty * 2.3.1 *Em qual cidade? _____
Frequência a FLIP	2.4 Esta é a 1ª visita à FLIP? () sim () não* 2.4.1 *Quantas vezes já esteve na FLIP? <u>1 2 3 4</u> vezes
Atrativos Turísticos	CULTURAIS IMATERIAIS () Festas religiosas: () Divino () São Benedito () Padroeira () Santa Rita Outra festa religiosa _____ () Carnaval () Ano Novo () Eventos: () FLIP () Folia Gastronômica () Paraty Cine () das Artes Plásticas () Leilão de Artes Outro evento _____

	<p>NATURAIS</p> <p>() Praias dentro da cidade: () Jabaquara () Pontal</p> <p>() Praias fora da cidade: () Trindade () Paraty-Mirim () Prainha</p> <p>Outra praia fora da cidade _____</p> <p>() Ilhas (Sapeca, do Mantimento, Comprida, do Algodão, da Cotia e outras)</p> <p>() Cachoeiras e poços/piscinas naturais</p> <p>() Toca do Cassununga</p> <p>ATIVIDADES DE LAZER</p> <p>() Passeios pela Baía (barco, escuna, lanchas, veleiros, caiaques e outros)</p> <p>() Trilhas (Estrada Real/Caminho do Ouro e outras, realizadas a pé ou cavalo)</p> <p>() Cursos/práticas de Mergulho</p> <p>() Outro: _____</p> <p>Outras atrações: _____</p>
<p>Percepção sobre o Turismo</p>	<p>2.6 Em sua opinião, quais são os benefícios do turismo para a cidade de Paraty?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>2.7 E quais você acredita que podem ser os prejuízos do turismo para a cidade?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>
<p>Conhecimentos sobre a população local</p>	<p>2.8 Você conhece a situação da população que mora na cidade? () sim* () não</p> <p>*Se conhece, o quê?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>

APÊNDICE 3

Roteiro de Entrevistas

1. Identificação

- Nome e sobrenome
- Data e local de nascimento
- Pessoas com quem mora
- Bairro onde reside
- Tempo de residência em Paraty
- Cidade de residência anterior

2. Escolaridade

- Último ano de estudo e cidade onde estudou
- Utilização do serviço público/privado de educação de Paraty (entrevistado / familiares)
- Localização dos equipamentos: zona rural / urbana
- Qualidade do ensino no município: atendimento da demanda, equipamentos e corpo docente/professores
- Iniciativas em educação não-formal / contra-turno escolar
- FLIPinha e a educação
- Educação/capacitação para o turismo

3. Habitação

- Coleta do lixo
- Iluminação
- Esgoto sanitário
- Avaliação destes serviços
- Soluções alternativas (caso algum desses serviços inexista)
- Condições de acesso à escola, a equipamentos de saúde e ao comércio (tempo e meios de locomoção, oferta de vagas na escola, preços dos produtos na área comercial mais próxima)

4. Saúde

- Tipo de serviço utilizado em diferentes situações (emergências, internações hospitalares, diagnósticos): público, convênio, médico particular; em Paraty ou cidades vizinhas
- Qualidade destes serviços (tempo de espera, equipamentos, profissionais, solução do problema)
- Utilização de medicamentos fornecidos pelo governo

5. Trabalho e Renda

- Ocupação (função, cargo, profissão ou ofício)
- Situação ocupacional (empregado, desempregado, trabalho informal)
- Outras atividades remuneradas/fontes de renda
- Satisfação com a renda obtida e com a(s) atividade(s) desenvolvida(s)
- Ligação entre o(s) trabalho(s) e o turismo
- Bairro do(s) local(is) de trabalho(s)
- Tempo de deslocamento entre o trabalho e a residência
- Situação / opções de trabalho em Paraty

6. Documentos e Participação

- movimentos e espaços de representação social
- frequência pessoal a esses espaços e movimentos
- motivações e aspirações relativas ao acesso a estes espaços
- frequência da população a esses espaços/movimentos
- relação entre os espaços/movimentos e a prefeitura

7. Turismo

- Ano da chegada do entrevistado a Paraty e lembranças/memórias sobre a cidade
- Bairros mais ocupados antigamente e bairros novos
- Outras mudanças ocorridas
- Mudanças na vida pessoal, decorridas do desenvolvimento da cidade e do turismo
- Melhor(es) atrativo(s)/característica(s) da cidade (festas, festivais, natureza, história, religião, arte, outros)
- Significado pessoal desses atrativos
- Pessoas/grupos/instituições que mais preservam estes atrativos
- Pessoas/grupos/instituições que mais participam / desfrutam deles
- Aspectos/áreas que precisam ser melhoradas em Paraty
- Meios contemplados para se alcançar esta melhoria

ANEXO